

ESTUDO DA EPÍSTOLA AOS ROMANOS

1. INTRODUÇÃO À EPÍSTOLA

Os argumentos apresentados por Paulo na Epístola aos Romanos são complexos. O estudo dessa epístola exige bastante atenção e foco para entender o que o apóstolo quis transmitir, não o que as pessoas gostariam de ouvir. Dessa forma, os leitores recebem a grande recompensa de fortalecer sua fé e aumentar sua apreciação pela graça de Deus.

Paulo deixou registradas algumas informações que demonstram a circunstância da epístola. Ele tinha planos para visitar Roma depois de terminar a sua viagem (Romanos 1:10-15) e estava se preparando para levar as ofertas das igrejas da Macedônia e da Acaia aos cristãos necessitados em Jerusalém. Depois de visitar Jerusalém, o apóstolo queria iniciar viagem para a Espanha, parando no caminho por algum tempo na Itália (Romanos 15:22-33). Sendo assim, Paulo teria escrito essa carta durante o tempo citado em Atos 20:2-3, quando permaneceu na Grécia por três meses.

A Epístola aos Romanos contém ensinamentos profundos e ricos. Ela mostra o problema de todos os seres humanos: “Não há justo, nem um sequer” (Romanos 3:10); “pois todos pecaram e carecem da glória de Deus” (Romanos 3:23); “o salário do pecado é a morte” (Romanos 6:23); “a morte passou a toda a humanidade, porque todos pecaram” (Romanos 5:12).

Apesar disso, a mensagem não é pessimista, mas de esperança. Paulo descreveu o evangelho como “o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê” (Romanos 1:16). Pecadores são “justificados gratuitamente, por sua graça” (Romanos 3:24). Deus “prova o seu próprio amor para conosco pelo fato de ter Cristo morrido por nós quando ainda éramos pecadores” (Romanos 5:8). O “dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus, nosso Senhor” (Romanos 6:23). A epístola também anima os cristãos nas suas batalhas diárias contra tentações e outras provações: “Logo, muito mais agora, sendo justificados pelo seu sangue, seremos por ele salvos da ira. Porque, se nós, como inimigos, fomos reconciliados com Deus mediante a morte de seu Filho, muito mais, estando já reconciliados, seremos salvos pela sua vida!” (Romanos 5:9-10); “muito mais os que recebem a abundância da graça e o dom da justiça reinarão em vida por meio de um só, a saber, Jesus Cristo” (Romanos 5:17).

Paulo afirmou que o Pai, o Filho e o Espírito Santo trabalham para o nosso bem: “o próprio Espírito nos ajuda em nossa fraqueza” (Romanos 8:26); “o próprio Espírito intercede por nós” (Romanos 8:27); “É Cristo Jesus quem morreu, ou melhor, quem ressuscitou, o qual está à direita de Deus e também intercede por nós” (Romanos 8:34); “Se Deus é por nós, quem será contra nós?” (Romanos 8:31). A participação ativa de Deus em nossa salvação leva a uma conclusão vitoriosa: “Em todas estas coisas, porém, somos mais que vencedores, por meio daquele que nos amou” (Romanos 8:37).

Mesmo tratando de alguns fatos complexos e difíceis de serem compreendidos pelos leitores até hoje, Paulo comunicou sua confiança total na sabedoria de Deus: “Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria como do conhecimento de Deus! Quão inexplicáveis são os seus juízos, e quão insondáveis são os seus caminhos!” (Romanos 11:33).

Como é costumeiro nas cartas de Paulo, os últimos capítulos da Epístola aos Romanos oferecem diversas aplicações práticas dos princípios apresentados. Ela se divide basicamente em duas partes principais. Os onze primeiros capítulos apresentam argumentos doutrinários que demonstram o tamanho do problema do pecado. Todos, judeus e gentios (não judeus), são pecadores que necessitam do sacrifício de Jesus para serem salvos. Esses capítulos também demonstram a resposta divina para justificação dos pecados e a graça de Deus para todos aqueles que obedecem às palavras de Cristo por meio da fé. Os cinco capítulos finais apresentam ensinamentos práticos sobre a vida das pessoas resgatadas por Jesus, as quais, reconhecendo a grandeza da graça salvadora de Deus, devem se conduzir como servas fiéis, mostrando reverência com o Senhor e bondade para outros seres humanos.

1.1. AUTORIA

É praticamente incontestável que Paulo é o autor da Epístola aos Romanos (Romanos 1:1). Desde os primórdios da Igreja, a Epístola aos Romanos é aceita unanimemente como sendo de autoria do apóstolo Paulo (Romanos 1:1,5). Essa carta contém várias referências históricas que coincidem com fatos conhecidos da vida do grande apóstolo de Cristo, sendo considerada por muitos estudiosos a mais importante obra da Bíblia. O seu conteúdo é bem característico ao estilo de Paulo.

1.2. DESTINATÁRIOS

Os leitores originais de Paulo eram os cristãos de Roma, os quais eram predominantemente gentios (Romanos 1:13). Paulo se apresentou à igreja romana, a qual ele não havia implantado, e explicou por que pretendia visitá-la.

1.3. PROPÓSITOS

Logo depois de cumprimentar os irmãos da igreja em Roma, destinatários diretos das orientações da carta, o apóstolo Paulo, com sua típica saudação acompanhada de ações de graças, fazendo uso da autoridade do Antigo Testamento (Habacuque 2:4), apresentou o tema central de sua carta: a justificação pela fé em Jesus Cristo, o Messias.

Assim, mais formal do que as demais epístolas de Paulo, a Epístola aos Romanos apresenta de maneira profunda e sistemática a doutrina da justificação pela fé, com seus desdobramentos. Paulo escreveu para uma igreja que ele não havia fundado, nem nunca esteve antes, embora tendo por lá alguns amigos chegados. Além disso, a igreja, que era predominantemente gentílica, poderia estar agindo de forma intolerante contra os judeus cristãos que se sentiam constrangidos a obedecer às regras alimentares e datas cerimoniais da tradição judaica (Romanos 14:1-6).

A base dos argumentos de Paulo é a longânime, infalível e eterna justiça de Deus (Romanos 1:16-17). A partir dessa constatação, seguem-se várias abordagens doutrinárias fundamentais: a revelação natural (Romanos 1:19-20); a universalidade do pecado para a humanidade (Romanos 3:9-20); a plenitude da graça divina na justificação de todo o ser humano (Romanos 3:24), mediante o sacrifício expiatório de Jesus (Romanos 3:25), por meio da fé obediente e operante (Romanos 4); pecadores seguem o exemplo de Adão e receberão morte como consequência (Romanos 5:12-20); a união com Cristo e a permanência nele (Romanos 6); a eleição e rejeição de Israel (Romanos 9-11); o uso adequado dos dons dados por Deus (Romanos 12:3-9); e o respeito às autoridades (Romanos 13:1-7).

É importante notar que Paulo escreveu aos romanos também com a visão de preparar o caminho para sua iminente viagem a Roma e para a missão que ainda pretendia realizar na Espanha (Romanos 1:10-15; 15:22-29). Durante muitos anos, o apóstolo desejou visitar Roma para ministrar ali (Romanos 1:13-15). Pode ser que ele esperava usar Roma como base para seu empreendimento missionário na Espanha e escreveu a carta para explicar a natureza da sua obra. Outra possibilidade envolve um objetivo apologético: o evangelho de Paulo estava sendo atacado e ele precisava defender seu ensino fundamental de que “o justo viverá pela fé” (Romanos 1:17) da acusação caluniosa que afirmava que ele pregava um evangelho antinomista e libertino (Romanos 3:8). Quaisquer que fossem os objetivos do apóstolo, está claro que uma das preocupações principais da carta é a relação entre judeus e gentios no abrangente plano de Deus para a salvação.

Há destaque para os temas recorrentes de fé e obras, lei e graça, pecado e justiça, juízo e justificação, e para a explicação sistemática e abrangente do evangelho de Paulo: os gentios vieram de um contexto de idolatria e incredulidade, ao contrário dos judeus, cuja herança incluía o conhecimento da lei divina e das promessas de Deus. Apesar disso, todos pecaram (Romanos 1-3). A justificação é por fé obediente e operante, não por obras de mérito, e a graça divina não é permissão para viver uma vida de pecado (Romanos 4-6). Os justificados são libertados da ira de Deus (Romanos 5), do pecado (Romanos 6), da Lei de Moisés (Romanos 7) e da carne (Romanos 8), sendo que a justificação pela fé não encoraja o pecado, como alguns poderiam objetar (Romanos 6-8). Os judeus, os quais antes buscavam a justiça nas obras de mérito, não a encontraram, enquanto os gentios, que não buscavam Deus na Lei de Moisés, encontraram-no e foram enxertados, por meio da fé, no verdadeiro Israel (espiritual). Isso ocorre por causa

da forma como Deus exerce sua misericórdia e por causa de seu plano, no qual também se lembrou de Israel. A justificação pela fé para todos não é contrária às promessas de Deus aos judeus (Romanos 9-11). Tendo o alicerce da fé obediente e operante, Paulo tratou de questões relativas à vida cristã no dia a dia (Romanos 12-16).

Com esse entendimento, é possível considerar Romanos 1-5 como o ensinamento básico do livro, sendo Romanos 6-8 e Romanos 9-11 como “apêndices” tratando de duas possíveis objeções, as quais são, respectivamente: (1) a justificação pela fé encorajaria o pecado; (2) a justificação pela fé a todos seria contra as promessas de Deus para Israel. Finalmente, é possível considerar Romanos 12-16 como aplicações práticas baseadas nesses ensinamentos.

1.4. DATA DA PRIMEIRA PUBLICAÇÃO

Foi durante a primavera do ano 57 d.C. que o apóstolo Paulo concluiu seu tratado doutrinário aos romanos (Romanos 15:25-27; 16:1-2), durante sua terceira viagem missionária (Atos 20). Prestes a concluir a sua obra ao redor do Mar Mediterrâneo, ele desejava levar o evangelho ao ocidente (Romanos 15:19, 24). Nessa ocasião, Paulo estava em Corinto, se preparando para viajar, transportando o dinheiro ofertado por algumas igrejas e vários cristãos aos irmãos empobrecidos e necessitados da igreja em Jerusalém. Pode ser que, mais exatamente, Paulo estivesse em Cencreia, distrito portuário de Corinto situado de 11 a 14 km a leste da cidade.

Gaio (seu anfitrião) e seus amigos Erasto (tesoureiro da cidade) e Quarto eram naturais de Corinto, e Febe (fiel discípula e cooperadora) vivia em Cencreia (Romanos 16:1,23; 1 Coríntios 1:14; 2 Timóteo 4:20).

1.5. CURIOSIDADES

- Os judeus da época se consideravam superiores aos gentios porque receberam a Lei de Moisés (Romanos 2:1);
- Era costumeiro guardar grandes quantidades de riquezas nos templos pagãos (Romanos 2:22);
- Nos tempos do Novo Testamento, o batismo acontecia logo após a crença no evangelho, a confissão da fé e o arrependimento. O sepultamento nas águas do batismo marca o fim da vida mundana e o levantar dessas águas marca a conversão a Cristo e o início da vida cristã (Romanos 6:3-4);
- A adoção era comum entre os gregos e romanos. O filho adotado tinha garantia de todos os privilégios de um filho legítimo, inclusive direitos de herança (Colossenses 3:11).

1.6. TEMAS

A Epístola aos Romanos contém os seguintes temas:

- **A fidelidade de Deus:** um tema central da epístola é a fidelidade da aliança de Deus. Sua fidelidade à promessa feita ao patriarca Abraão é revelada na salvação baseada na fé obediente e operante. Judeus e gentios encontram justiça de Deus por meio da fé em Jesus (Romanos 3:21-26);
- **Justiça:** nem judeus nem gentios possuem méritos pessoais diante de Deus. Todos, à exceção de Cristo, estão debaixo de sua ira (Romanos 2:1-3:20). Mas há boas notícias: pela morte de Cristo, Deus credita sua própria justiça a todos aqueles que confiam em sua promessa de salvação em Jesus (Romanos 3:21-5:21). Unidos a Jesus, os cristãos são capacitados, pelo poder do Espírito Santo, a viver uma vida justa aqui e agora (Romanos 6:1-8:39);
- **Reconciliação:** a epístola ressalta a preocupação de Paulo com a reconciliação entre judeus e gentios e sensibilidade com essas culturas. Seus conselhos para a solução dos conflitos internos das igrejas em questões de opinião (Romanos 14:1-15:6) exaltam a atitude de Cristo como exemplo (Romanos 15:1-6). Paulo reiterou o ensino de Jesus, segundo o qual o amor ao próximo cumpre o intento da lei divina (Romanos 13:8-10).

1.7. ESTRUTURA

Para o propósito deste estudo, a epístola está estruturada da seguinte forma:

- Introdução (Romanos 1:1-15);
- A justiça que vem de Deus (Romanos 1:16-17);
- A injustiça de toda a humanidade (Romanos 1:18-3:20);
- A justificação (Romanos 3:21-5:21);
 - A justiça vem somente por meio de Cristo (Romanos 3:21-26);
 - A justiça é recebida pela fé (Romanos 3:27-4:25);
 - A paz e a alegria são frutos da justiça (Romanos 5:1-11);
 - Morte por meio de Adão, vida por meio de Cristo (Romanos 5:12-21);
- Santificação (Romanos 6-8);
 - Liberdade do pecado (Romanos 6);
 - Liberdade da lei (Romanos 7);
 - A vida fortalecida pelo Espírito (Romanos 8);
- O reconhecimento da justiça de Deus: o problema da rejeição de Israel (Romanos 9-11);
 - Deus tem misericórdia de quem quer (Romanos 9:1-29);
 - A incredulidade de Israel (Romanos 9:30-10:21);
 - O remanescente e os galhos enxertados (Romanos 11);
- A justiça praticada (Romanos 12:1-15:13);
- Conclusão (Romanos 15:14-16:27).

2. ESTUDO DA EPÍSTOLA AOS ROMANOS

As citações neste estudo são da Bíblia Nova Almeida Atualizada.

INTRODUÇÃO

Romanos 1:1-2: *“{1:1} Paulo, servo de Cristo Jesus, chamado para ser apóstolo, separado para o evangelho de Deus, {1:2} que ele, no passado, prometeu por meio dos seus profetas nas Escrituras Sagradas.”*

1:1 – As palavras iniciais de Paulo serviram de apresentação pessoal para os cristãos na igreja de Roma, uma vez que ele nunca esteve lá (Romanos 1:13). As palavras de abertura mostram uma característica das cartas do apóstolo: um pensamento leva a uma exposição de algo diferente, que leva a uma exposição de outra coisa, que, por sua vez, leva a uma outra exposição. Assim, o apóstolo migra de um conceito para outro, geralmente elaborando longas sentenças ou períodos.

Primeiramente, Paulo expôs sua função: *“servo de Cristo Jesus”*. A expressão grega que foi traduzida como *“servo”* é *doulos*, a qual significa *“escravo”*. Uma vez que Cristo comprou Paulo com seu sangue derramado na cruz, ele pertencia ao Senhor (Gálatas 2:20). Esse é o caso com cada cristão (1 Coríntios 6:19-20; 7:22-23; 9:19). O

escravo pertence a outra pessoa e seu propósito é agradar seu senhor, não a si próprio. Quando alguém é batizado em Cristo (Romanos 6:3-6) torna-se servo, ou escravo, da justiça (Romanos 6:17-18).

Paulo também foi “*chamado para ser apóstolo*”, o que implica que não foi indicado por si mesmo. Cristo o chamou para essa função. Ele foi chamado pela vontade de Deus (1 Coríntios 1:1; Gálatas 1:1; Efésios 1:1; Colossenses 1:1; 1 Timóteo 1:1; 2 Timóteo 1:1). Os críticos acusavam Paulo de ser um “apóstolo autodesignado”, mas o chamado divino dele ocorreu em Damasco (Atos 9:1-30), onde ele recebeu a graça e o apostolado (Romanos 1:5). Paulo tinha o direito de falar por Cristo.

A expressão “*apóstolo*” é uma transliteração do termo grego *apostolos*, sendo uma combinação da preposição *apo* com o substantivo do verbo *stello*. Assim, a palavra “apóstolo” significa literalmente “enviado”, ou “aquele que é enviado para uma missão”. No Novo Testamento, a palavra é usada em dois sentidos: um sentido geral, no qual o servo de Cristo é simplesmente um enviado do Senhor (como Barnabé em Atos 14:14 e Tiago, o meio-irmão de Jesus, em Gálatas 1:19); e um sentido especial, o qual era aplicado ao grupo mais seleto de escolhidos e enviados pelo próprio Jesus Cristo, isto é, os doze apóstolos (Lucas 6:13; Atos 1:26) mais Paulo (Atos 9:15; 22:14-15; 26:16-18; Gálatas 1:11-12,15-17; 1 Timóteo 2:7).

Grande atenção deve ser dada ao sentido especial da palavra “apóstolo”: não há mais desses apóstolos desde que eles faleceram. Esses servos foram especiais e únicos. Eles possuíam as seguintes qualificações:

- Receberam o batismo do Espírito Santo para serem guiados em toda a verdade (João 14:26; 15:26-27; 16:7-15; Atos 1:8; 2:1-4), revelando essa verdade nas Escrituras (Efésios 3:5; 2 Pedro 3:2; Judas 17);
- Foram testemunhas oculares do Cristo ressuscitado (Lucas 24:48; Atos 1:8,22; 2:32; 3:15; 4:33; 5:32; 10:39-41; 13:31; 1 Pedro 5:1; 1 João 1:2);
- Somente eles foram capazes de transmitir os dons espirituais milagrosos, impondo suas mãos sobre outras pessoas (Atos 8:14-18);
- Fazem parte da fundação da igreja, tendo o próprio Jesus Cristo como a pedra angular principal (Efésios 2:20; Apocalipse 21:14);
- Foram selecionados pessoalmente por Jesus, sendo que Judas Iscariotes foi excluído por ter pecado e não se arrependido (Atos 1:20,25), o que resultou em sua substituição por Matias (Atos 1:16-26);
- Viram pessoalmente o Jesus ressuscitado, o que foi uma das qualificações que Matias teve que cumprir para poder ter sido selecionado como um dos doze apóstolos no lugar de Judas (Atos 1:22), além de também ser uma das qualificações para Paulo ter sido o apóstolo especial para ser enviado para os gentios (Atos 9:15; 22:14-15; 26:16-18; 1 Coríntios 9:1-2; 15:8; Gálatas 1:15-17; 1 Timóteo 2:7). O Jesus ressuscitado apareceu para Paulo, caso contrário ele não teria as qualificações para ser apóstolo no sentido especial;
- O Espírito Santo deu poderes miraculosos a eles (incluindo curar totalmente e instantaneamente em público e ressuscitar mortos), dons miraculosos cujo objetivo era confirmar a Palavra de Deus que eles pregaram (Marcos 16:20). Paulo descreveu esses poderes miraculosos como credenciais do apostolado (2 Coríntios 12:12).

Tendo em vista todas essas qualificações, é importante enfatizar que nenhum ser humano pode ter sido apóstolo no sentido especial depois que os doze apóstolos e Paulo faleceram. Não existem apóstolos no sentido especial hoje em dia.

Embora estivesse se apresentando, Paulo rapidamente mudou o foco de atenção de si mesmo para o evangelho. Depois de mencionar sua função e proeminência, o apóstolo enfatizou seu propósito: ele foi “*separado para o evangelho de Deus*” ou “separado para declarar a boa notícia de Deus”. O termo grego traduzido por “evangelho” (*euangelion*) significa “boa notícia” ou “boa mensagem”. O propósito da vida de Paulo era partilhar o evangelho com todos.

A “boa notícia” de Deus é que, embora os seres humanos estejam perdidos no pecado e incapazes de salvar a si mesmos, Deus os amou e enviou seu Filho para morrer por eles como resgate, a fim de que sejam salvos (João 3:16). O cerne da boa notícia é a morte, o sepultamento e a ressurreição de Cristo (1 Coríntios 15:1-4). Referindo-se a essa boa notícia, Paulo observou primeiramente que ela foi providenciada por Deus, chamando-a de “*evangelho de Deus*”. O evangelho não teve origem na mente de Paulo, nem foi produto de sabedoria humana. Veio do próprio Deus.

1:2 – Paulo afirmou que o evangelho já havia sido prometido pelos profetas. Coisas que são prometidas e, portanto, ansiosamente esperadas, são mais valiosas. A boa notícia sobre Jesus Cristo está firmemente enraizada no Antigo Testamento, como exemplificado pela citação de Habacuque 2:4 de que o justo viverá por fé (Romanos 1:17). O apóstolo quis que seus ouvintes entendessem que o evangelho veio de Deus e aponta para Jesus: é o evangelho de Deus (Romanos 1:1) com respeito a seu Filho (Romanos 1:3).

Romanos 1:3-4: “*{1:3} Este evangelho diz respeito a seu Filho, o qual, segundo a carne, veio da descendência de Davi {1:4} e foi designado Filho de Deus com poder, segundo o Espírito de santidade, pela ressurreição dos mortos, a saber, Jesus Cristo, nosso Senhor.*”

1:3 – O foco de Paulo mudou novamente, dessa vez para Jesus, o Filho de Deus. O centro do evangelho é Cristo. No que se refere ao lado humano de Cristo, ele é um descendente do rei Davi (Mateus 1:1), tendo nascido de Maria, uma descendente direta de Davi (Lucas 1:27). Jesus, portanto, era completamente humano.

1:4 – Ao mesmo tempo em que Jesus era completamente humano, ele também era completamente Deus. No que diz respeito ao lado carnal, Jesus é descendente de Davi. No que diz respeito ao lado espiritual, ele é o Filho de Deus. A “*ressurreição dos mortos*” fornece a prova incontestável da filiação divina de Jesus. A ressurreição não fez de Jesus o Filho de Deus, ele sempre foi divino (João 1:1-3). Em vez disso, a ressurreição foi a declaração contínua de Deus de que Jesus é seu Filho amado em quem ele se compraz (Mateus 3:17; 17:5).

Cristo ressuscitou de entre os mortos “*com poder*”, isto é, ele é Senhor, com toda a autoridade sobre os seres humanos (2 Coríntios 13:4). Aquele que realmente tem o poder é Deus, e Deus usou esse grande poder para ressuscitar seu Filho dos mortos. Pela ressurreição dos mortos, Deus deu toda autoridade e poder a “*Jesus Cristo, nosso Senhor*” (Mateus 28:18). Essa é a expressão mais completa de quem Jesus é, sendo que cada termo está carregado de significado. O nome “*Jesus*” declara que ele é a fonte da salvação. “*Cristo*” é a forma grega da palavra “*Messias*”, o Ungido esperado pelos judeus há séculos para cumprir as profecias. “*Senhor*” significa “*dono*” ou “*soberano*”.

Jesus “*foi designado Filho de Deus com poder, segundo o Espírito de santidade*”. Embora a maioria das versões bíblicas em português use letra minúscula para “*Espírito*”, fazendo com que o termo se refira ao próprio espírito de Jesus ou à sua natureza espiritual, há versões que utilizam letra maiúscula, fazendo com que o termo se refira ao Espírito Santo. O termo “*Espírito de santidade*” pode ser uma maneira hebraica de referência ao Espírito Santo. O Espírito Santo revelou a história da ressurreição. Provavelmente, Jesus “*foi designado Filho de Deus com poder, segundo o Espírito de santidade*” porque foi ressuscitado pelo poder do Espírito Santo (Romanos 8:11), o qual também é Deus.

Romanos 1:5-7: “*{1:5} Por meio dele viemos a receber graça e apostolado por amor do seu nome, para a obediência da fé, entre todos os gentios. {1:6} Entre esses se encontram também vocês que foram chamados para pertencerem a Jesus Cristo. {1:7} A todos os amados de Deus que estão em Roma, chamados para ser santos. Que a graça e a paz de Deus, nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo estejam com vocês.*”

1:5 – Quando Paulo afirmou que, por meio de Jesus, “*viemos a receber graça e apostolado por amor do seu nome*”, ele provavelmente tinha em mente que Deus tem um caráter amoroso a ponto de conceder a sua graça que salva todos os seres humanos por meio do evangelho, inclusive para os próprios apóstolos. Eles receberam o apostolado, isto é, o ministério de pregar a fé salvadora a todos os gentios (aqueles que não eram judeus). É claro que o evangelho pode salvar tanto judeus quanto gentios, mas Paulo enfatizou aqui os gentios porque os destinatários da igreja em Roma eram principalmente gentios (Romanos 1:6) e porque ele deveria alcançar um mundo perdido no pecado, cuja maioria é de gentios. Assim, Paulo deveria despertar, por amor do nome de Cristo, a obediência por fé entre os todos os seres humanos, principalmente os gentios, fazendo isso para honrar seu

Senhor no céu, ou seja, trazer glória para o Senhor “*por amor do seu nome*”. Alguns buscam glorificar a si mesmos em sua pregação, outros pensam mais no bem dos seus ouvintes, porém, acima de tudo, deve ser buscada a glória de Deus.

Como um dos apóstolos especiais de Cristo, Paulo recebeu a graça do apostolado (Romanos 15:15-16; 1 Coríntios 3:10; 15:10; Gálatas 1:15; 2:9; Efésios 3:7-8) a fim de pregar a obediência por fé. A Epístola aos Romanos liga obediência e fé, como pode ser observado pela comparação de Romanos 1:8 com Romanos 10:16 e Romanos 16:19 e pela comparação de Romanos 11:23 com Romanos 11:30-31 e Romanos 16:26. Ironicamente, algumas pessoas usam a Epístola aos Romanos para defender doutrinas de salvação por fé sem nenhuma participação ativa (obras) do ser humano. Paulo deixou claro, desde o início da epístola, que a fé exige a obediência. É verdade que as pessoas são salvas com base na fé. Todavia, não é uma fé morta, estéril (Tiago 2:17,26), mas uma fé viva e operante. A palavra traduzida por “obediência” (*hupakoe*) combina “ouvir” (*akouo*) com a preposição “sob”, “abaixo” (*hupo*). Denota a ideia de submissão.

A fé, sendo genuína, sempre gera como resultado a obediência. A obediência que agrada a Deus sempre deve estar acompanhada da fé. É importante notar que, para Paulo, a fé era mais do que um consentimento intelectual ou uma atitude de confiança. A fé consiste em um estilo de vida de obediência, de maneira que onde quer que Paulo fosse, ele apresentava a verdade na qual as pessoas deveriam consentir, as promessas nas quais deveriam confiar e os mandamentos aos quais deveriam obedecer. Na mente de Paulo, a verdadeira fé e a obediência genuína eram inseparáveis. Em certa ocasião, ele até mesmo usou os termos “fé” e “obediência” como sinônimos (por exemplo, Romanos 10:16). A fé que salva e a obediência aprovada por Deus são dois lados de uma mesma moeda. Podem ser analisados separadamente, mas não podem ser separados.

1:6 – Paulo migrou dos gentios em geral para os gentios da igreja em Roma: “*Entre esses se encontram também vocês que foram chamados para pertencerem a Jesus Cristo.*” A igreja em Roma era formada principalmente de gentios, os quais estavam entre os gentios que o apóstolo deveria despertar a obediência por fé, por amor do nome de Cristo (Romanos 1:5). O termo grego traduzido por “chamados” (*kletos*) é o mesmo termo que foi usado para descrever o chamado divino de Paulo em Romanos 1:1. Portanto, o chamado para as pessoas pertencerem a Jesus Cristo é um chamado divino e ocorre por intermédio do evangelho (2 Tessalonicenses 2:14). Esse chamado divino confere dignidade e valor aos chamados.

1:7 – O apóstolo passou a se dirigir propriamente aos destinatários diretos de sua epístola. Ao invés de simplesmente dizer “à igreja em Roma” ou “aos cristãos de Roma”, ele disse “*A todos os amados de Deus que estão em Roma, chamados para ser santos*”. Embora Deus ame a todos (João 3:16), cristãos são “amados de Deus” porque ele tem um amor específico àqueles que responderam positivamente a seu chamado (1 João 3:1). O cristão é colocado dentro do círculo íntimo do amor de Deus.

Além disso, cristãos são “chamados para ser santos”. A palavra “santo” não significa um grupo seletivo de pessoas que foram elevadas a uma alta posição após morrerem, nem significa perfeição ou um nível próximo à perfeição. As Escrituras ensinam que todo cristão é santo. O termo grego traduzido como “santos” (*hagios*) significa “colocados à parte”, “separados”. A forma verbal é “santificar”. Quando pessoas são convertidas a Cristo, são “separadas” (“santificadas”) por Deus (1 Coríntios 6:11; Hebreus 2:11; 13:12). O termo “santo” tem a ver com a maneira como Deus vê as pessoas a partir da obra de Jesus. A santidade é um alvo para as vidas cristãs (João 1:12; 10:10; 14:16-24; Romanos 6:19, 22; 1 Coríntios 13:13; 1 Tessalonicenses 1:3; 4:3; Hebreus 12:14). Cristãos são especiais para Deus.

Paulo prosseguiu com uma saudação: “*Que a graça e a paz de Deus, nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo estejam com vocês.*” (v. 7b). A “graça” (*charis*) era a saudação grega padrão, enquanto “paz” (*eirene*, a versão grega do hebraico *shalom*) era a saudação comum dos judeus. A junção das duas saudações indica que o apóstolo estava se dirigindo tanto a gentios como a judeus. A graça e a paz que ele desejou aos seus leitores vêm de Deus Pai e do Senhor Jesus Cristo.

- A “graça” é um amor não merecido, apesar dos pecados e ofensas à santidade de Deus da parte do ser humano. O Senhor decide amar, concedendo aos humanos um favor imerecido. A graça de Deus é o que salva o homem (Efésios 2:5): inclui tudo que Deus faz para a salvação das pessoas, como a revelação de sua Palavra, a vida perfeita de Jesus, a morte e ressurreição dele, entre várias outras coisas;

- A “paz” é um estado de espírito tranquilo, sem medo, sem preocupação, sem dúvidas. Não significa, necessariamente, a ausência de problemas, mas a certeza em meio a eles de que tudo terminará para o bem. A palavra “paz” tem base na palavra hebraica *shalom* usada entre os judeus em suas saudações costumeiras. No entanto, está entre os termos mais importantes do Antigo Testamento. “Paz” no hebraico tem um significado mais rico do que na língua portuguesa. Assim, a paz que o apóstolo se referiu aqui é, principalmente, a paz do ser humano com Deus, pois é a “paz de Deus, nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo”.

Romanos 1:8-12: “{1:8} Em primeiro lugar, por meio de Jesus Cristo, dou graças ao meu Deus por todos vocês, porque a fé que vocês têm é proclamada no mundo inteiro. {1:9} Pois Deus, a quem sirvo em meu espírito, no evangelho de seu Filho, é minha testemunha de como nunca deixo de fazer menção de vocês {1:10} em todas as minhas orações, pedindo que, em algum momento, pela vontade de Deus, surja uma oportunidade de visitá-los. {1:11} Porque desejo muito vê-los, a fim de repartir com vocês algum dom espiritual, para que vocês sejam fortalecidos, {1:12} isto é, para que nos consolemos uns aos outros por meio da fé mútua: a de vocês e a minha.”

1:8 – Paulo agradeceu a Deus, mediante Jesus Cristo, pelos destinatários originais de sua epístola, uma vez que a fé que eles tinham era “proclamada no mundo inteiro”. A fé do evangelho estava sendo proclamada em todo o mundo conhecido da época (Colossenses 1:6) e os cristãos de Roma responderam bem a ela, a ponto de sua fé ser conhecida em muitos lugares. O próprio Paulo ouviu sobre a igreja em Roma antes de conhecê-la pessoalmente.

É notável que o apóstolo agradeceu a Deus referindo-se a ele como “meu Deus”, o que demonstra sua relação pessoal com o Senhor. Esse agradecimento foi realizado “por meio de Jesus Cristo”, uma vez que a aproximação com Deus foi possibilitada pelo sacrifício de Cristo na cruz.

1:9 – Paulo estava construindo uma ponte entre ele mesmo e os cristãos de Roma. Depois de expressar gratidão pelos cristãos em Roma (Romanos 1:8), o apóstolo afirmou que orava constantemente por eles. A expressão “a quem sirvo em meu espírito, no evangelho de seu Filho” significa que Paulo servia a Deus, trabalhando no evangelho, não apenas externamente, mas também internamente. Outra possível tradução seria: “a quem eu sirvo com todo o meu coração”. O apóstolo também afirmou que Deus era sua testemunha para confirmar como os cristãos em Roma eram importantes para ele. Outra possível tradução seria: “Nunca deixei de mencionar vocês quando oro”. Paulo não restringia suas orações a lugares em que ele havia trabalhado (Efésios 1:15-16; Filipenses 1:3-4; 1 Tessalonicenses 1:2-3). Ele também orava por igrejas em cidades que ele ainda não havia visitado, como no caso da congregação em Roma.

1:10 – Quando Paulo orou pelos cristãos de Roma, ele incluiu uma súplica fervorosa: “pedindo que, em algum momento, pela vontade de Deus, surja uma oportunidade de visitá-los” (Romanos 1:10). É notável a importância da oração na vida de Paulo. Ele deixou seu pedido condicionado à vontade de Deus, pois ele sabia que o Senhor estava no comando e não tentava impor sua vontade. Pelo contrário, o escravo deve simplesmente se submeter à vontade do seu dono (Romanos 1:1).

A expressão grega *euodoo*, traduzida como “surja uma oportunidade”, é uma combinação do vocábulo equivalente a “bom” (*eu*) com a ideia de um “caminho” ou “jornada” (*hodos*). Paulo ansiava por uma viagem agradável e segura até Roma. Apesar de o apóstolo estar ciente das muitas tribulações e provações da vida cristã, as quais apresentam oportunidade para crescimento espiritual, isso não significa que ele buscava e almejava ter dores. Paulo escreveu aos cristãos tessalonicenses para que vivessem vidas tranquilas (1 Tessalonicenses 4:11) e escreveu a Timóteo exortando-o a orar pelas autoridades de forma que cristãos pudessem viver vidas tranquilas e mansas (1 Timóteo 2:1-2).

O exemplo de Paulo pedindo que Deus permitisse sua visita a Roma ensina uma lição importante sobre a oração. O apóstolo escreveu a Epístola aos Romanos perto do final de sua terceira viagem, pouco antes de levar ofertas dos gentios aos cristãos necessitados em Jerusalém. Ele falou sobre seus planos e sua vontade de fazer outra viagem depois, passando por Roma e continuando até a Espanha (Romanos 15:25-28). Naturalmente, o apóstolo orava a respeito desses planos. De fato, Paulo chegou a Roma aproximadamente três anos depois de enviar a Epístola aos Romanos, mas não da maneira que ele imaginava. Ele foi preso em Jerusalém, permaneceu mais dois anos na prisão em Cesareia e chegou a Roma depois de uma viagem cheia de calamidades e perigos. Quando cristãos oram, devem lembrar que Deus sempre atende as orações, mas nem sempre da maneira que imaginam.

1:11 – O apóstolo passou para outro assunto: ele quis que os cristãos em Roma soubessem como ele ansiava fervorosamente por vê-los (*“Porque desejo muito vê-los”*). Quase no fim da carta, ele afirmou: *“desejando há muitos anos visitá-los”* (Romanos 15:23). Uma possível paráfrase seria: *“Quanto mais a espera se prolonga, mais profunda é a dor.”* Os comentários emocionantes do apóstolo até aqui devem ter predisposto seus leitores a aceitarem tanto a carta como o próprio Paulo. Ele estava pronto, disposto, ansioso por pregar o evangelho.

Paulo também comunicou o motivo da visita que planejava: a edificação mútua. Ele queria dar ajuda espiritual aos cristãos de Roma para ajudá-los a serem mais fortalecidos em Cristo. Ele não queria ir com propósitos egoístas.

Não se sabe ao certo o que seria o *“dom espiritual”* que Paulo queria partilhar com os cristãos de Roma. A palavra grega traduzida por *“espiritual”* (*pneumatikos*) pode significar *“aquilo que é concedido pelo Espírito Santo”*, *“algo relativo à vida espiritual dos cristãos”* ou *“qualquer coisa que edifique a vida espiritual”*. A palavra traduzida por *“dom”* (*charisma*) deriva do termo grego equivalente a *“graça”* (*charis*) e simplesmente se refere a algo que é presenteado, algo não comprado. No Novo Testamento, é usada exclusivamente para os *“dons que vieram diretamente de Deus”*.

Pode ser que o apóstolo tivesse em mente um dom espiritual miraculoso para fazer algum acréscimo aos dons miraculosos que alguns cristãos de Roma já possuíam (Romanos 12:6-8), uma vez que os dons espirituais miraculosos eram transmitidos pela imposição das mãos dos apóstolos (Atos 8:17-18). O Espírito Santo era responsável pela distribuição dos dons miraculosos aos cristãos, mas isso era realizado por meio dos apóstolos. No entanto, o caráter indefinido da expressão *“algum dom espiritual”* não permite restringir a ideia a um dom espiritual miraculoso. Pode ser que Paulo quisesse partilhar dons espirituais não milagrosos com os cristãos de Roma, como algo relacionado ao dom da salvação ou ao fortalecimento da fé deles. Nesse caso, Paulo teria em mente um benefício espiritual que ele traria a seus irmãos em Cristo por meio da pregação, ensino, exortação, consolação, oração, orientação e disciplina. O meio principal para o fortalecimento da fé é a Palavra de Deus (Romanos 10:17), e não a distribuição de habilidades miraculosas. Considerando que o próximo versículo (Romanos 1:12) começa com *“isto é”*, a implicação é que o propósito do *“dom”* é fortalecer a fé dos cristãos de Roma.

Aparentemente, há uma *“indefinição intencional”* em torno da afirmação de Paulo sobre o compartilhamento do *“dom espiritual”* uma vez que, a essa altura, Paulo não sabia exatamente quais seriam as principais necessidades espirituais dos cristãos de Roma. Paulo queria ajudá-los da maneira que pudesse. Assim, ele ansiava por vê-los a fim de partilhar *“algum dom espiritual”*, qualquer que fosse, para que os cristãos de Roma fossem *“fortalecidos”*. O termo grego traduzido por *“fortalecidos”* (*sterizo*) significa *“fazer apoiar”*.

1:12 – Paulo também precisava de comunhão. Ele sabia que sua afirmação no versículo anterior (Romanos 1:11) poderia ser mal interpretada, dando a impressão de que ele via a si mesmo como o único benfeitor e os cristãos em Roma como meros beneficiados. Por isso, acrescentou: *“isto é, para que nos consolemos uns aos outros por meio da fé mútua”*. Em outras palavras, ele estava dizendo algo como: *“Anseio vê-los porque isso ajudará não apenas vocês, mas também a mim.”* Mais tarde, o apóstolo afirmou que esperava desfrutar de *“algum descanso”* na companhia daqueles cristãos (Romanos 15:32). Paulo tinha consciência das bênçãos recíprocas que vêm da fraternidade cristã e, apesar de ser apóstolo, reconhecia sua necessidade dela. Quando ele escreveu sobre dar e receber, descreveu bem a natureza da relação entre irmãos em Cristo (1 Coríntios 12:14-27; Efésios 4:15-16; Hebreus 10:24-25).

Romanos 1:13-15: *“{1:13} Quero que vocês saibam, irmãos, que muitas vezes me propus a ir visitá-los — no que tenho sido, até agora, impedido —, para conseguir algum fruto igualmente entre vocês, assim como também tenho conseguido entre os outros gentios. {1:14} Pois sou devedor tanto a gregos como a bárbaros, tanto a sábios como a insensatos. {1:15} Por isso, quanto a mim, estou pronto a anunciar o evangelho também a vocês que estão em Roma.”*

1:13 – O apóstolo reafirmou o desejo que tinha durante muito tempo de fazer uma visita aos cristãos em Roma. Ele quis que eles soubessem sobre esses planos. Muitas vezes, Paulo tinha feito planos definidos para ir. Evidentemente, a obra do Senhor o tinha levado a outros lugares (Romanos 15:18-24). Algumas vezes, até mesmo os planos de cristãos fortes não são realizados.

Outra razão para Paulo querer ir até Roma era “*para conseguir algum fruto igualmente entre vocês, assim como também tenho conseguido entre os outros gentios.*” Pode ser que a palavra “*fruto*” tenha sido aplicada no sentido de “*fruto do Espírito*” (Gálatas 5:22-23), o que implicaria que Paulo estaria novamente dizendo que ele queria ajudar os cristãos a crescerem espiritualmente. Porém, o contexto é mais inclinado à ideia de que a palavra “*fruto*” tenha sido aplicada no sentido de “*conseguir novos cristãos entre os gentios*”. Assim, Paulo esperava ganhar alguns convertidos em Roma. Salvar almas era o propósito primordial do apóstolo para pregar o evangelho (Romanos 1:15-16). Ele havia sido abençoado com a salvação de almas por toda a porção oriental do Império Romano e ele desejou ter o mesmo tipo de fruto em Roma.

1:14 – A última razão para Paulo querer ir a Roma era que ele considerou estar em dívida de pregar o evangelho a todas as pessoas. Ao usar os termos “*gregos*”, “*bárbaros*”, “*sábios*” e “*insensatos*”, o apóstolo certamente estava enfatizando sua obrigação de pregar o evangelho para “*cultos*” e “*incultos*”, ou seja, todas as pessoas, mostrando que o mesmo evangelho serve para todos. Nos dias de Paulo, os gregos eram mundialmente famosos devido a sua cultura e refinamento. Os bárbaros eram aqueles que não eram gregos, normalmente menosprezados pelas pessoas “*cultas*” da sociedade grega. Não eram apreciados por sua cultura e refinamento. A palavra “*bárbaro*” é um termo grego (*barbaros*) transliterado para o português que, para os ouvidos gregos, refletia o som grosseiro e incompreensível das línguas estrangeiras.

O termo grego traduzido por “*devedor*” (*opheiletes*) se refere a dever algo a outra pessoa e faz alusão a uma dívida antiga. Romanos 1:14 pode ser entendido como Paulo afirmando algo como: “*Tenho uma obrigação a realizar, um dever a cumprir e uma dívida a pagar*”. O apóstolo era devedor no sentido que recebeu de Deus o evangelho para repassá-lo às outras pessoas. Assim, ele era um devedor a todos, pois deveria repassar o evangelho a todos. Além disso, acima de tudo, Paulo admitia sua dívida em relação ao Senhor. Apesar de ter sido perseguidor da Igreja, foi remido por Cristo e tornado em um instrumento para trazer a salvação a todos (Atos 9:1-22). Assim, ele queria ensinar o evangelho para o máximo número possível de pessoas em Roma.

1:15 – Como o apóstolo se considerava profundamente em dívida de pregar o evangelho a todas as pessoas, estava pronto para anunciá-lo em Roma também. O termo grego traduzido por “*pronto*” (*prothumos*) expressa disposição. Da mesma forma, cristãos devem estar dispostos a compartilhar o evangelho com todas as pessoas.

A JUSTIÇA QUE VEM DE DEUS

Romanos 1:16-17: “*{1:16} Pois não me envergonho do evangelho, porque é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê, primeiro do judeu e também do grego. {1:17} Porque a justiça de Deus se revela no evangelho, de fé em fé, como está escrito: ‘O justo viverá por fé.’*”

1:16 – Romanos 1:16-17 é uma passagem que serve de ponte entre a abertura e o corpo da Epístola aos Romanos. Nos próximos quinze capítulos e meio, Paulo desenvolveu os temas introduzidos nesses versículos. Aqui são encontrados vários pontos essenciais para compreender a Epístola aos Romanos e o propósito eterno de Deus para a salvação dos seres humanos. Todos, sejam judeus ou gentios, precisam crer no evangelho de Jesus Cristo. Deus trabalhou por meio da nação judaica para cumprir suas promessas, e a pregação do evangelho começou entre os descendentes de Abraão. O evangelho e a salvação que ele oferece são acessíveis a todos, judeus e gregos.

O termo grego transliterado para “*evangelho*” (*euangelion*) é composto pelo prefixo equivalente a “*bom*” (*eu*) mais a palavra para “*notícia*” ou “*mensagem*” (*angelion*). Significa basicamente “*boa notícia*”. Jesus e outros pregaram “*o evangelho do reino*” (Mateus 4:23; 9:35), as boas notícias de que o Messias veio estabelecer o seu reino (Igreja). As pessoas ouviam a “*boa notícia*” de que havia esperança para os seus problemas (Lucas 4:18). Nas epístolas, o evangelho é a boa notícia de que Cristo morreu por pelos pecados dos seres humanos. A mensagem pregada por Paulo e outros, no primeiro século, não foi invenção do homem. Veio de Deus como o meio escolhido para salvar pecadores.

Paulo não se envergonhava do evangelho porque é “*o poder de Deus para a salvação*”. Teria sido tentador se envergonhar do evangelho porque ele parecia loucura para os sábios do mundo. Porém, o evangelho tinha maior poder do que o poderoso Império Romano, o qual não podia salvar nenhuma alma. Deus cumpriu pelo evangelho

aquilo que o mundo, com todo o seu poder e sabedoria, não podia fazer. Paulo afirmou em 1 Coríntios 1:23: “*mas nós pregamos o Cristo crucificado, escândalo para os judeus, loucura para os gentios.*”

O termo grego traduzido por “*salvação*” (*soteria*) significa basicamente “libertação”. Era usado com referência à vitória militar ou à cura medicinal. Paulo o usou com referência à libertação da culpa, prática, poder e consequências eternas do pecado. A salvação é para aqueles que creem no evangelho. Crer significa acreditar, confiar e obedecer (praticar). O evangelho possui mandamentos para serem obedecidos (2 Tessalonicenses 1:8; 1 Pedro 4:17), mas não é um sistema de justificação por obras de lei, ou obras de mérito. O contraste que Paulo introduz aqui e explicará nos próximos capítulos é entre lei e fé. Nenhuma lei jamais salvou um pecador. A salvação vem pela fé obediente e operante.

O evangelho determina que a salvação ocorre com a conversão de uma pessoa a Cristo nos termos que ele estabeleceu: (1) crer em Cristo como Senhor (isto é, como Deus, sendo que ele ordena e as pessoas obedecem, ainda que não gostem de alguns de seus ensinamentos) e como salvador (João 6:29; 8:24,58; Atos 4:12); (2) confessar a fé do evangelho durante toda a vida, e não apenas no momento de conversão (Atos 2:29-33; 8:33-36; Romanos 10:9-10,13; 1 Coríntios 15:12-14; Apocalipse 2:10); (3) se arrepender, ou seja, desistir de pecar e se comprometer a seguir os ensinamentos de Cristo (Mateus 3:8; 7:20; Lucas 13:1-7; 1 João 1:8-2:2); (4) ser batizado (imerso em água) em nome do Pai, Filho e Espírito Santo/de Cristo com o objetivo de obter a remissão de pecados e o recebimento do dom do Espírito, isto é, a própria salvação e a capacitação para nela permanecer (Mateus 28:18-20; Marcos 16:15-16; João 3:5; Atos 2:38; 22:16; Romanos 6:3-4; Gálatas 3:26-27; Colossenses 2:12; 1 Pedro 3:21); e (5) perseverar na fé do evangelho, isto é, persistir em aplicá-la na vida prática até o fim (Mateus 10:22; Hebreus 10:26-31,35-36,39). Todos esses aspectos estão presentes na verdadeira crença no evangelho. Se faltar algum, a pessoa ainda não se tornou cristã.

A expressão “*primeiro do judeu e também do grego*” significa que o evangelho é para todos os seres humanos existentes no mundo, não que Deus considerava os judeus melhores ou mais importantes do que os gentios. Deus não age com parcialidade (Romanos 2:11). Não há distinção entre judeu e grego, uma vez que ambos têm o mesmo Senhor (Romanos 10:12). A afirmação de Paulo refletia vários fatos históricos. Os judeus eram a nação especial pela qual Deus havia agido para trazer o Messias (Cristo) ao mundo. O Messias era um judeu que viveu e morreu no território judaico da Palestina. Por causa do relacionamento de longa data entre Deus e o povo de Israel, os judeus receberam a primeira oportunidade de aceitar ou rejeitar o Messias e seu reino. O reino de Cristo (o qual envolve a Igreja) foi estabelecido na capital do mundo judaico, Jerusalém, e o primeiro sermão evangelístico foi pregado a judeus. Quando o evangelho se espalhou da Palestina para o mundo, ele era pregado, em geral, primeiramente para os judeus e depois para os gentios. Paulo quis que os gentios soubessem que os judeus tiveram um papel especial no plano de Deus e também quis que os judeus soubessem que Deus incluiu os gentios em seu plano para salvação.

1:17 – O evangelho é o poder de Deus para salvação porque “*a justiça de Deus se revela no evangelho*”. Quando aplicada a Deus, “*justiça*” se refere à qualidade de ser reto, certo, tratando-se de retidão absoluta. Quando aplicada aos seres humanos, tem dois sentidos. O primeiro é o sentido de “retidão em conformidade com Deus” e “viver retamente”. Assim, aqueles que se esforçam para viver retamente podem ser chamados de “justos”. Entretanto, uma vez que ninguém pode viver perfeitamente, essa retidão é relativa, pois os seres humanos ainda pecam e carecem da glória de Deus (Romanos 3:23), sendo que “*Não há justo, nem um sequer*” (Romanos 3:10). A segunda maneira pela qual a palavra “*justiça*” pode ser aplicada aos seres humanos, que é a maneira abordada por Paulo aqui, se refere a “ser reto aos olhos do Senhor”. O evangelho ensina que, embora um indivíduo não seja reto, Deus o considera como se fosse reto quando crê (lembrando que crer é mais do que meramente acreditar, implica em confiar e obedecer). Quando Abraão creu em Deus, embora não fosse realmente justo, Deus o aceitou como justo (Romanos 4:3). Pode-se pensar nisso como uma “justiça imputada”.

Portanto, a “*justiça*” aqui se refere ao estado legal de um ser humano que é declarado como livre de culpa diante de Deus, uma declaração de inocência diante do Senhor. Esse estado resulta da ação justificadora de Deus (Romanos 3:21-22; 10:3; Filipenses 3:9), justiça que foi manifestada ao ser humano no evangelho. Essa justiça é “*de fé em fé*”, isto é, baseada na fé e de modo a produzir fé.

O ser humano que é justo viverá por fé. Para reforçar seu pensamento, Paulo citou uma passagem do Antigo Testamento, Habacuque 2:4: “*o justo viverá pela sua fé*”. O importante é saber que o plano de Deus de

conceder justiça é um processo iniciado e continuado pela fé, uma justiça que do princípio ao fim é pela fé. Uma vez que Habacuque 2:4 enunciou o mesmo princípio, essa doutrina não é novidade.

A INJUSTIÇA QUE VEM DE TODA A HUMANIDADE

Romanos 1:18-20: “{1:18} A ira de Deus se revela do céu contra toda impiedade e injustiça dos seres humanos que, por meio da sua injustiça, suprimem a verdade. {1:19} Pois o que se pode conhecer a respeito de Deus é manifesto entre eles, porque Deus lhes manifestou. {1:20} Porque os atributos invisíveis de Deus, isto é, o seu eterno poder e a sua divindade, claramente se reconhecem, desde a criação do mundo, sendo percebidos por meio das coisas que Deus fez. Por isso, os seres humanos são indesculpáveis.”

1:18 – A passagem de Romanos 1:18-3:20 mostra a necessidade desesperada que a humanidade tem do evangelho e mostra o motivo de Deus estar irado com o pecado do ser humano. O primeiro passo na pregação do evangelho é mostrar que as pessoas precisam entender que necessitam de justificação.

A ira de Deus se revela “do céu”, ressaltando sua fonte, e é “contra toda impiedade e injustiça dos seres humanos”. O termo grego traduzido por “impiedade” (*asebeia*) carrega a ideia de “fazer pouco caso da pessoa de Deus”. A “injustiça” (*adikia*) é “o termo inclusivo para o mal ou a ação má feita entre pessoas”. Os dois termos juntos englobam todos os pecados, sejam eles contra Deus ou contra pessoas. A ira de Deus está contra toda a impiedade, sem exceções. Nenhum pecado é esquecido. Quando aplicado a Deus, o vocábulo traduzido por “ira” (*orge*) se refere à reação divina ao mal, um sentimento legítimo da parte de um juiz. A natureza santa de Deus exige que ele castigue o pecado. Em relação ao seu uso, foi usado o tempo presente, não o tempo passado ou futuro, o que significa que a ira de Deus está continuamente contra a impiedade e injustiça. Paulo tinha em mente o castigo divino que consiste em abandonar o condenado para que sofra as consequências do pecado, como indicado pelo contexto imediato (Romanos 1:24,26,28). A ira de Deus inclui uma consciência acusadora (Romanos 2:15) e várias consequências da separação de Deus (Isaías 59:1-2; Romanos 9:3).

Paulo afirmou que os seres humanos “por meio da sua injustiça, suprimem a verdade”. As pessoas detêm, suprimem, abafam a verdade. A “injustiça” se refere ao pecado em geral (1 João 5:17). A “verdade” não se refere a “toda a verdade” (João 16:13), mas à verdade que Deus partilhou com as pessoas. Romanos 1:25 a denomina “a verdade de Deus”. Romanos 1:21 afirma que os humanos tiveram “conhecimento de Deus”. Romanos 1:32 demonstra que eles sabem que quem pratica o mal merece castigo. A supressão da verdade ocorre quando o pecado está na vida de uma pessoa e a verdade provoca desconforto, infelicidade e inquietação. Nesse caso, é possível escolher uma de duas direções: livrar-se do pecado ou livrar-se da verdade. A maioria das pessoas escolhe a segunda opção e, assim, suprimem a verdade e se apegam ao pecado. Novamente, é notável o uso do tempo presente na expressão “suprimem a verdade”. Isso não é meramente um ato do passado, mas algo que as pessoas continuam a fazer.

Todos os seres humanos, em algum grau, tiveram oportunidade de conhecer Deus e sua vontade. Mas eles suprimiram a verdade que Deus concedeu a eles. São declarados culpados.

1:19 – Deus revela a si mesmo. Ele forneceu dois tipos de revelações sobre si mesmo: a “revelação natural” no mundo que ele criou, isto é, Deus se revelou por meio das coisas que foram criadas, o que será abordado no próximo versículo (Romanos 1:20); e a “revelação sobrenatural” que está revelada nas Escrituras. Os seres humanos podem saber sobre o poder e a divindade de Deus. A revelação de Deus na criação, sozinha, já deveria levar os homens a buscá-lo. Esse fato traz responsabilidade a todos para que busquem a Deus, deixando os desobedientes sem desculpa.

A revelação de Deus nunca foi vaga ou incerta, foi compreensível. Em vez de guardar na memória a revelação de Deus, as pessoas a suprimiram (Romanos 1:18). Deus sempre se revelou para toda a humanidade, não apenas ao povo de Israel. Isso pode ser notado em alguns exemplos: (1) Melquisedeque foi sacerdote do Deus Altíssimo (Gênesis 14:18), mas ele não era descendente de Abraão; (2) o Espírito de Deus veio sobre Balaão (Números 24:2), mas ele não era um israelita; (3) Deus mandou Jonas a Nínive (Jonas 1:2), uma cidade gentílica; (4) Eliseu curou Naamã (2 Reis 5), um soldado gentio; e (5) os magos gentios souberam sobre o Messias judeu (Mateus 2). Os gentios podem não ter recebido tanta luz espiritual quanto os judeus, mas eles receberam alguma luz. Infelizmente, em sua maioria, extinguíram a luz que Deus concedeu a eles.

Davi se referiu a ambas as revelações no Salmo 19. Na primeira metade do salmo, Davi escreveu sobre a revelação natural: *“Os céus proclamam a glória de Deus, e o firmamento anuncia as obras das suas mãos”* (Salmo 19:1). A segunda metade do salmo enfatiza a revelação sobrenatural: *“A lei do SENHOR é perfeita e restaura a alma; o testemunho do SENHOR é fiel e dá sabedoria aos simples”* (Salmo 19:7). Quando Paulo esteve em Listra, ele se referiu à revelação natural quando fez a seguinte descrição de Deus aos seus ouvintes em Atos 14:15-17: *“Senhores, por que estão fazendo isto? Nós também somos seres humanos como vocês, sujeitos aos mesmos sentimentos, e anunciamos o evangelho a vocês para que se convertam destas coisas vãs ao Deus vivo, que fez o céu, a terra, o mar e tudo o que neles há. Nas gerações passadas, Deus permitiu que todos os povos andassem nos seus próprios caminhos. Contudo, não deixou de dar testemunho de si mesmo, fazendo o bem, dando a vocês chuvas do céu e estações frutíferas, enchendo o coração de vocês de fartura e de alegria.”*

1:20 – O apóstolo apresentou uma razão para o fato de que algumas verdades sobre Deus foram manifestadas a todos: quando se olha para o que Deus fez, algumas coisas a respeito dele são conhecidas. Deduz-se que Deus existe, um princípio suficientemente simples para ser entendido por uma criança. Tudo que foi criado foi criado por alguém. O caráter e o poder de Deus se revelam pelas obras da criação. O propósito de Paulo, porém, não era provar que Deus existe. Há quase uma unanimidade universal em relação à existência de um poder superior. Em vez disso, a ênfase do apóstolo estava em quem Deus é, isto é, *“os atributos invisíveis de Deus”*. O texto original grego simplesmente apresenta *“as coisas invisíveis de Deus”*. Uma possível tradução seria *“as qualidades invisíveis de Deus”*.

Dois *“atributos invisíveis”* de Deus podem ser percebidos na criação. O primeiro é *“seu eterno poder”*. Deus é tão poderoso que disse *“Haja luz”* e *“houve luz”* (Gênesis 1:3). O segundo atributo de Deus que pode ser percebido na criação é sua *“divindade”*, ou natureza divina, uma tradução do termo grego *theiotes*, palavra derivada de *“Deus”* (*theos*). *Theiotes* refere-se às características da divindade. Uma possível tradução seria: *“todas as coisas que o fazem Deus”*.

Romanos 1:20 e outras passagens correspondentes, às vezes, são mal utilizadas. Alguns tentam desenvolver uma *“teoria da teologia natural”* ao insistirem que tudo o que precisamos saber sobre Deus e sua vontade pode ser aprendido por meio da natureza. Essa conclusão é um abuso do ensino de Paulo. O apóstolo disse que é possível saber algumas coisas sobre o criador por meio da criação, não que tudo pode ser conhecido. Para verdadeiramente saber sobre Deus e sua vontade, é necessário estudo das Escrituras.

Deus se preocupou com todos os seres humanos e deu a eles um mundo maravilhoso para que eles o conhecessem. Mas eles ignoraram intencionalmente a revelação de Deus. Os seres humanos são, portanto, indesculpáveis.

Romanos 1:21-25: *“{1:21} Porque, tendo conhecimento de Deus, não o glorificaram como Deus, nem lhe deram graças. Pelo contrário, se tornaram nulos em seus próprios raciocínios, e o coração insensato deles se obscureceu. {1:22} Dizendo que eram sábios, se tornaram tolos {1:23} e trocaram a glória do Deus incorruptível por imagens semelhantes ao ser humano corruptível, às aves, aos quadrúpedes e aos répteis. {1:24} Por isso, Deus os entregou à impureza, pelos desejos do coração deles, para desonrarem o seu corpo entre si. {1:25} Eles trocaram a verdade de Deus pela mentira, adorando e servindo a criatura em lugar do Criador, o qual é bendito para sempre. Amém!”*

1:21 – A expressão *“tendo conhecimento de Deus”* significa que os seres humanos haviam conhecido a Deus no passado, uma vez que ele sempre se revelou. Porém, por haverem suprimido o conhecimento que receberam de Deus (Romanos 1:18), passaram a ser ignorantes de Deus. Nesse sentido, em Gálatas 4:8, Paulo afirmou que os gentios não conheceram a Deus (eram ignorantes de Deus) e serviram falsos deuses (veja também 1 Coríntios 1:21; 1 Tessalonicenses 4:5).

Os seres humanos chegaram a esse estado de ignorância de Deus porque *“não o glorificaram como Deus”*. Eles deveriam ter entendido que um mundo repleto de maravilhas espetaculares apenas poderia ter sido planejado por um Deus maravilhoso. Apesar disso, se recusaram a reconhecer a glória peculiar a Deus. Além disso, aproveitaram todas as boas coisas que Deus disponibilizou a eles neste mundo, mas não *“deram graças”* a Deus. A ingratidão é um dos passos para o distanciamento de Deus.

Quando os seres humanos ignoraram a Deus, eles “se tornaram nulos em seus próprios raciocínios, e o coração insensato deles se obscureceu”. Paulo estava dizendo, efetivamente, que o raciocínio deles não era racional. Seus pensamentos se tornaram um contrassenso total. Ao rejeitarem a verdade que Deus concedeu a eles, eles se tornaram insensatos, sem discernimento, sem bom-senso e loucos. Seus corações se tornaram cheios de escuridão, “obscurecidos”, pois, com o raciocínio insensato, extinguíram a luz que Deus concedeu a eles. É notável que foi o “coração” deles que se escureceu. Há pessoas que alegam que a rejeição a Deus foi resultado de pensamento racional, mas a incredulidade começa no coração, não no pensamento racional. A verdade é que pessoas não querem crer em Deus e, por isso, inventam “razões” para rejeitá-lo.

Portanto, o problema não foi que seres humanos não puderam conhecer a Deus. Eles não quiseram conhecer a Deus. Eles não quiseram saber do verdadeiro conhecimento a respeito de Deus.

1:22 – A análise rigorosa de Paulo atingiu seu clímax com a declaração: “Dizendo que eram sábios, se tornaram tolos”. Roma e outras cidades grandes tinham muitos oradores, eruditos, filósofos, políticos e escritores que se consideravam sábios e tinham “sabedoria” mundialmente famosa. O apóstolo desqualificou todos eles com uma única palavra: “tolos”.

O termo “tolos” nada tem a ver com nível de educação ou inteligência. Diz respeito à tentativa de explicar este mundo sem a revelação que seu próprio criador fornece sobre si mesmo e sobre sua vontade. O termo grego traduzido por “tolos” (plural de *moros*) é a raiz do termo “morosidade”, o qual significa “lentidão”, “retardamento”. Segundo Paulo, quando um indivíduo culto expressa enfaticamente sua opinião ignorando a revelação de Deus, está agindo como “um retardado espiritual”.

Assim, os seres humanos se tornaram fúteis, loucos. Rejeitando Deus, eles se tornaram menos racionais. Nota-se o contraste entre a pretensão humana e o fato verdadeiro.

1:23 – O apóstolo prosseguiu a sentença apresentando uma prova da tolice dos seres humanos: eles “trocaram” a glória de Deus por imagens. Eles cederam a glória que devia ter sido dada ao verdadeiro criador de todas as coisas, o “Deus incorruptível”, para coisas fabricadas pelos próprios seres humanos (“imagens”), coisas corruptíveis “semelhantes ao ser humano corruptível, às aves, aos quadrúpedes e aos répteis”. É preciso distinguir entre a criatura e o criador. Quem ignora o valor daquilo que possui está disposto a trocá-lo por outra coisa de menor valor, assim como uma criança é capaz de trocar uma joia preciosa por uma bugiganga que brilhe. Os seres humanos fizeram a pior de todas as trocas: trocaram a verdade a respeito de Deus por mentiras. Trocaram o Deus verdadeiro, incorruptível, glorioso, por imagens falsas, corruptíveis e sem valor.

Deus colocou nos seres humanos a necessidade de adorar. Em todas as partes do mundo há evidências do desejo universal de adorar um poder superior. Quando a humanidade como um todo rejeitou o Deus verdadeiro, o desejo de adorar ainda ardia em seu coração. Para saciar esse desejo, a humanidade inventou falsos deuses, criou imagens para representá-los e, depois, adorou essas imagens. As religiões do mundo são um resultado de o ser humano se afastar do verdadeiro Deus, uma vez que trocaram a coisa verdadeira pela falsa.

Um erro leva a outros. Quando o ser humano nega a existência de Deus ou perverte a verdade sobre a natureza do criador, outros pecados brotam dessas raízes (Romanos 1:21-25). Pessoas impressionadas com a sua própria inteligência e capacidade de raciocinar inventam deuses criados conforme a imagem de humanos, ou até de animais.

1:24 – Uma vez que os seres humanos trocaram a glória de Deus por imagens corruptíveis, Deus os “entregou à impureza”. O termo grego traduzido por “entregou” significa “ceder”, “passar para”. É usado na história da cruz quando Jesus é entregue a Pilatos para ser julgado, e aos soldados, para ser executado (Marcos 15:1,15). Em vez de impedir a humanidade de afundar ainda mais no pecado, Deus a deixou fazer o que bem deseja (compare com Gênesis 6:3). Além disso, em vez de proteger as pessoas das consequências de seus atos, Deus permitiu que sofressem todos os castigos do estilo de vida que escolheram (veja Gálatas 6:7).

Assim, Deus permitiu que os seres humanos buscassem a “impureza”, isto é, trocassem o uso natural de seus corpos por práticas contrárias à natureza, desonrando seus corpos. Paulo aqui se refere especificamente às relações homossexuais, isto é, entre duas pessoas do mesmo sexo. O homossexualismo é pecado e a perversão

sexual é um castigo decorrente de os seres humanos terem abandonado Deus. O castigo sempre se ajusta ao crime. Deus entregou os seres humanos para colherem o que tinham plantado.

Falsas doutrinas sobre Deus andam de mãos dadas com os pecados da carne. Quando os seres humanos negam a santidade e a perfeição do Deus justo, acabam justificando todo tipo de perversidade, incluindo relações homossexuais.

1:25 – Os seres humanos *“trocaram a verdade de Deus pela mentira”*. No texto original grego consta *“a mentira”*. Paulo afirmou que a rejeição da revelação divina que resulta em adoração a qualquer outra coisa diferente de Deus é *“a mentira”*, um pecado que a Bíblia define como idolatria. Quando as pessoas aceitaram *“a mentira”*, elas acabaram *“adorando e servindo a criatura em lugar do Criador”*. Elevaram aquilo que havia sido criado acima do próprio criador.

A maneira mais comum em que muitos servem *“a criatura no lugar do Criador”* é servindo a si mesmos e esforçando-se para saciar seus próprios desejos em vez de procurar saber qual é a vontade de Deus e se esforçar para agradá-lo. No entanto, o criador, Deus, é *“bendito para sempre”*. O termo grego traduzido como por *“bendito”* (*eulogetos*) tem a mesma raiz que *“elogio”* (*“uma palavra boa”*) e significa *“digno de ser louvado”*.

Romanos 1:26-27: *“{1:26} Por causa disso, Deus os entregou a paixões vergonhosas. Porque até as mulheres trocaram o modo natural das relações íntimas por outro, contrário à natureza. {1:27} Da mesma forma, também os homens, deixando o contato natural da mulher, se inflamaram mutuamente em sua sensualidade, cometendo indecência, homens com homens, e recebendo, em si mesmos, a merecida punição do seu erro.”*

1:26 – Paulo afirmou que a homossexualidade é o resultado de *“paixões vergonhosas”*. O termo grego traduzido como *“paixões”* (uma variante de *pathos*) sempre é usado em um sentido ruim no Novo Testamento. O termo grego traduzido como *“vergonhosas”* (de *atimia*) significa *“desonroso”* ou *“vergonhoso”*. O apóstolo se referiu à homossexualidade como algo *“contrário à natureza”*, uma tradução de duas palavras gregas: a preposição *“contra”* (*para*) e o substantivo *“natureza”* (*fusis*). Assim, de fato, a expressão significa, literalmente, *“contra a natureza”*. Uma possível tradução seria *“não natural”*, *“anormal”*. Deveria ser evidente para qualquer conhecedor da anatomia humana que é *“contrário à natureza”* do ser humano ter relações sexuais com outro do mesmo sexo. Além disso, uma vez que a distinção de sexos e a anatomia humana vieram de projeto divino (o projeto divino definiu o que é natural), adulterar essa ordem é afrontar a autoridade de Deus e deixa implícito que *“o ordenamento divino não é bom”*.

Não é apenas a relação entre dois homens que é contrária à natureza, relações entre mulheres são exatamente o mesmo caso. O vocábulo grego para *“trocaram”* é o mesmo encontrado em Romanos 1:23, texto que afirma que os seres humanos *“trocaram a glória do Deus incorruptível por imagens”*. Assim como os seres humanos fizeram uma péssima troca quando abandonaram Deus por ídolos, mulheres fizeram uma troca trágica mudando as relações naturais com homens por relações contrárias à natureza com outras mulheres.

É preciso distinguir entre a criatura e o criador. Não há como apaziguar isto: o homossexualismo é contrário à vontade de Deus e essa perversão sexual é um castigo decorrente de os seres humanos terem abandonado Deus.

1:27 – Assim como mulheres deixaram o contato natural do homem, homens também deixaram o contato natural da mulher. O mesmo princípio vale para os dois gêneros. O termo grego traduzido como *“deixando”* (do verbo *afiemi*) é um termo forte que combina a preposição *“de”* (*apo*) com uma palavra que significa *“enviar”* (*hiemi*). Significa *“mandar embora”*, *“despedir”*. Em outras palavras, homossexuais masculinos rejeitaram propositalmente relações com mulheres. A razão para isso é que *“se inflamaram mutuamente em sua sensualidade”*. O termo *“inflamaram”* vem de *ekkaio*, que intensifica a palavra para *“queimar”* (*kaio*) com a preposição *ek*. O termo *“sensualidade”* (*orexis*) também é traduzido por *“lascívia”*, *“luxúria”*. Em vez de controlar a lascívia, os homossexuais permitiram que ela fugisse ao seu controle.

O apóstolo também afirmou que atos homossexuais são *“indecência”* (*aschemosune*), uma forma negativa de um termo grego que significa *“decência na conduta humana”*. Paulo usou uma forma singular que poderia ser

traduzida por “feitos vergonhosos”. No fim do versículo, ele usou o termo “erro” (*plane*) com referência à homossexualidade, o qual significa, no texto original, “abandono do caminho certo, na doutrina ou na moral”.

Apesar de o apóstolo inspirado pelo Espírito Santo ter deixado registrada tal denúncia arrasadora contra a prática de homossexualidade, há quem ainda persista em tentar justificá-la. Alguns se agarram às expressões “natural” e “contrário à natureza” de Romanos 1:26-27 para insistir que Paulo não teve a intenção de condenar aqueles cuja homossexualidade é “natural”, mas apenas fez referência contra aqueles cuja homossexualidade é “contrária à natureza”. Em outras palavras, tentam criar um caso em que o apóstolo estaria repreendendo os heterossexuais que se envolvem em homossexualidade.

O problema com esse argumento reside na falta de compreensão da “natureza” a que Paulo se referiu. Ele usou esse termo como outros escritores judeus o usaram, ou seja, para se referir à ordem natural das coisas conforme determinadas por Deus. “Natureza”, nessa passagem, não se refere à natureza ou orientação humana individual, mas ao mundo conforme Deus o criou e ordenou. Assim, envolver-se em atividade homossexual é violar a intenção divina ao criar seres humanos masculinos e femininos. Nenhum ser humano tem o direito de interpretar o substantivo “natureza” como algum tipo de “natureza individual”, ou interpretar o adjetivo “natural” como “o que parece natural a cada um”.

Romanos 1:28-32: *“{1:28} E, por haverem desprezado o conhecimento de Deus, o próprio Deus os entregou a um modo de pensar reprovável, para praticarem coisas que não convêm. {1:29} Estão cheios de todo tipo de injustiça, perversidade, avareza e maldade. Estão cheios de inveja, homicídio, discórdia, engano e malícia. São difamadores, {1:30} caluniadores, inimigos de Deus, insolentes, arrogantes, orgulhosos, inventores de males, desobedientes aos pais, {1:31} insensatos, desleais, sem afeição natural e sem misericórdia. {1:32} Embora conheçam a sentença de Deus, de que os que praticam tais coisas são passíveis de morte, eles não somente as fazem, mas também aprovam os que as praticam.”*

1:28 – Em Romanos 1:29-31, Paulo prosseguiu citando uma lista de pecados que assolam o mundo. Aqui ele tornou a mencionar que “Deus os entregou” para apresentar essa lista. Quando pessoas rejeitam Deus, ele as “entrega” aos próprios desejos. É importante ressaltar que Deus não abandona as pessoas enquanto elas não o abandonam. Ainda que o abandonem, se retornarem a ele com arrependimento verdadeiro, ele as receberá.

A expressão “E, por haverem desprezado o conhecimento de Deus” demonstra que a incredulidade foi um ato deliberado e calculado. Os seres humanos julgaram Deus para decidir se ele possuía as qualificações de ser um “deus do seu agrado”. Decidiram que ele não preenchia essas qualificações e, então, despediram-no de suas vidas. Os seres humanos não aprovaram a ideia de conhecer Deus e, por isso, vieram a ter “um modo de pensar reprovável”, isto é, uma mente reprovada. Assim, uma decisão errada da parte dos seres humanos (“haverem desprezado o conhecimento de Deus”) levou a um raciocínio errado (“um modo de pensar reprovável”) que, por sua vez, levou a uma vida errada: começaram a praticar “coisas que não convêm”. Essa expressão é uma tradução exata do texto original, mas um termo mais forte seria apropriado. Em muitas comunidades, fazer o que é conveniente tem mais a ver com boas maneiras do que moralidade. A expressão “coisas que não convêm”, no contexto, significa “o que é abominável ou detestável”. O tipo de coisas “abomináveis” e “detestáveis” que Paulo tinha em mente é abordado nos versículos seguintes (Romanos 1:30-31).

Portanto, uma vez que os seres humanos rejeitaram Deus, ele os entregou a uma mente rejeitada. Mentes corrompidas se entregam à morte. O primeiro passo foi desprezar o conhecimento de Deus. O destino é a morte. Os passos intermediários são vários.

Deus deixa os pecadores caminharem para sua própria punição. Ele não autoriza o pecado, mas deixa o ser humano praticá-lo, até piorar cada vez mais. A justiça nem sempre é imediata, mas os pecadores que não voltam para Deus receberão a merecida punição.

1:29 – Em Romanos 1:29-31, Paulo ilustrou a depravação do ser humano com uma lista de pecados, os quais são exemplos das “coisas que não convêm” (Romanos 1:28) e que merecem a sentença de morte (Romanos 1:32). Ele não enumerou todos os pecados da época, mas enumerou os pecados típicos. O propósito do apóstolo era mostrar que os seres humanos se degeneraram depois que “Deus os entregou” (Romanos 1:28), e não classificar pecados em categorias.

O apóstolo afirmou que os seres humanos estão “cheios de” pecados e prosseguiu com uma lista desses pecados. Portanto, eles não tinham “pecados pequenos” em suas vidas. Estavam transbordando de pecados. Muitas pessoas consideram alguns desses pecados comuns, ou até mesmo aceitáveis. No entanto, Deus afirmou que pessoas invejosas, avarentas ou desobedientes aos pais são passíveis de morte. Todos devem pensar bem sobre sua conduta diante do criador.

A palavra “injustiça” é um termo geral para “o viver errado” de qualquer tipo. A “perversidade” é outro termo geral para tudo o que é mau e prejudicial. A “avareza” é o desejo de priorizar acumular bens e *status*. A “maldade” talvez seja a palavra mais genérica para ruindade, perversidade e depravação, tendo a ver com o mal no coração, o qual resulta em injustiça e maldade, como Jesus afirmou em Marcos 7:21-22: “Porque de dentro, do coração das pessoas, é que procedem os maus pensamentos, as imoralidades sexuais, os furtos, os homicídios, os adultérios, a avareza, as maldades, o engano, a libertinagem, a inveja, a blasfêmia, o orgulho, a falta de juízo.” A “inveja” é um sentimento de ressentimento em relação à prosperidade dos outros. O “homicídio” se refere ao assassinato de um ser humano, o qual é imagem e semelhança de Deus (Gênesis 1:26-27). A “discórdia” também pode ser traduzida como “briga” e inclui alterações, rivalidades e rixas. O “engano” vem de um termo grego que literalmente significa “isca”, como a isca usada na pesca ou na captura de animais, significando qualquer dispositivo astuto usado como armadilha para apanhar os outros ou para enganá-los, o que inclui os mentirosos, charlatões e vigaristas. A “malícia” é uma má disposição que tende a fazer o pior em tudo. O termo grego traduzido como “difamadores” significa literalmente “sussurradores” ou “murmuradores” e engloba aqueles que espalham informações falsas ou prejudiciais para manchar a reputação de alguém, porém o fazem em sigilo, privacidade ou sem a presença de espectadores.

1:30 – Paulo prosseguiu com mais sete exemplos das “coisas que não convêm” (Romanos 1:28) e que são passíveis de sentença de morte (Romanos 1:32): “caluniadores, inimigos de Deus, insolentes, arrogantes, orgulhosos, inventores de males, desobedientes aos pais”.

Os “caluniadores”, assim como os “difamadores” (Romanos 1:29), espalham informações falsas ou prejudiciais para manchar a reputação de alguém, mas fazem isso de forma mais aberta e pública. Os “inimigos de Deus” são aqueles que odeiam Deus porque, em última análise, ele é a barreira entre eles e seus prazeres, a “algema” que os impede de fazer o que querem (Salmo 2:3). Os “insolentes” são aqueles que são dominadores e audaciosamente violentos, possuindo um sadismo que se alegra em prejudicar os outros simplesmente por prazer. Os “arrogantes” se apresentam como estando acima dos outros, possuindo certo desprezo por todos exceto por si mesmos. Os “orgulhosos” são aqueles que se orgulham demasiadamente de si mesmos. Os “inventores de males” não se contentavam apenas em praticar maldade, tinham que inventar novas maneiras de praticá-la. Os “desobedientes aos pais” são aqueles que não aprenderam respeito e obediência com seus pais e, conseqüentemente, se tornaram em pessoas de péssima conduta, não confiáveis, egocêntricas em seus relacionamentos e relutantes a se submeterem ao Senhor.

1:31 – O apóstolo concluiu os exemplos das “coisas que não convêm” (Romanos 1:28) e que são passíveis de morte (Romanos 1:32) citando quatro tipos de praticantes de pecados: “insensatos, desleais, sem afeição natural e sem misericórdia”.

Os “insensatos” são aqueles que não possuem discernimento, não sendo isso uma questão de intelecto ou de nível de instrução, mas uma falha no uso correto do cérebro que Deus concedeu ao ser humano (excluir Deus da vida não é apenas mau, também é estupidez). Os “desleais” são aqueles que quebram uma aliança ou um acordo, isto é, são pessoas que não cumprem sua palavra, não fazem o que afirmam que fariam. A expressão “sem afeição natural” vem de uma forma negativa de um termo grego que define o amor de família, o amor que liga e une pessoas, especialmente no caso de pais para filhos e de filhos para pais, ou seja, um amor que deveria ser natural, mas que essas pessoas tinham perdido. O último pecado da lista é “sem misericórdia”, expressão que descreve pessoas que não se compadeciam dos outros.

1:32 – A lista estava concluída, mas Paulo tinha mais dois comentários a fazer antes de encerrar esse segmento da epístola. O apóstolo retomou a ideia de que esses pecadores não agiram por ignorância. Talvez eles não tenham entendido todas as implicações dos erros que estavam cometendo, porém sabiam que o que faziam era errado e que isso os tornava passíveis de morte diante de Deus. No entanto, esse conhecimento não os impediu de praticar o mal. O ápice de sua rebeldia ocorreu quando eles não apenas praticavam essas coisas, mas também aprovavam outras pessoas que também procediam assim.

Assim, a trajetória decadente dos seres humanos estava completa. Primeiramente, eles não quiseram conhecer a Deus. Por isso, suas mentes se degeneraram e suas vidas se encheram de toda injustiça. Se tornaram tão endurecidos que reagiram aos avisos de Deus com indiferença. Finalmente, eles não apenas pecavam, mas também incentivavam outros a fazer o mesmo.

Romanos 2:1-4: “{2:1} *Por isso, você é indesculpável quando julga os outros, não importando quem você é. Pois, naquilo que julga o outro, você está condenando a si mesmo, porque pratica as mesmas coisas que condena.* {2:2} *Bem sabemos que o juízo de Deus é segundo a verdade contra os que praticam tais coisas.* {2:3} *E você, que condena os que praticam tais coisas, mas faz o mesmo que eles fazem, pensa que conseguirá se livrar do juízo de Deus?* {2:4} *Ou será que você despreza a riqueza da bondade, da tolerância e da paciência de Deus, ignorando que a bondade de Deus é que leva você ao arrependimento?*”

2:1 – A expressão “*Por isso*” indica que a explicação do apóstolo em Romanos 1:29-31 está ligada aos argumentos apresentados aqui. Tendo em vista aquelas palavras fortes, pessoas que se consideravam de boa moral (talvez judeus ou mesmo alguns cristãos) poderiam ser tentados a condenar “aqueles pecadores” que praticavam e aprovavam aquelas coisas passíveis de morte (Romanos 1:32). Mas o apóstolo condenou o julgamento incoerente dessas pessoas quando julgavam, uma vez que elas estavam na mesma situação. Paulo não afirmou que essas pessoas que se consideram de boa moral eram culpadas exatamente dos pecados específicos citados em Romanos 1:29-31. A questão é que todos os seres humanos, mesmo aqueles de boa moral, são culpados dos mesmos tipos de pecados. Eles acabam praticando as mesmas coisas que condenam nos outros, como o homem que discute que é errado discutir, ou que é extremamente crítico daqueles que são extremamente críticos.

Assim, as palavras do apóstolo, com efeito, são dirigidas àqueles que pensam que serão salvos por serem “pessoas boas”. Muitas pessoas se julgam boas e, por isso, se julgam “aptas” para comparecer diante de Deus. Porém, os seres humanos devem reconhecer que, mesmo tendo feito o máximo para ser bons, jamais serão bons o bastante para merecer ou comprar a salvação. Nenhum ser humano possui desculpa para ser livrado do juízo de Deus, nem mesmo aqueles de boa moral. Precisam ser salvos pela graça de Deus, ou não serão salvos. Em Romanos 2-3, Paulo afirmou que o problema do pecado é universal, atingindo igualmente todos os seres humanos, judeus e gentios.

2:2 – Paulo afirmou que os seres humanos, especialmente aqueles de boa moral (talvez tendo em mente judeus ou mesmo alguns cristãos) sabem que o juízo de Deus é “*segundo a verdade*” contra aqueles que praticam pecados, ou seja, de acordo com a realidade, com os fatos, e não com base em relações nacionais ou religiosas. Aquele que meramente condena a impiedade e exorta para mudança também não será isento do juízo. É muito fácil enxergar e condenar as falhas dos outros. O ser humano que confia na sua própria justiça não reconhece sua própria necessidade da graça de Deus.

É importante ressaltar que o apóstolo não afirmou que padrões morais elevados não têm importância. São muito importantes. De fato, quem almeja agradar o Senhor se esforçará para viver de modo diferente do mundo pecaminoso. O que Paulo enfatizou é que os seres humanos precisam reconhecer que, mesmo tendo feito o máximo para ser bons, jamais serão bons o bastante para merecer ou comprar a salvação. Todos devem ser salvos pela graça de Deus, ou não serão salvos. Qualquer pecado não justificado banirá o ser humano da presença de Deus.

2:3 – O ser humano que confia na sua própria justiça condena a si mesmo porque o seu “talento” de reconhecer o pecado nos outros é prova de que pode identificar o pecado. Além disso, mostra que o ser humano está ciente de que o pecado é contrário à vontade de Deus. Diante disso, em vez de estar cheio de presunção, deveria se mostrar consciente de sua própria pecaminosidade, demonstrando humildade. Durante o seu ministério na Terra, Jesus batalhava contra a arrogância e autojustiça de seitas judaicas, como os fariseus (Mateus 23:27-28). Paulo, um ex-fariseu, passou a lutar contra o mesmo orgulho religioso de seus compatriotas.

Muitos judeus, por exemplo, realmente pensavam que iriam se livrar do juízo de Deus porque faziam parte do “povo escolhido de Deus”. Pensavam que Deus era o juiz dos pagãos, mas protetor especial dos judeus. Segundo Paulo, esse raciocínio é falso. O fato de serem judeus não significa que se livrariam do juízo de Deus. Judeus podiam ser moralmente superiores aos gentios, mas ainda eram pecadores carentes da graça de Deus.

2:4 – Em vez de castigar imediata e instantaneamente o ser humano por seus pecados, Deus concede tempo e oportunidade, esperando que sua bondade o leve ao “arrependimento”, isto é, a atitude de desistir de pecar e buscar seguir os ensinamentos de Deus. Mais adiante na epístola, Paulo explicou melhor sobre as condições para receber essa bênção (Romanos 3:24; 4:16; 5:2; 6:14; 11:6). Por enquanto, ele simplesmente se referiu à bondade, longanimidade e tolerância de Deus para o arrependido.

Infelizmente, a maioria das pessoas entende a bondade de Deus como um sinal de que ele ignora seus pecados. Judeus, provavelmente, entenderam que a bondade de Deus concedida a eles ocorria porque eram “o povo da aliança” e, em vez de se arrependerem, se tornaram cada vez mais impenitentes. As pessoas praticam coisas passíveis de morte (Romanos 1:29-32) e, aparentemente, nada acontece. Não ocorre punição imediata. É fácil elas pensarem que “está tudo bem”, que “tudo ainda está certo” entre elas e Deus.

Paulo, com efeito, estava advertindo todos os seres humanos para que não confundissem a tolerância de Deus com a aceitação dos pecados. A razão pela qual os seres humanos ainda estão vivos e respirando é que Deus está concedendo oportunidade para o arrependimento. Em 2 Pedro 3:9, o apóstolo Pedro escreveu: “O Senhor não retarda a sua promessa, ainda que alguns a julguem demorada. Pelo contrário, ele é paciente com vocês, não querendo que ninguém pereça, mas que todos cheguem ao arrependimento.” Todos devem tomar o cuidado de não desprezar a bondade de Deus e permitir que suas expressões de amor incitem ao arrependimento. Muitos se enganam e abusam da bondade de Deus, pensando que ele é demasiadamente amoroso para castigar o pecado.

Romanos 2:5-11: “{2:5} Mas, por ser teimoso e ter um coração impenitente, você acumula contra si mesmo ira para o dia da ira e da revelação do justo juízo de Deus, {2:6} que retribuirá a cada um segundo as suas obras: {2:7} a vida eterna aos que, perseverando em fazer o bem, procuram glória, honra e incorruptibilidade; {2:8} mas ira e indignação para os egoístas, que desobedecem à verdade e obedecem à injustiça. {2:9} Tribulação e angústia virão sobre todo aquele que faz o mal, ao judeu primeiro e também ao grego; {2:10} mas haverá glória, honra e paz a todo aquele que pratica o bem, ao judeu primeiro e também ao grego. {2:11} Porque Deus não trata as pessoas com parcialidade.”

2:5 – O apóstolo afirmou que o ser humano que julga ter uma moralidade melhor do que a moralidade daqueles que condena é “teimoso” e tem um “coração impenitente”, o que resulta em acumular contra si próprio a ira de Deus, até o dia em que Deus o julgue. A “teimosia” se refere à atitude de o ser humano persistir em continuar condenando os pecados dos demais enquanto pratica os mesmos tipos de pecado (Romanos 2:1). O “coração impenitente” se refere à ausência de arrependimento para parar de teimar no mesmo erro. Esse tipo de pessoa está endurecido e investe na ira divina.

Não se sabe quando será o dia em que Deus julgará cada ser humano. De qualquer forma, está cada vez mais próximo, uma vez que após a morte física vem o juízo (Hebreus 9:27) e a Segunda Vinda de Cristo pode ocorrer a qualquer momento (Mateus 24:36). O “justo juízo de Deus” ocorrerá com o que vier primeiro. Sendo assim, o indivíduo “teimoso” com um “coração impenitente” acumula “contra si mesmo ira para o dia da ira”. O termo grego traduzido por “acumula” (*thesaurizo*) é normalmente associado a tesouro: acumular tesouro antecipando futuras necessidades. Nesse caso, porém, aquilo que o indivíduo está acumulando para o dia da ira (o dia do juízo de Deus) é mais ira. É uma redundância tentar se prevenir armazenando justamente aquilo que não faltará naquele dia: ira. Isso não é apenas desastroso, mas também ridículo.

A autojustiça traz consequências gravíssimas. Quando a pessoa recusa a ajuda oferecida por Deus, não há outro remédio. Vai caminhando para a morte, incapaz de se livrar dos laços da iniquidade. Tal pessoa acha algum conforto em ver os “pecados maiores” dos outros, mas não reconhece que o Deus justo rejeitará todos aqueles que praticam a injustiça.

2:6 – O “justo juízo de Deus” (Romanos 2:5) retribui a cada ser humano “segundo as suas obras”, não tratando as pessoas com parcialidade (Romanos 2:11). O termo grego traduzido por “obras” é *erga*, a forma plural da palavra equivalente a “obra”, “trabalho”, um termo geral referente a qualquer coisa que uma pessoa faz. Paulo estava citando o Antigo Testamento, provavelmente o Salmo 62:12. Ser julgado segundo seu procedimento é um tema encontrado tanto no Antigo Testamento quanto no Novo Testamento. Jesus afirmou que, quando ele voltar, “retribuirá a cada um conforme as suas obras” (Mateus 16:27). Paulo escreveu em 2 Coríntios 5:10: “Porque é necessário que todos nós compareçamos diante do tribunal de Cristo, para que cada um receba segundo o bem ou o mal que tiver feito por

meio do corpo.” Na cena do juízo em Apocalipse 20:12, João afirmou: “Vi também os mortos, os grandes e os pequenos, que estavam em pé diante do trono. Então foram abertos livros. Ainda outro livro, o Livro da Vida, foi aberto. E os mortos foram julgados, segundo as suas obras, conforme o que estava escrito nos livros.” Embora os seres humanos não sejam salvos por suas obras, tampouco serão salvos sem elas, uma vez que as obras expressam a fé (Tiago 2:18-20). Em última análise, as “obras” testificam como cada um procedeu em relação à Palavra de Deus. As palavras de Jesus em João 12:48-49 auxiliam nesse entendimento: “Quem me rejeita e não recebe as minhas palavras tem quem o julgue; a própria palavra que falei, essa o julgará no último dia. Porque eu não falei por mim mesmo, mas o Pai, que me enviou, esse me ordenou o que dizer e o que anunciar.”

O dia do juízo de Deus será um acontecimento público. Esse evento público, no qual um veredito público e uma sentença pública serão pronunciados, irá exigir provas públicas e comprováveis para sustentá-los. A única prova pública disponível são as obras de cada um, aquilo que os seres humanos realizam e que os outros os viram fazer. Não pode haver uma base de julgamento mais justa do que julgar os seres humanos por seus procedimentos. As provas serão incontestáveis e o veredito será justo. Todo ser humano, independentemente de ser judeu ou gentio, recebe recompensa pelo que tem feito, e há somente duas classes: os justificados e os condenados.

2:7 – O tipo de pessoa mencionada aqui busca três coisas: “glória”, “honra” e “incorruptibilidade”. Uma vez que Paulo contrastou essas pessoas com as “egoístas” em Romanos 1:8, ele não se referiu aqui àqueles que se esforçam por obter glória e honra pessoais. Paulo se referiu àqueles que buscam ter uma relação especial com Deus: aqueles que almejam ver o esplendor, ou “glória”, de Deus; aqueles que querem a aprovação de Deus, ou “honra”; e aqueles que desejam a presença de Deus, ou “incorruptibilidade” para estar diante dele, como em João 17:3. São pessoas que possuem um senso sobre o que é verdadeiramente importante. Essas pessoas não apenas fazem o bem, elas perseveram, ou persistem, em “fazer o bem”. A expressão “fazer o bem”, em última análise, significa buscar praticar a vontade de Deus revelada nas Escrituras, não em praticar as obras que o ser humano acredita serem boas.

É notável que Paulo combateu a noção da “primazia do judeu sobre o gentio”, uma vez que há igualdade de judeus e gentios no julgamento de Deus: aqueles que forem justificados por Deus, independentemente de que povo sejam, serão glorificados.

2:8 – Em contraste com o tipo de pessoa mencionado em Romanos 2:7, os indivíduos rebeldes aqui mencionados são primeiramente descritos como “egoístas”, isto é, aqueles que prioritariamente buscam proveito pessoal. Eles “desobedecem à verdade”, isto é, desobedecem à Palavra de Deus revelada nas Escrituras, “e obedecem à injustiça”, isto é, praticam “o viver errado” de qualquer tipo. Essas pessoas podem ser descritas como aqueles que se rebelam contra o plano de vida divino e se recusam a obedecer às regras de Deus, indivíduos que acabam sendo servos do mal. A “recompensa” deles será “ira e indignação”, tradução de expressões gregas equivalentes a “raiva”. Ira e indignação descrevem tipos de raiva diferentes, mas estão juntos aqui para intensificar o quadro da “raiva ardente” de Deus diante dos impenitentes no dia do juízo. Hebreus 10:31 afirma: “Horrrível coisa é cair nas mãos do Deus vivo.”

Novamente, observa-se que Paulo combateu a noção da “primazia do judeu sobre o gentio”, uma vez que há igualdade de judeus e gentios no julgamento de Deus: os pecadores de qualquer nação serão condenados.

Assim, em Romanos 2:7-8, Paulo contrastou dois tipos de pessoa cujos alvos são diferentes: um está buscando a Deus, enquanto o outro busca seus próprios interesses. Os procedimentos de ambos são diferentes: um faz o bem, enquanto o outro faz o mal. Consequentemente, o fim de cada um é diferente: um receberá de Deus vida eterna, enquanto o outro receberá ira e indignação. Existem apenas duas possibilidades, não há meio termo.

À luz de outras passagens da Epístola aos Romanos e em outros livros, pode-se tomar por certo que aqueles que praticam o mal (Romanos 2:8-9) não confiam no Senhor ou não entregam suas vidas a ele. No juízo de Deus, o enfrentarão com o registro de seus pecados intacto. Aqueles que praticam o bem (Romanos 2:7,10) obedecem aos mandamentos do Senhor e aceitam sua graça. Quer tenham vivido sob o Antigo Testamento, quer vivam sob o Novo Testamento, seus pecados foram lavados pelo sangue de Jesus (Hebreus 9:15). Por isso, eles enfrentam o juízo sem medo.

2:9 – Em Romanos 2:9-10, Paulo repetiu, na ordem contrária, os pensamentos de Romanos 2:7-8, com um acréscimo importante. Aqui, ele mencionou o destino daqueles que praticam o mal: *“Tribulação e angústia”*. O termo grego traduzido como *“Tribulação”* (*thlipsis*) significa, basicamente, “aperto” ou “pressão”, uma pressão que “sobrecarrega o espírito”. O termo grego traduzido como *“angústia”* é a tradução de um composto (*stenochoria*) que significa “estreiteza de lugar” (*stenos*, “estrito”, mais *choria*, “lugar”) e tem a ver com a angústia que surge de estar confinado. O banimento da presença de Deus resultará nessas terríveis sensações. Não há exceções para isso, tanto que o apóstolo estendeu o ensino para uma direção que nenhum judeu esperaria: *“ao judeu primeiro e também ao grego”*. Os judeus haviam recebido privilégios especiais (Romanos 2:17-20), mas tinham responsabilidades especiais. Eles não vão se livrar do juízo de Deus (Romanos 2:3) e serão cobrados por isso (Lucas 12:48).

2:10 – A seguir, Paulo se referiu àqueles que praticam o bem, isto é, aqueles que praticam a Palavra de Deus, independentemente de serem judeus ou gentios, conforme a expressão *“ao judeu primeiro e também ao grego”*. Eles receberão *“glória, honra e paz”*. A *“glória”* se refere a estar na presença do esplendor do Senhor. A *“honra”* tem a ver com receber a aprovação de Deus. A *“paz”* (*eirene*) se refere à paz com Deus e com o ser humano, a paz completa e conclusiva que será consumada apenas no estado eterno na presença do Senhor.

2:11 – O termo grego traduzido como *“parcialidade”* é *prosopolempsia*, composto por *prosopon* (“rostro”) e *lambano* (“receber”). A ideia é “receber o rosto de alguém”, ou seja, tratar o outro com base na aparência exterior. A tendência dos seres humanos é aceitar ou rejeitar o próximo tomando por base uma aparência exterior. Portanto, seres humanos tendem a ser parciais em seu julgamento, tratando alguns com rudeza e outros com indulgência. Deus, porém, é imparcial (Deuteronômio 10:17; 2 Crônicas 19:7; Atos 10:34, 35). Pedro entendeu esse fato quando pregou, pela primeira vez, aos gentios (Atos 10:34). Aqui, Paulo reafirmou a mesma verdade quando afirmou a necessidade universal do evangelho. Deus é um juiz justo. Cabe ao homem se conformar com a vontade do Senhor.

Nos versículos seguintes, Paulo ilustrou a imparcialidade de Deus mostrando como ele tratou os judeus e os gentios. O apóstolo tinha em mente, especialmente, o relacionamento de Deus com judeus e gentios antes da vinda de Jesus.

É importante destacar algo que Paulo não afirmou aqui. O apóstolo nunca afirmou que judeus deixam de ser judeus ou que os gentios deixam de ser gentios. No que diz respeito à salvação, essas distinções não têm importância. Todos são salvos sob os mesmos critérios e ninguém é favorecido. É importante entender isso, uma vez que alguns ensinam que a cruz eliminou todas as distinções. Especificamente, tentam negar o ensino do Novo Testamento sobre o marido ser o cabeça da mulher (Efésios 5:23) e a ênfase sobre o homem liderar (1 Timóteo 3:2), o que inclui os cultos públicos de adoração (1 Timóteo 2:8; 1 Coríntios 14:34). Tanto os homens como as mulheres são salvos da mesma forma, assim como judeus e gentios. Em termos de valor como seres humanos, todos são iguais aos olhos de Deus. No entanto, isso é bem diferente de afirmar que deixaram de ser homens e mulheres e que não estão sujeitos às instruções bíblicas relativas às funções que Deus deseja que cada um siga.

Romanos 2:12-16: *“{2:12} Assim, todos os que pecaram sem lei também sem lei perecerão; e todos os que pecaram sob a lei serão julgados pela lei. {2:13} Porque justos diante de Deus não são aqueles que somente ouvem a lei, mas os que praticam a lei é que serão justificados. {2:14} Quando, pois, os gentios, que não têm a lei, fazem, por natureza, o que a lei ordena, eles se tornam lei para si mesmos, embora não tenham a lei. {2:15} Estes mostram a obra da lei gravada no seu coração, o que é confirmado pela consciência deles e pelos seus pensamentos conflitantes, que às vezes os acusam e às vezes os defendem, {2:16} no dia em que Deus, por meio de Cristo Jesus, julgar os segredos das pessoas, de acordo com o meu evangelho.”*

2:12 – A palavra *“lei”* foi usada pela primeira vez na Epístola aos Romanos. Ela foi traduzida do termo grego *nomos*, o qual tem um lugar proeminente na epístola. *Nomos* pode ter uma variedade de significados, mas aqui se refere à Lei de Moisés. A expressão *“todos os que pecaram sem lei”* se refere aos gentios que não tinham uma lei escrita de Deus, os quais *“também sem lei perecerão”*. Quanto aos judeus, os quais tinham uma lei escrita de Deus (Lei de Moisés), Paulo afirmou: *“e todos os que pecaram sob a lei serão julgados pela lei”*. Assim, há duas classes de pecadores que perecerão: aqueles sem lei (os gentios) e aqueles com lei (os judeus).

Os judeus confiaram na lei que Deus concedeu a eles por intermédio de Moisés. Por terem recebido essa revelação especial, se acharam superiores aos gentios. Mas possuir a lei não salva. Ser ouvinte da lei não salva. O mero fato de uma pessoa receber revelação especial de Deus não garante sua salvação.

2:13 – A maioria dos judeus aprendeu a Lei de Moisés ouvindo-a na sinagoga aos sábados (Atos 13:15). Entretanto, Paulo enfatizou que apenas possuir ou ouvir a Lei de Moisés não era suficiente, era preciso também praticá-la (Tiago 1:22-25). O que importa é obediência à lei, não a posse dela. Assim, para serem justificadas, as pessoas teriam que obedecer completamente a lei de Deus. Paulo ainda mostrará que nenhum judeu obedeceu a lei perfeitamente. Aqui, o apóstolo ousou dizer que se um gentio respeitasse os princípios de justiça, mesmo não possuindo a lei escrita, seria aceito por Deus. Tal afirmação seria, para muitos judeus, praticamente uma blasfêmia.

2:14 – Os gentios, mesmo não possuindo uma lei escrita de Deus, como os judeus, às vezes procediam instintivamente de forma correta. Isso porque o ser humano foi criado por Deus à sua imagem e semelhança (Gênesis 1:26-27), tendo sido criado íntegro, mas se corrompendo posteriormente por causa da desobediência (Eclesiastes 7:29). A eternidade está no coração do ser humano (Eclesiastes 3:11). Assim, mesmo sem uma lei escrita da parte de Deus, os gentios conseguiam proceder de acordo com a lei divina. Quando eles agiam em conformidade com as leis de Deus, eram capazes de estabelecer padrões corretos para si mesmos.

2:15 – Os gentios tinham uma lei escrita em seus corações e demonstravam isso de três maneiras: (1) por meio de sua conduta, pois às vezes procediam de acordo com as leis de Deus de forma instintiva; (2) por meio de sua consciência, pois eram capazes de avaliar seus próprios atos; e (3) por meio da avaliação dos atos dos outros.

O propósito de Paulo em Romanos 2:14-15 foi mostrar que ninguém, nem judeu nem gentio, tinha vivido de conformidade com os padrões que dispunha. Sendo assim, todos estão sujeitos à justiça de Deus. É importante ressaltar o fato de que Deus é eminentemente justo, pois nele não há parcialidade (Romanos 2:11).

2:16 – Deus julgará todos os segredos dos seres humanos por meio de Jesus Cristo, usando o evangelho como o padrão do julgamento. O termo grego traduzido como “segredos” (*krupta*, plural de *kruptos*) significa “coisas secretas” ou “coisas ocultas” e se refere a qualquer coisa desconhecida às outras pessoas: pensamentos, motivos, palavras não ditas e atos secretos. Em Lucas 12:2, Jesus afirmou que nada há encoberto que não venha a ser revelado e oculto que não venha a ser conhecido (Eclesiastes 12:14). Todo pecado não justificado pelo sangue de Jesus (Mateus 26:28; 1 João 1:7) será exposto. Isso será desconcertante e arrasador para o pecador não justificado. O dia do juízo de Deus é inescapável e as decisões do Senhor são incontestáveis. Ele será imparcial e seu julgamento é inevitável.

Para apreciar a importância e a necessidade do evangelho, primeiramente é necessário descartar falsas bases de confiança. O ser humano que confia em sua própria justiça não será salvo. A pessoa que se considera segura meramente por fazer parte do “povo escolhido” sofrerá uma grande decepção. Cada um será julgado, não por ser judeu ou gentio, mas de acordo com seu procedimento em relação à Palavra de Deus. O julgamento será realizado por Deus, por meio de Cristo, tendo como base o evangelho (João 12:47-48), a mesma Palavra de Deus pregada pelos apóstolos de Cristo e por Paulo.

Romanos 2:17-24: “{2:17} Mas, se você diz que é judeu, confia na lei e se gloria em Deus; {2:18} se você conhece a vontade de Deus e aprova as coisas excelentes, sendo instruído na lei; {2:19} se você está convencido de que é guia dos cegos, luz dos que se encontram em trevas, {2:20} instrutor de insensatos, mestre de crianças, tendo na lei a forma da sabedoria e da verdade — {2:21} você, pois, que ensina os outros, não ensina a si mesmo? Você, que prega que não se deve roubar, rouba? {2:22} Você, que diz que não se deve cometer adultério, adultera? Você, que detesta ídolos, rouba os templos? {2:23} Você, que se gloria na lei, desonra a Deus pela transgressão da lei? {2:24} Pois, como está escrito: ‘O nome de Deus é blasfemado entre os gentios por causa de vocês.’”

2:17 – A conjunção “se” introduz uma construção gramatical em que se pressupõe que uma condição está cumprida. Sendo assim, Paulo estava, com efeito, afirmando: “Visto que você diz que é judeu, e visto que confia na lei e se gloria em Deus”, e assim por diante, até Romanos 2:21. O apóstolo se dirigiu ao fato de que os judeus se consideravam melhores espiritualmente e religiosamente. Uma das suas vantagens era sua herança religiosa.

Paulo afirmou que o judeu “confia na lei”, isto é, se apoia na Lei de Moisés. Os judeus tinham orgulho de terem recebido do próprio Deus a lei divina escrita e se apoiavam nessa lei, especialmente pelo fato de que apenas eles a possuíam, e os outros povos não. Além disso, eles se gloriavam na lei (Romanos 2:23) e tinham orgulho de que somente a eles foram confiados “os oráculos de Deus” (Romanos 3:2). Para eles, a posse da lei era o sinal mais marcante do favor de Deus para sua nação.

O judeu também *“se gloria em Deus”*. Os judeus tinham uma divindade sagrada, o Deus verdadeiro, e uma relação exclusiva com ele como povo escolhido. Gloriar-se em Deus, e não em si mesmo, é o cerne da verdadeira adoração (Jeremias 9:23-24). Todavia, muitos judeus não estavam de fato colocando Deus no centro, mas colocando a si mesmos no centro. O orgulho deles estava na forma como eles conheciam Deus e no fato de eles pensarem que ninguém mais o conhecia. O judeu tinha à sua disposição o conhecimento do verdadeiro Deus e julgava que outras nações estavam em trevas. Por essas razões, era comum que um judeu se sentisse muito superior a todos os outros povos e os desprezasse. Chegava a ponto de se julgar digno de ter o favor de Deus.

2:18 – Os judeus não apenas possuíam a lei, eram cientes de seus preceitos e conheciam a vontade de Deus. A maioria deles era oralmente instruída e aprendia a Palavra de Deus ouvindo outros lerem as Escrituras Sagradas. Além disso, os judeus não apenas aprenderam a lei, como também aprenderam a aplicá-la. Por isso, estavam aptos a aprovar *“as coisas excelentes”*, isto é, eram capazes de diferenciar o certo do errado e tinham a capacidade de poder escolher entre o que é bom, melhor e excelente, ou seja, aprovar aquilo que é superior.

2:19 – Por causa de suas bênçãos e do fato de possuírem a lei, os judeus estavam convencidos de que estavam corretos e estavam convencidos de que possuíam todas as qualificações necessárias para serem guias e luzes. Eles classificavam os gentios como cegos que estavam em trevas.

Dois fatos devem ser destacados em Romanos 2:19-20: (1) embora a descrição dos gentios não constituísse um elogio, nem por isso era inexata; (2) embora a passagem reflita arrogância espiritual, é uma descrição exata daquilo que Deus esperava da nação judaica.

Na era do Antigo Testamento, os judeus, de fato, tinham a religião certa, dada a eles por Deus, enquanto as demais nações do mundo estavam erradas. No entanto, o problema dos judeus não era terem sido honrados com bênçãos especiais ou terem recebido responsabilidades impressionantes. O problema era que deixaram de viver à altura do seu potencial, falhando com a confiança que Deus depositou neles. Pensavam que ter a religião certa era suficiente. Faltou a prática. Na verdade, o fato de eles possuírem a lei não diminuía, mas aumentava, sua culpa quando desobedeciam a lei.

2:20 – Além de se considerarem guias e luzes (Romanos 2:19), judeus também se consideravam instrutores e mestres que se apoiavam na sabedoria e na verdade de Deus, as quais foram reveladas na Lei de Moisés, a qual era a essência do conhecimento e da verdade na época do Antigo Testamento. Gentios eram considerados como insensatos e crianças, isto é, eram vistos como espiritualmente imaturos.

2:21 – A longa sentença que começou em Romanos 2:17 termina com Paulo efetivamente perguntando ao judeu algo como isto: *“Uma vez que você está tão preparado para instruir outros, já ensinou a si mesmo alguma coisa?”* A pergunta *“Você, que prega que não se deve roubar, rouba?”* não se refere a um roubo público, como o assalto a um banco. O termo grego para *“roubar”* (*klepto*) se refere a um furto silencioso, privado, sorrateiro. O oitavo mandamento proibía o furto (Êxodo 20:15), porém os judeus encontraram meios de se apropriar daquilo que, por direito, pertencia a outro indivíduo. Muitos líderes judeus fizeram do templo *“um covil de salteadores”* (Marcos 11:17). Os fariseus eram *“cheios de roubo e de glotonaria”* (Mateus 23:25). Os escribas devoravam *“as casas de viúvas”* (Marcos 12:40). Judeus adultos *“roubavam”* de seus pais a ajuda e o sustento que eles precisariam na velhice na questão do corbã (Marcos 7:9-13).

2:22 – O mundo sempre foi infestado pelo pecado do adultério. Apesar de os judeus terem recebido o sétimo mandamento que especificamente proibía o adultério (Êxodo 20:14), eles não eram exceção na prática desse pecado. Jeremias 5:7-8 afirma: *“Jerusalém, como posso perdoá-la? Os seus filhos me abandonaram e juram pelos que não são deuses. Depois de eu ter-lhes saciado a fome, adulteraram e se reuniram em casas de prostitutas. Como garanhões bem fartos e cheios de desejo, cada um fica rinchando para a mulher do seu próximo.”* O Talmude judaico acusava alguns dos rabinos mais célebres de adultério. Em João 7:53-8:11, a história da mulher flagrada em adultério que foi trazida diante de Jesus levanta uma pergunta que incomoda muitos leitores atentos: onde estava o homem que adulterava com ela? Por que os judeus ignoraram o pecado dele?

O povo de Israel teve dificuldade em resistir à idolatria durante quase todo o período do Antigo Testamento, mas voltou do cativo babilônico com o coração firmemente determinado a repudiar a idolatria. Assim, o significado da expressão *“Você, que detesta ídolos”* é bastante claro: judeus repudiavam ídolos. A

dificuldade reside em entender o que Paulo quis dizer quando perguntou ao judeu se ele “rouba os templos” dos ídolos. Isso pode ser uma referência a judeus que, de alguma forma, cometiam a idolatria que alegavam abominar, ou pode ser que, realmente, alguns judeus furtavam coisas dos templos de ídolos (como a proibição em Deuteronômio 7:25-26, a citação em Josué 6:18 e a consequência da desobediência de Acã em Josué 7). Essa é uma das passagens bíblicas cujo significado provavelmente era evidente aos leitores originais, embora seja obscuro para os leitores de hoje. De qualquer forma, a implicação é que os judeus eram incoerentes. Diziam uma coisa e faziam outra. Pregavam, mas não praticavam.

2:23 – O ponto de Paulo era que os judeus se gabavam da lei em um minuto, mas a transgrediam no minuto seguinte. Essa incoerência não afetou somente eles e sua relação com o Senhor, afetou também os gentios. O apóstolo perguntou: “*Você, que se gloria na lei, desonra a Deus pela transgressão da lei?*” A resposta subentendida é positiva: quando o judeu desobedecia a lei, desonrava a Deus. Judeus deveriam conduzir os gentios até o Senhor, mas suas vidas os desviaram dessa aproximação. Quando os gentios foram acusados de idolatria, imoralidade e iniquidade, Deus não foi desonrado entre os seres humanos. Todavia, quando os judeus cometeram os mesmos tipos de pecados, o nome de Deus foi exposto ao ridículo. A conduta do “povo de Deus” refletiu sobre Deus.

2:24 – Com o intuito de provar o que afirmou em Romanos 2:23, Paulo tinha em mente a tradução grega (Septuaginta ou LXX) de Isaías 52:5. Isaías escreveu a respeito de gentios zombarem de Deus porque pensavam que ele não tinha poder para proteger seu povo e livrá-lo do cativeiro: “*Agora, que farei eu aqui, diz o SENHOR, pois o meu povo foi levado por nada? Os seus opressores dão uivos, diz o SENHOR, e o meu nome é blasfemado todo o dia, sem cessar.*” Porém, na verdade, foram os pecados de Israel que resultaram no cativeiro, e não uma suposta falta de poder do Senhor. Assim, os pecados de Israel foram responsáveis pelo nome de Deus ser blasfemado entre gentios. Semelhantemente, nos dias de Paulo, a pecaminosidade dos judeus havia resultado no nome de Deus ser blasfemado entre gentios. Paulo escreveu a respeito do mau comportamento dos judeus, Isaías escreveu a respeito da triste situação deles, mas ambos os casos resultaram em blasfêmia contra Deus.

Romanos 2:25-29: “*{2:25} A circuncisão tem valor se você pratica a lei; mas, se você é transgressor da lei, a sua circuncisão já se tornou incircuncisão. {2:26} Portanto, se a incircuncisão observa os preceitos da lei, não será essa incircuncisão considerada como circuncisão? {2:27} E, se aquele que é incircunciso por natureza cumpre a lei, certamente ele julgará você, que, embora tenha a letra da lei e a circuncisão, é transgressor da lei. {2:28} Porque não é judeu quem o é apenas exteriormente, nem é circuncisão a que é somente na carne. {2:29} Porém judeu é aquele que o é interiormente, e circuncisão é a do coração, pelo Espírito, não segundo a letra, e cujo louvor não procede de seres humanos, mas de Deus.*”

2:25 – Em Romanos 2:25-29, Paulo definiu a diferença entre o judeu carnal e o judeu espiritual, mostrando que, ao contrário daquilo que os rabinos ensinavam, simplesmente ser circuncidado não tornava ninguém em um verdadeiro judeu. O apóstolo ampliou o argumento de Jesus sobre a necessidade de agir como povo de Deus. Enquanto os judeus geralmente confiavam muito na sua posição como descendentes de Abraão (João 8:33), a verdadeira descendência é determinada pela atitude e conduta espiritual (João 8:39-40,47).

Para um judeu, a segunda coisa mais importante que definia sua identidade (sendo a primeira a recepção da lei divina escrita) era a “*circuncisão*” (a retirada do prepúcio). Ela era uma marca de distinção do judeu, a qual, desde os tempos de Abraão, significava que o indivíduo estava dentro de uma relação de aliança com Deus (Gênesis 17:9-12). No entanto, essa marca teria valor apenas se acompanhada pela obediência à lei divina. A obediência é mais importante do que a “*circuncisão*”.

A circuncisão nunca teve o propósito de ser um fim em si mesma. Cabia ao circunciso a obrigação de cumprir a aliança (Gálatas 5:3). Infelizmente, os judeus tinham usado a “*circuncisão*” como se fosse uma substituta para a obediência. Uma pessoa circuncidada que não cumpre a lei divina está na mesma situação de uma pessoa não circuncidada, isto é, excluída do povo de Deus. Se os judeus não cumprissem a aliança com Deus, eles estavam se comportando como se nunca tivessem recebido o sinal da aliança.

2:26 – Uma vez que os circuncisos podiam se tornar incircuncisos (Romanos 2:25), havia a possibilidade de incircuncisos serem considerados como se fossem circuncisos. Paulo afirmou que o indivíduo incircunciso que observa os princípios da lei divina é reconhecido como circunciso, isto é, como se fosse parte do povo de Deus e como se tivesse o sinal da aliança.

Em Romanos 2:14, o apóstolo declarou que alguns gentios procediam, por natureza, de conformidade com a lei divina. Eles realmente não tinham a lei escrita de Deus, mas tinham um senso de certo e errado e observavam princípios morais semelhantes aos princípios encontrados na Lei de Moisés. O apóstolo se referiu a esse tipo de indivíduo para provar que a circuncisão física não era suficiente por si só. Assim, se alguém faz o que a lei ordena, é como se fosse “circunciso”, isto é, parte do povo de Deus.

2:27 – Os gentios, na verdade, não obedeciam à Lei de Moisés (a qual não receberam), porém, ao viverem de conformidade com uma moralidade semelhante, cumpriam um dos propósitos dessa lei. Assim, se referindo ao gentio cumpridor da lei, Paulo afirmou: *“certamente ele julgará você, que, embora tenha a letra da lei e a circuncisão, é transgressor da lei”*. Os judeus se consideravam como juízes adequados para os gentios (Romanos 2:1,3), mas o apóstolo afirmou que os gentios que faziam o que é certo julgariam os judeus que procediam erroneamente. Esse “julgamento” citado é o julgamento indireto por comparação, assim como os homens de Nínive “julgariam” aqueles que rejeitaram Jesus (Mateus 12:41). O ponto é o seguinte: se gentios, os quais não tinham a lei divina escrita, nem a circuncisão, puderam observar alguns dos princípios de Deus, então, certamente, judeus, os quais tinham a lei divina por escrito e a circuncisão, deveriam ter sido capazes de fazer o mesmo.

O fato de um judeu não ser circuncidado não era o mesmo fato de um gentio não ser circuncidado. Nesse caso, o judeu teria transgredido a aliança de Deus, mas não o gentio. No entanto, depois que o judeu se tornava circuncidado, se ele não guardasse a lei, sua circuncisão em nada resultaria. Assim, quem não tinha “o sinal da aliança” e observava a aliança estava em melhor situação espiritual do que quem tinha “o sinal da aliança” e não a observava.

2:28 – Paulo afirmou que *“não é judeu quem o é apenas exteriormente, nem é circuncisão a que é somente na carne”*. Isso é uma referência a ritos, rituais e outras expressões exteriores, as quais eram estimadas por todo judeu. O judeu típico pensava que realizar certos ritos garantiria sua justificação perante Deus. Havia valor em possuir a lei divina escrita? Sim (Romanos 3:1,3). Todo judeu deveria ser circuncidado? Certamente. O judeu não seria judeu sem algum desses itens. Todavia, possuir a lei e ser circuncidado poderia substituir a obediência a Deus? Nunca. Expressões exteriores não faziam de um judeu um verdadeiro judeu.

2:29 – Uma vez que expressões exteriores não faziam um judeu ser verdadeiramente um judeu, o apóstolo afirmou: *“judeu é aquele que o é interiormente, e circuncisão é a do coração, pelo Espírito, não segundo a letra, e cujo louvor não procede de seres humanos, mas de Deus”*.

O termo *“interiormente”* se refere a *“não ser visto”*, isto é, em última análise, o judeu verdadeiro era aquele que praticava a vontade de Deus voluntariamente, não para ser visto como judeu por outros seres humanos, mas para obedecer a Deus, porque ama o Senhor.

A *“circuncisão do coração”* não era uma declaração que o judeu nunca ouviu antes. Escritores do Antigo Testamento já haviam enfatizado a importância de ter *“corações circuncidados”* (Deuteronômio 30:6; Levítico 26:41; Jeremias 9:25-26; Ezequiel 44:7,9). Moisés havia ordenado aos israelitas: *“Portanto, circuncidem o coração de vocês e deixem de ser teimosos”* (Deuteronômio 10:16). Jeremias havia anunciado: *“Deixem-se circuncidar para o SENHOR; circuncidem o seu coração, ó homens de Judá e moradores de Jerusalém, para que o meu furor não saia como fogo, por causa da maldade do que vocês fazem, e queime, sem que haja quem o possa apagar”* (Jeremias 4:4). A circuncisão carnal era *“um corte”* que visava remover o prepúcio. A circuncisão espiritual era *“um corte”* que visava remover do coração o mal e a rebeldia para que o homem se comprometesse a honrar o seu Senhor. A circuncisão carnal envolvia uma cirurgia física. A circuncisão do coração exigia uma *“cirurgia espiritual”*.

Essa *“circuncisão do coração”* é realizada *“pelo Espírito”*, não pela *“letra”*. No contexto, *“letra”* significa a Lei de Moisés. A lei não pode realizar a *“circuncisão do coração”*, uma vez que essa circuncisão não é uma operação humana, mas divina, realizada pelo Espírito Santo. Assim, se um judeu fosse circuncidado na carne, mas seu coração permanecesse afastado de Deus, sua circuncisão seria vã.

O apóstolo concluiu a descrição do verdadeiro judeu afirmando a expressão *“cujo louvor não procede de seres humanos, mas de Deus”*. Os seres humanos louvam aquilo que podem ver, mas Deus louva o que não pode ser visto: corações circuncisos (1 Samuel 16:7). Aqueles que amam o Senhor vivem suas vidas em busca da aprovação dele, não em busca da aprovação de seres humanos.

Portanto, há um contraste entre o verdadeiro judeu e o falso judeu: (1) circuncisão interna versus circuncisão externa; (2) circuncisão do coração versus circuncisão na carne; (3) circuncisão realizada pelo Espírito versus falsa circuncisão segundo a Lei de Moisés; (4) aprovação de Deus versus aprovação dos seres humanos. Nem a lei divina escrita, nem a circuncisão, ajudam sem obediência.

Essa definição do “judeu verdadeiro” se torna importante no estudo do restante da Epístola aos Romanos. O cristão deve ser como o judeu verdadeiro. Para agradar a Deus, tanto o exterior como o interior precisam estar corretos.

Romanos 3:1-4: “{3:1} Qual é, então, a vantagem do judeu? Ou qual a utilidade da circuncisão? {3:2} Muita, sob todos os aspectos. Principalmente porque aos judeus foram confiados os oráculos de Deus. {3:3} E então? Se alguns não creram, será que a incredulidade deles anulará a fidelidade de Deus? {3:4} De modo nenhum! Seja Deus verdadeiro, e todo ser humano, mentiroso, como está escrito: ‘Para que sejas justificado nas tuas palavras e venhas a vencer quando fores julgado.’”

3:1 – Em Romanos 2:28-29, Paulo afirmou aos judeus que apenas ter a Lei de Moisés e ser circuncidado não garantia a salvação. A atitude e a conduta de cada pessoa distinguem entre o judeu verdadeiro e o judeu falso. Mas essas palavras do apóstolo envolveram a aliança que Deus fez com o povo de Israel há muitos anos: Deus os separou de todas as nações da terra e deu a eles a Lei de Moisés e o sinal da circuncisão. Estaria Paulo dizendo que tudo aquilo não significava nada? As perguntas que um judeu poderia fazer para tentar refutar Paulo seriam: “Qual é, então, a vantagem do judeu? Ou qual a utilidade da circuncisão?”

O apóstolo não negou a posição favorecida dos israelitas no plano de Deus, respondendo de dois pontos de vista diferente. Primeiramente, ele escreveu sobre a vantagem que Deus deu aos judeus (Romanos 3:1-8). Depois, ele escreveu da perspectiva da realidade do pecado (Romanos 3:9-18). O ponto é que qualquer vantagem que Deus deu ao povo de Israel foi desperdiçada quando os judeus pecaram. Eles nunca foram isentos do julgamento apenas por terem sido escolhidos como povo de Deus.

3:2 – Depois das duras palavras de Paulo no capítulo 2, seria esperado que ele respondesse às perguntas de Romanos 3:1 com algo similar a isto: “Não há vantagem nenhuma em ser judeu.” Porém, ele respondeu que há muita vantagem, “sob todos os aspectos.” A vantagem principal dos judeus era que a eles “foram confiados os oráculos de Deus”. A palavra “Principalmente” indica que Paulo pretendeu citar uma extensa lista, mas aqui fez uso apenas de uma breve introdução cujo ponto é que a vantagem mais importante é que os judeus receberam a Palavra de Deus, isto é, o Antigo Testamento (Deuteronômio 4:8; Salmo 147:19-20). A lista aparece mais tarde no capítulo 9 (Romanos 9:4-5).

Deus se fez conhecer aos judeus. Ele fez sua vontade ser conhecida aos judeus. Eles foram abençoados com os preceitos, as profecias e as promessas de Deus. Os preceitos mostravam como viver. As profecias apontavam para o Messias. As promessas garantiam proteção contínua. Deus fez da nação judaica uma guardiã de um tesouro superior a todos os tesouros. O problema é que os judeus desperdiçaram sua grande vantagem ao não serem praticantes da Palavra de Deus que foi confiada a eles.

Os judeus aparentemente não entenderam que “os oráculos de Deus”, isto é, o Antigo Testamento, foi confiado a eles não com ênfase em propriedade, mas mordomia, isto é, não uma mera posse da lei escrita, mas responsabilidade por ela. Os judeus não haviam sido bons mordomos da Palavra de Deus. Em determinado momento, eles de fato a substituíram (2 Crônicas 34:14-33). Na época de Cristo, eles consideravam tradições humanas mais importantes do que os mandamentos dados por Deus (Mateus 15:1-9). Jesus repreendeu asperamente os líderes judeus ao afirmar que o erro deles se originava do fato de eles não compreenderem as Escrituras (Marcos 12:24).

3:3 – O ponto de Paulo com as perguntas “E então? Se alguns não creram, será que a incredulidade deles anulará a fidelidade de Deus?” foi o seguinte raciocínio: (1) era esperado que os judeus fossem fiéis à Palavra de Deus; (2) eles, porém, foram infiéis; (3) então, o apóstolo, mais uma vez, antecipou uma objeção que um judeu faria contra ele: afirmar que as palavras de Paulo estariam acusando Deus de ser infiel à aliança que ele fez com o povo de Israel. Isso porque os judeus tinham a noção errada de que Deus era obrigado a abençoá-los como uma raça.

Acreditavam que, pelo mero fato de fazerem parte do povo escolhido por Deus (terem recebido a lei divina escrita e a circuncisão), receberiam as bênçãos dele incondicionalmente.

3:4 – Paulo respondeu negativamente à acusação de que ele estaria acusando Deus de ser infiel à aliança que ele fez com o povo de Israel com uma resposta contundente: *“De modo nenhum!”* O apóstolo ainda não elaborou a questão, deixando isso para Romanos 9-11, limitando-se a responder negativamente à implicação de que Deus poderia ser infiel. Paulo estava chocado diante da mera sugestão de que Deus poderia ser infiel e continuou sua resposta com a expressão: *“Seja Deus verdadeiro, e todo ser humano, mentiroso”*. A oposição que seria levantada, com efeito, perguntaria se a infidelidade dos judeus afetava a fidelidade de Deus. Paulo respondeu que, ainda que as pessoas não fossem o que deveriam ser, isso não afeta a natureza imutável de Deus (2 Timóteo 2:13). Ainda que todo indivíduo existente na Terra fosse mentiroso, Deus ainda seria verdadeiro.

A fim de reforçar a verdade de que Deus sempre se mostrará verdadeiro, Paulo citou a tradução grega (Septuaginta) do Livro de Salmos, a última parte de Salmo 51:4: *“Para que sejas justificado nas tuas palavras e venhas a vencer quando fores julgado.”* O Salmo 51 é uma das passagens de confissão mais profundas do Antigo Testamento, registrando o arrependimento de Davi após ser confrontado pelo profeta Natã por causa de seu pecado com Bate-Seba. As palavras de Davi revelam que uma de suas maiores preocupações era que, no fim, Deus se mostrasse justo e correto. Ele estava, com efeito, dizendo ao Senhor: *“Estou confessando o meu pecado para que o Senhor seja justificado em suas palavras, e prevaleça quando for julgado”*. A última parte, *“venhas a vencer quando fores julgado”*, mostra a ideia de Paulo de que, embora seres humanos tentem julgar a Deus, ele será justificado no fim. Nesse sentido, *“Deus será absolvido”* quando *“posto em julgamento”*.

Assim, o problema dos judeus não veio da parte de Deus. A incredulidade deles trouxe a condenação. Quando as pessoas reconhecem seus pecados, exaltam a justiça de Deus. Se há alguma falha na relação de Deus com os seres humanos, a culpa certamente é dos seres humanos.

Romanos 3:5-8: *“{3:5} Mas, se a nossa injustiça evidencia a justiça de Deus, que diremos? Seria Deus injusto por aplicar a sua ira? Falo em termos humanos. {3:6} É claro que não. Do contrário, como Deus julgará o mundo? {3:7} E, se a minha mentira faz com que aumente a verdade de Deus para a sua glória, por que ainda sou condenado como pecador? {3:8} E por que não dizemos, como alguns caluniosamente afirmam que o fazemos: ‘Pratiquemos o que é mau, para que nos venha o que é bom’? A condenação destes é justa.”*

3:5 – O apóstolo antecipou outra objeção que poderia ser levantada por um judeu opositor. Antes de tudo, é importante notar que Paulo não se atreveria a endossar o raciocínio que se segue, uma vez que seria um raciocínio de um ser humano que não entende a justiça de Deus. Por isso, o apóstolo deixou claro que estava ilustrando a situação *“em termos humanos”*. Essa expressão mostra como os seres humanos podem ser ridículos quando tentam justificar seu pecado.

Um judeu opositor poderia presumir que a injustiça dos judeus evidencia a justiça de Deus. Assim, esse opositor perguntaria *“que diremos?”*, ou seja, *“a que conclusão devemos chegar?”* A objeção desse judeu, então, prosseguiria com o seguinte raciocínio: *“Seria Deus injusto por aplicar a sua ira?”* Ou seja, o judeu opositor, efetivamente, estaria querendo argumentar algo nestes termos: *“Se Deus aplicasse sua ira sobre os judeus da mesma forma como fará aos gentios, Deus não estaria cumprindo sua promessa para os judeus, e isso o tornaria injusto. E, com certeza, ele não é injusto. Logo, seria injusto que Deus castigasse os judeus.”* Esse raciocínio falha em entender a justiça de Deus e se originou do fato de que os judeus acreditavam que, por mais pecaminosos que fossem, ainda eram a nação da aliança de Deus. Por isso, acreditavam que Deus os salvaria no fim, independentemente de como houvessem se comportado.

3:6 – Paulo reagiu à insinuação de que Deus poderia ser injusto com a expressão *“É claro que não”*. Ele prosseguiu com uma refutação sucinta: *“Do contrário, como Deus julgará o mundo?”* Essas palavras têm um significado óbvio e um significado não tão óbvio.

O significado óbvio é o seguinte: se Deus fosse injusto, ele não estaria qualificado para julgar ninguém. No entanto, os judeus admitiam que Deus julgará o mundo. Portanto, necessariamente precisariam concordar que Deus é justo.

O significado não tão óbvio é que Paulo respondeu o seguinte argumento que um judeu opositor poderia utilizar: “a injustiça dos judeus aumentava a justiça de Deus, portanto, seria injusto que Deus castigasse os judeus, uma vez que os erros deles evidenciavam ainda mais que Deus é justo, e ele não castigaria quem evidencia ainda mais sua justiça”. O apóstolo afirmou que se esse argumento fosse aplicado ao mundo em geral, seria ainda mais injusto se Deus julgasse os gentios. Os judeus acreditavam que os gentios eram mais injustos do que eles e que mereciam juízo de Deus. Se injustiças evidenciam ainda mais a justiça de Deus, então os gentios evidenciariam a justiça de Deus ainda mais do que as injustiças dos judeus. E, se Deus não pode castigar quem evidencia mais a sua justiça, ele não poderia castigar os gentios também. Ou seja, Deus não poderia castigar nenhum injusto (menos ainda os gentios).

De qualquer forma, esse argumento falho acaba resultando na conclusão de que Deus não poderia julgar ninguém. Argumentos como esse mostram como os seres humanos podem ser ridículos quando tentam justificar seu pecado. Os judeus facilmente enxergaram a injustiça dos gentios e concluíram que eles mereciam castigo. Reconhecer os seus próprios pecados, no entanto, foi muito mais difícil. Se Deus não aplicasse seu castigo aos judeus, ele não teria direito de castigar os gentios também. Portanto, tal raciocínio levaria a uma falsa doutrina em que todo pecador poderia usar o mesmo raciocínio: “façamos o mal para que resulte o bem”.

3:7 – A pergunta de Paulo antecipou outro argumento que um judeu opositor poderia levantar: “a injustiça dos judeus aumenta a justiça de Deus, portanto, seria injusto que Deus castigasse os judeus, uma vez que os erros deles evidenciam ainda mais que Deus é justo, e Deus não castigaria quem evidencia ainda mais sua justiça”.

Pode ser que Paulo estivesse mostrando como esse argumento é ridículo e acabou aplicando-o à sua própria situação diante dos judeus. Ou seja, se os pecados dos judeus aumentam a justiça de Deus, e Deus não castigará quem aumenta sua justiça, então, se Paulo fosse mentiroso, sua mentira também estaria aumentando a justiça de Deus, e seria injusto se Paulo fosse condenado pelos judeus. Uma segunda forma de entender o argumento seria que a suposta mentira de Paulo evidenciaria a justiça de Deus assim como as mentiras dos judeus, o que acabaria aumentando a glória de Deus, e assim não haveria razão para continuar insistindo que os judeus serão condenados. De qualquer forma, o argumento do opositor sempre teria a ideia básica de “praticar o mal a fim de que venha um bem maior”. Paulo lida com isso a seguir.

3:8 – Basicamente, Paulo afirmou que o tipo de raciocínio do judeu opositor expresso em Romanos 3:5-7 levaria à conclusão de que “é bom pecar” porque, no fim, “o pecado faria Deus parecer justo e bom, e Deus não castigaria quem o faz parecer justo e bom”. Ou seja, entendendo que a santidade de Deus se torna mais evidente quando comparada à injustiça do ser humano, as pessoas poderiam tentar justificar o pecado com a desculpa de que isso daria mais glória a Deus. Paulo colocou isso da seguinte forma: “*Pratiquemos o que é mau, para que nos venha o que é bom*”. Expresso dessa forma, tal raciocínio deveria causar repúdio a qualquer um. O mal nunca é bom, e o pecado nunca deve ser elogiado. Esse raciocínio exprime uma filosofia bastante antiga e muito praticada pelas pessoas: “os fins justificam os meios”. Muitos acreditam que, contanto que o fim resulte em algo bom, os meios utilizados para atingir esse objetivo não importam. Paulo rejeitou tal raciocínio, afirmando que pessoas que pensam assim merecem castigo divino.

A expressão “*E por que não dizemos, como alguns caluniosamente afirmam que o fazemos*” se refere ao fato de que alguns dos opositores de Paulo distorciam o ensino dos apóstolos sobre a graça de Deus, alegando que eles ensinavam “*Pratiquemos o que é mau, para que nos venha o que é bom*”. Por exemplo, em Romanos 5:20, Paulo afirmou que onde abundou o pecado, superabundou a graça. Os opositores distorciam ensinamentos como esse para algo similar a “quanto mais as pessoas pecam, mais graça recebem, então elas precisam pecar o máximo que puderem”. Paulo se dirigiu a essa deturpação caluniosa em Romanos 6:1-2: “*Que diremos, então? Continuaremos no pecado, para que a graça aumente ainda mais? De modo nenhum! Como viveremos ainda no pecado, nós, que já morremos para ele?*” O apóstolo Pedro afirmou que opositores deturpavam os ensinamentos de Paulo em 2 Pedro 3:15-16: “*E considerem a longanimidade do nosso Senhor como oportunidade de salvação, como também o nosso amado irmão Paulo escreveu a vocês, segundo a sabedoria que lhe foi dada, ao falar a respeito destes assuntos, como, de fato, costuma fazer em todas as suas cartas. Nelas há certas coisas difíceis de entender, que aqueles que não têm instrução e são instáveis deturparão, como também deturparão as demais Escrituras, para a própria destruição deles.*”

Paulo não julgou necessário refutar os opositores que pregavam a filosofia “*Pratiquemos o que é mau, para que nos venha o que é bom*”. Em vez disso, ele concluiu com a seguinte afirmação breve e enérgica: “**A condenação**”

destes é justa.” Os judeus poderiam discutir o quanto quisessem, porém, no fim, ainda eram pecadores. A condenação de Deus sobre eles era, portanto, justa.

Romanos 3:9-18: “{3:9} *Que se conclui? Temos nós alguma vantagem? Não, de forma nenhuma. Pois já temos demonstrado que todos, tanto judeus como gregos, estão debaixo do pecado.* {3:10} *Como está escrito: ‘Não há justo, nem um sequer,* {3:11} *não há quem entenda, não há quem busque a Deus.* {3:12} *Todos se desviaram e juntamente se tornaram inúteis; não há quem faça o bem, não há nem um sequer.* {3:13} *A garganta deles é sepulcro aberto; com a língua enganam, veneno de víbora está nos seus lábios.* {3:14} *A boca, eles a têm cheia de maldição e amargura;* {3:15} *os seus pés são velozes para derramar sangue.* {3:16} *Nos seus caminhos, há destruição e miséria;* {3:17} *eles não conhecem o caminho da paz.* {3:18} *Não há temor de Deus diante de seus olhos.*”

3:9 – Paulo perguntou outra vez sobre qual era a vantagem dos judeus, sendo que ele se incluiu nesse grupo, conforme a expressão “*Temos nós alguma vantagem?*” O apóstolo também era judeu, mas isso não o tornava isento do juízo de Deus. Ele teve que se converter a Cristo conforme o evangelho. Assim, ao invés de chegar a uma conclusão absurda como fazem os seres humanos que tentam justificar seu pecado, Paulo afirmou a verdadeira conclusão sobre a situação de judeus e gentios diante de Deus: todos são condenados. Não há nenhuma vantagem que um ou outro possam utilizar para escapar do justo castigo de Deus. Mesmo tendo recebido tratamento preferencial de Deus (Romanos 3:2), os judeus não mantiveram a sua vantagem. Da mesma forma que os gentios, judeus se entregaram ao pecado.

3:10 – Sabendo que os judeus resistiriam aceitar esse veredito e exigiriam uma prova conclusiva, o apóstolo citou a lei da qual eles se orgulhavam (Romanos 2:23), afirmando: “*Como está escrito*”. Em Romanos 3:10-18, ele citou vários textos da tradução grega do Antigo Testamento (Septuaginta) para mostrar que todos os homens, incluindo judeus, se condenam por causa do pecado. Entre as citações estão referências aos salmos (Salmo 14:1-3; 53:1-3; 5:9; 140:3; 10:7; 36:1) e ao Livro de Isaías (Isaías 59:7-8). Quando considerados os contextos dessas citações, observa-se que afirmam a insensatez de seres humanos que negam Deus, chegando a ponto de imaginar que os seus atos pecaminosos não serão descobertos ou não receberão castigo. São afirmações gerais da pecaminosidade de todos as pessoas.

A expressão “*Não há justo, nem um sequer*” vem de Salmo 14:1-3. O termo “*justo*” é usado aqui no sentido de “estar correto perante Deus”. No entanto, qualquer pessoa responsável faz algumas coisas que são erradas, conforme Eclesiastes 7:20: “*Não há nenhum justo sobre a terra que faça o bem e que não peque.*” Consequentemente, perante Deus, todos estão condenados, conforme Tiago 2:10: “*Pois quem guarda toda a lei, mas tropeça em um só ponto, se torna culpado de todos.*”

3:11 – O apóstolo prosseguiu com a expressão “*não há quem entenda, não há quem busque a Deus*”, a qual vem da citação da tradução grega do Antigo Testamento (Septuaginta) de Salmo 14:1-3. Paulo continuou citando as Escrituras como prova para mostrar que todos os pecadores, sejam judeus ou gentios, estão sujeitos à condenação da parte de Deus.

A falta de entendimento sobre Deus é um problema sério, conforme Oseias 4:6: “*O meu povo está sendo destruído, pois lhe falta o conhecimento. Pelo fato de vocês, sacerdotes, rejeitarem o conhecimento, também eu os rejeitarei, para que não sejam mais sacerdotes diante de mim; visto que se esqueceram da lei do seu Deus, também eu me esquecerei dos seus filhos.*” Todos devem buscar o Senhor, conforme Isaías 55:6: “*Busquem o SENHOR enquanto ele pode ser encontrado; invoquem-no enquanto ele está perto.*”

3:12 – Paulo prosseguiu com a citação de Salmo 14:1-3 da tradução grega do Antigo Testamento: “*Todos se desviaram e juntamente se tornaram inúteis; não há quem faça o bem, não há nem um sequer.*” Por mais que a vida das pessoas tenha muitas coisas boas, existem algumas coisas más. Essas coisas más tornam as pessoas pecadoras (Tiago 2:10). Excetuando-se Jesus Cristo (Hebreus 4:15), nenhum ser humano é exceção, como afirmou o salmista citado por Paulo: “*não há nem um sequer.*”

3:13 – Com a intenção de impedir que alguém se negasse a aplicar a condenação coletiva de Salmo 14 a si próprio, Paulo se referiu a um dos tipos de pecado mais comum de todos: os pecados da língua. O apóstolo citou duas passagens do Livro de Salmos sobre o palavreado repugnante da humanidade: “*A garganta deles é sepulcro*

aberto; com a língua enganam” (Salmo 5:9); *“veneno de víbora está nos seus lábios”* (Salmo 140:3). Mesmo um judeu religioso admitiria que, pelo menos em algum momento de sua vida, cometeu algum desses erros.

3:14 – Citando mais uma passagem do Livro de Salmos, o apóstolo prosseguiu: *“A boca, eles a têm cheia de maldição e amargura”* (Salmo 10:7). Mesmo um judeu religioso, em algum momento de sua vida, deve ter proferido maldição ou algo amargo. Certamente, como Tiago afirmou, *“a língua ninguém é capaz de domar; é mal incontido, cheio de veneno mortal”* (Tiago 3:8). A maneira como o ser humano fala manifesta sua impiedade.

3:15 – O apóstolo prosseguiu se referindo à profundidade do pecado que os injustos podem atingir. Em Romanos 3:13-14, Paulo focou em pecados da língua. Em Romanos 3:15-18, ele focou em pecados de atos. A expressão *“os seus pés são velozes para derramar sangue”* é originária da tradução grega do Livro de Isaías (Isaías 59:7).

As palavras *“garganta”, “língua”, “lábios”* e *“boca”* em Romanos 3:13-14 e a palavra *“pés”* em Romanos 3:15 atestam que a humanidade tem *“uma doença fatal da cabeça aos pés”*.

3:16 – Paulo continuou a mostrar a profundidade do pecado que os injustos podem chegar com a expressão *“Nos seus caminhos, há destruição e miséria”*, a qual também é proveniente da expressão grega de Isaías 59:7. Como um furacão destruidor, o ser humano que é dominado pelo pecado deixa destruição e devastação no seu rastro.

3:17 – Continuando a mostrar o resultado de os seres humanos mergulharem no pecado, o apóstolo citou a tradução grega de Isaías 59:8: *“eles não conhecem o caminho da paz”*. Aqueles que são vencidos pelo pecado não conhecem o caminho que leva à verdadeira paz, isto é, Jesus Cristo.

3:18 – Paulo concluiu sua série de citações incluindo a tradução grega de Salmo 36:1: *“Não há temor de Deus diante de seus olhos.”* O *“temor”* se refere a profundo respeito e reverência. Deixar de respeitar Deus está no centro de todo pecado. O temor de Deus é o ponto de partida para a vida (Provérbios 1:7; 9:10). A expressão *“diante de seus olhos”* significa que aqueles que estão profundamente mergulhados em pecado não deixam Deus fazer nada para direcionar suas vidas.

Alguns tentam usar Romanos 3:9-18 para afirmar a doutrina da *“depravação hereditária total”*, isto é, quando bebês nascem, suas almas são carregadas da culpa do pecado de Adão. No entanto, crianças nascem sem pecado (Mateus 18:3) e cada pessoa é responsável por seus próprios pecados, não pelo pecado de Adão (Ezequiel 18:20). As passagens do Antigo Testamento citadas em Romanos 3:9-18 não ensinam essa doutrina. Elas não se referem às crianças, pois lidam com indivíduos que podem ser responsabilizados por seus atos.

Romanos 3:19-20: *“{3:19} Ora, sabemos que tudo o que a lei diz é dito aos que vivem sob a lei, para que toda boca se cale, e todo o mundo seja culpável diante de Deus. {3:20} Porque ninguém será justificado diante de Deus por obras da lei, pois pela lei vem o pleno conhecimento do pecado.”*

3:19 – O apóstolo antecipou uma resposta da parte dos judeus. A maioria das passagens de Salmos e Isaías eram originalmente dirigidas a gentios ou a um segmento de israelitas infiéis. Por isso, ele escreveu: *“Ora, sabemos que tudo o que a lei diz é dito aos que vivem sob a lei, para que toda boca se cale, e todo o mundo seja culpável diante de Deus.”* Em outras palavras, é verdade passagens específicas da Lei de Moisés são direcionadas a outros, mas Deus deu essa lei para os judeus. É claro que a intenção de Deus era que os judeus aplicassem tudo o que Deus incluiu na Lei de Moisés para eles mesmos. Os judeus podiam ter sentido que a condenação universal se aplicava somente aos gentios, mas ela estava na lei dos judeus, portanto, obviamente, aplica-se a eles também. Assim, em última análise, tudo nessa lei era para ser cumprido para aqueles que *“vivem sob a lei”*, isto é, os judeus.

A Lei de Moisés se dirigiu para aqueles que estavam sob sua autoridade *“para que toda boca se cale, e todo o mundo seja culpável diante de Deus.”* Logo, a última *“boca”* que precisava ser *“calada”* era a boca dos judeus. Feito isso, *“todo o mundo”* (judeus e gentios) reconheceria que, de fato, era *“culpável diante de Deus”* (Romanos 14:12).

Observa-se que Paulo usou a analogia de um tribunal. A referência à boca calada evoca a imagem do réu em um julgamento. O réu, tendo a oportunidade de falar em sua defesa, permanece em silêncio, pois está pressionado pelo peso das provas contra si.

3:20 – Paulo expôs o argumento definitivo contra a falsa segurança que os judeus tinham sobre sua salvação ser garantida por terem recebido a lei divina. É um princípio essencial para compreender a Epístola aos Romanos: *“Porque ninguém será justificado diante de Deus por obras da lei”*. Literalmente, o texto grego afirma que ninguém será justificado *“por obras de lei”*. A maioria das traduções acrescentam o artigo definido, isto é, trocando *“obras de lei”* para *“obras da lei”* (*“de” + “a”*) porque Paulo estava respondendo, antecipadamente, a objeção de um judeu opositor e tinha em mente sobretudo a Lei de Moisés. No entanto, não se deve ignorar o fato de que o apóstolo estava, ao mesmo tempo, introduzindo uma verdade vital: ninguém pode ser justificado pelas obras de lei alguma, isto é, obras de mérito.

A razão de ninguém poder ser justificado por obras de lei, ou obras de mérito, é porque *“pela lei vem o pleno conhecimento do pecado”*. Uma vez que a lei divina gera conhecimento do pecado, ela expõe os seres humanos como pecadores. O melhor homem, o mais nobre, o mais culto, o mais generoso, o maior idealista, o maior pensador, etc., nunca será aprovado pela lei. Se fosse medido com um prumo, não estaria alinhado verticalmente. O esquadro da lei mostra o quanto os seres humanos estão tortos. Paulo expandiu essa verdade em Romanos 7, mas a ênfase por enquanto é que o propósito de qualquer lei é expor o delito, e não justificar o delito.

A justiça de Deus exige pagamento justo pelo pecado, e o salário do pecado é a morte (Romanos 6:23). Por causa de seu amor, o Senhor paga o preço, oferece perdão e se torna justificador dos pecadores. A lei não traz a salvação, pois ninguém consegue se justificar por obras de mérito. Os propósitos da Lei de Moisés foram, portanto: (1) calar a boca de todos os judeus; (2) mostrar que todo o mundo é culpável diante de Deus; (3) trazer pleno conhecimento do pecado, mas não resolver o problema.

É como se Deus tivesse trancado todos os seres humanos em uma prisão para mostrar a eles que há somente uma porta pela qual eles podem se libertar. Assim, Deus retirou toda a esperança de alguém ser justificado por ser guardião da lei. Ninguém pode ser justo (inocente) com base no caráter e na conduta pessoal. Ninguém ganha justificação por mérito. Leis são como uma régua que simplesmente demonstra a tortuosidade de todos os seres humanos, ou como um médico que diagnostica uma doença, mas não fornece nenhum remédio.

Guardar as leis de Deus no máximo da capacidade é muito importante. Ao mesmo tempo, ninguém jamais deve pensar que tem sido *“bom o bastante”* ou *“obediente o bastante”* para merecer ou adquirir a salvação. Por mais que os seres humanos tentem, não conseguem observar as leis com perfeição.

A JUSTIFICAÇÃO – A JUSTIÇA VEM SOMENTE POR MEIO DE CRISTO

Romanos 3:21-24: *“{3:21} Mas, agora, sem lei, a justiça de Deus se manifestou, sendo testemunhada pela Lei e pelos Profetas. {3:22} É a justiça de Deus mediante a fé em Jesus Cristo, para todos e sobre todos os que creem. Porque não há distinção, {3:23} pois todos pecaram e carecem da glória de Deus,”*

3:21 – Em Romanos 1:16-17, Paulo introduziu o tema da justiça de Deus, isto é, o esquema da graça divina que capacita a humanidade a desfrutar de um relacionamento correto com Deus. Mas em vez de ampliar imediatamente esse pensamento, o apóstolo o interrompeu e seguiu com uma extensa exposição sobre a necessidade de punição divina por causa dos pecados da humanidade. Apenas após terminar essa exposição que Paulo retomou o assunto da justiça de Deus, isto é, a justificação de pecadores introduzida em Romanos 1:16-17. Toda a história precisa ser dividida em então e agora. A situação péssima da humanidade foi radicalmente alterada pela vinda de Jesus Cristo.

Na expressão *“Mas agora, sem lei”*, o termo *“lei”* se refere especificamente à Lei de Moisés, uma vez que Paulo ainda tinha em vista principalmente os judeus. Todavia, o texto grego apresenta simplesmente *“sem lei”*, de modo que Paulo também estava declarando um princípio geral. Em Romanos 3:20, o apóstolo escreveu: *“Porque ninguém será justificado diante de Deus por obras da lei”*. Portanto, a salvação precisa ter outra base que não seja a justiça de lei, a qual exige perfeita obediência (Levítico 18:5; Deuteronômio 27:26). A justiça do evangelho é possível para os pecadores.

No passado, o entendimento de como Deus consideraria pecadores como se fossem justos era algo obscuro, mas isso passou a ser manifesto no evangelho. Em Romanos 1:17, Paulo afirmou que *“a justiça de Deus se revela no evangelho”*. A *“justiça de Deus”* aqui envolve uma combinação entre três aspectos: (1) o caráter justo de Deus; (2) a

sua iniciativa salvadora; e (3) a sua dádiva, a qual consiste em conferir ao pecador a condição de justo perante ele. A ênfase está na maneira de Deus tornar as pessoas, as quais são todas pecadoras, justas aos seus olhos.

Essa *“justiça de Deus”* foi testemunhada pela *“Lei e pelos Profetas”*, uma forma comum de se referir ao Antigo Testamento inteiro (Mateus 7:12; 11:13; 22:40). Embora a redenção tenha se manifestado *“sem lei”*, isso não significava que não havia provas de sua aplicação na Lei de Moisés. O plano de Deus de considerar os seres humanos como justos não era uma ideia posterior ao Antigo Testamento. Há continuidade no plano de Deus. O Antigo Testamento já estava guiando para o evangelho (Romanos 1:17; 4:1-8).

3:22 – A *“justiça de Deus”* foi testemunhada pelo Antigo Testamento mediante a fé. O grande exemplo de Abraão, o qual foi citado por Paulo em Romanos 4, consta na *“Lei”* (a qual compreende os cinco primeiros livros do Antigo Testamento, o Pentateuco). Romanos 1:17 cita a *“justiça de Deus”* relacionada à fé com uma citação dos *“Profetas”* (Habacuque 2:4). O Antigo Testamento tem exemplos de fé em abundância (Hebreus 11). Como os seres humanos não podem ser salvos na base de obediência perfeita de lei, aplica-se a *“justiça de Deus mediante a fé em Jesus Cristo, para todos e sobre todos os que creem”*, ou seja, a justificação tem base em crer/ter fé.

A expressão *“fé em Jesus Cristo”* poderia ser traduzida por *“fé de Jesus Cristo”*. Alguns acreditam que essa referência seja à fidelidade de Jesus em vir à Terra para morrer pela humanidade, mas a maioria dos escritores e tradutores acredita que a expressão se refere à fé em Jesus. Todos concordam, porém, que a fé pessoal está em vista na expressão *“para todos e sobre todos os que creem”*. O termo *“creem”* está no tempo presente, indicando ação contínua, isto é, deve-se permanecer crendo/tendo fé. Paulo não se referiu a uma fé em termos gerais, nem está considerando a fé como uma confiança geral no governo de Deus. O apóstolo ligou a fé com aquele que veio à Terra para morrer por pecadores. Mediante a fé em Cristo Jesus, todos aqueles que creem nele têm acesso à justiça divina. Essa fé é a condição pela qual o estado de inocência (a justificação) pode ser recebido. No que diz respeito à salvação, as pessoas deixam de confiar em si mesmas, em suas próprias capacidades, em sua própria bondade, e passam a confiar em Jesus e no que ele fez por elas. Esse princípio de crer/ter fé é amplificado e explicado em Romanos 4.

A expressão *“Porque não há distinção”* indica que todos os salvos, sejam judeus ou gentios, serão salvos por esse mesmo princípio básico (Gálatas 3:26-28). Não há distinção porque todos estão perdidos. As diferenças individuais são como um homem que está em um vale e outro em uma montanha: os dois estão igualmente longe das estrelas.

3:23 – A expressão *“pois todos pecaram e carecem da glória de Deus”* é um resumo de Romanos 1:18-3:20, uma sinopse da tragédia humana. *“Pecar”* tem o significado das seguintes expressões: *“perder o rumo”*; *“errar o alvo”*; *“errar o caminho do correto”*; *“errar o caminho do dever”*; *“incorrer em culpa”*; *“perder o direito”*; *“sofrer a perda”*. Portanto, pecar significa transgredir a vontade de Deus e torna o ser humano carente da *“glória de Deus”*.

O termo *“carecem”* está no presente, indicando ação contínua. Apesar de a expressão *“todos pecaram”* estar no tempo passado, o fato de os seres humanos carecerem continuamente da *“glória de Deus”* indica que pecam continuamente. Pecaram no passado, e continuam a pecar. Consequentemente, precisam da justificação de Deus, assim obtendo sua aprovação e honra. O termo *“todos”* inclui cada homem, mulher, menino e menina que sejam pessoas intelectualmente responsáveis perante Deus.

A *“glória de Deus”* é, acima de tudo, uma expressão da impressionante presença do Senhor. As Escrituras ensinam que Deus quer partilhar essa glória com o seu povo (Romanos 8:18; 9:23) e também declaram que o propósito do ser humano é glorificar a Deus (Romanos 4:20; 11:36; Isaías 43:7; Mateus 5:16). Há muitos significados na expressão *“glória de Deus”*, sendo difícil exprimi-la em uma única expressão. Algumas possibilidades seriam *“o divino esplendor”*, *“o glorioso padrão de Deus”* ou *“a beleza do plano de Deus”*. Independentemente de a ideia predominante contida em *“a glória de Deus”* ser a própria glória de Deus ou a glória que ele idealizou para o ser humano, o pecador carece dela. Em relação à própria glória de Deus, quando comparada ao ser humano, torna-se notável o quanto o procedimento das pessoas é vil (Romanos 3:10-18). Em relação à glória que Deus idealizou para o ser humano, as pessoas estão longe de ser o que o Senhor quer que sejam.

Romanos 3:24-26: *“{3:24} sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus, {3:25} a quem Deus apresentou como propiciação, no seu sangue, mediante a fé. Deus fez isso para manifestar a sua justiça, por ter ele, na sua tolerância, deixado impunes os pecados anteriormente cometidos,*

{3:26} tendo em vista a manifestação da sua justiça no tempo presente, a fim de que o próprio Deus seja justo e o justificador daquele que tem fé em Jesus."

3:24 – O termo *"justificados"* não significa que os seres humanos são literalmente tornados justos, mas que são declarados justos por Deus. Ele os trata como se fossem justos, isto é, como se nunca tivessem pecado, como se fossem inocentes. Sendo pecadores, os seres humanos jamais podem justificar a si mesmos. A justificação ocorre *"gratuitamente"* pela graça de Deus. O termo *"gratuitamente"* indica a forma da justificação, enquanto a expressão *"por sua graça"* é o meio.

A *"graça"* é um amor não merecido, apesar de todos os pecados e ofensas da parte do ser humano contra a santidade de Deus. O Senhor decide amar, concedendo aos seres humanos um favor imerecido que inclui tudo que Deus faz para a salvação das pessoas, como a revelação de sua Palavra, a vida perfeita de Jesus, a morte e ressurreição dele, entre várias outras coisas. A graça de Deus ocorre *"mediante a redenção que há em Cristo Jesus"*. O termo grego traduzido por *"redenção"* (*apolutrosis*) é uma forma fortalecida do termo para *"resgate"* (*lutrosis*), o qual era usado em várias formas para descrever a significação da morte de Cristo (Mateus 20:28; 1 Timóteo 2:6). *Apolutrosis* era um termo comumente utilizado para pagamento de um resgate para libertar um prisioneiro de seus captores, ou pagar o preço para libertar um escravo do seu senhor. Em Romanos 3:9, Paulo descreveu o pecado como um senhor cruel quando escreveu que tanto judeus como gregos estão debaixo da autoridade e domínio do pecado. Para a humanidade ser liberta desse tirano, Cristo teve que *"resgatar"* as pessoas. A redenção é *"em Cristo Jesus"*, sendo que a expressão *"em Cristo"* se refere ao relacionamento íntimo e próximo de um cristão com seu Senhor.

A justificação é gratuita. Como os seres humanos sempre pecam, não podem comprar sua salvação. Ainda que cumprissem os requisitos estabelecidos por Deus, o Senhor não teria a obrigação de salvá-los. Deus não deve nada a ninguém. Assim, pessoas são salvas pela graça do Senhor. No entanto, é importante acrescentar que ser salvo pela graça de Deus não exclui nada do que ele ordenou que as pessoas façam para serem salvas, como, por exemplo, o batismo para remissão de pecados após o arrependimento e a crença em Cristo (Atos 2:36-38). A salvação é como um presente: precisa ser aceita. Antes de o presente ser aceito, ele é uma oferta. O que estiver envolvido em sua aceitação é uma condição. De fato, não existe em âmbito algum um *"presente incondicional"*. O afastamento do pecado não deve ser entendido como um *"preço a pagar"* pela salvação, mas como algo necessário para que as consequências do pecado (em última análise o banimento da presença de Deus) não voltem a ocorrer, mesmo após a justificação.

3:25 – O preço do resgate do pecador mencionado em Romanos 3:24 foi o sangue de Jesus derramado na cruz. Pedro escreveu em 1 Pedro 1:18-19: *"sabendo que não foi mediante coisas perecíveis, como prata ou ouro, que vocês foram resgatados da vida inútil que seus pais lhes legaram, mas pelo precioso sangue de Cristo, como de um cordeiro sem defeito e sem mácula."* O autor do Livro de Hebreus, em Hebreus 9:22, escreveu: *"De fato, segundo a lei, quase todas as coisas são purificadas com sangue; e sem derramamento de sangue não há remissão."*

O termo *"propiciação"* implica na necessidade de aplacar a ira de Deus. Deus é um Deus santo (Levítico 11:44). Sendo santo, ele não pode tolerar o pecado. Deus é um Deus justo. Sendo um Deus de justiça (Isaías 30:18), ele precisa castigar o pecado e a desobediência. Sendo um Deus de santidade e justiça, ele tem todo direito de condenar a humanidade pecadora para o castigo eterno. A justiça precisa ser demonstrada, o pecado precisa ser castigado, e a ira de Deus contra o mal precisa ser efetuada. Ao mesmo tempo, Deus é um Deus de amor (1 João 4:16) e, sendo um Deus de amor, ele não deseja que ninguém pereça (2 Pedro 3:9). A solução de Deus para esse aparente dilema impossível foi enviar seu próprio Filho para sofrer o castigo devido aos seres humanos no lugar deles.

O sacrifício de Jesus, de fato, aplacou a ira de Deus e, consequentemente, possibilitou a salvação das pessoas. É exatamente por isso que Isaías 53:13 afirma: *"Todavia, ao SENHOR agradou esmagá-lo, fazendo-o sofrer. Quando ele der a sua alma como oferta pelo pecado, verá a sua posteridade e prolongará os seus dias; e a vontade do SENHOR prosperará nas suas mãos"*. Deus se *"agradou"* em *"esmagar Jesus e fazê-lo sofrer"* porque sua ira justa foi satisfeita no momento em que Cristo morreu, uma vez que Jesus tornou a si mesmo maldito no madeiro por causa dos pecados dos seres humanos que foram impostos sobre ele (Gálatas 3:13; Deuteronômio 21:23). No entanto, Cristo não permaneceu morto na cruz, como o pecado que nele foi imputado. Como Isaías profetizou, Cristo ressuscitou, isto é, viu sua posteridade, os salvos, e prolongou os seus dias, vivendo para sempre. Portanto, Deus ofereceu o

sangue de Jesus como “propiciação” (algo que satisfaz a ira divina) pelo pecado (Romanos 1:18,27,32). No entanto, para ser eficaz contra o pecado, o sangue de Jesus ainda depende da reação do homem “mediante a fé”. A salvação se torna possível somente quando a graça e a fé são unidas (Efésios 2:8-9). Assim, esse tremendo presente é recebido “mediante a fé” obediente e operante.

A expressão “Deus fez isso para manifestar a sua justiça, por ter ele, na sua tolerância, deixado impunes os pecados anteriormente cometidos” demonstra que Deus manifestou sua justiça na morte de Jesus, pois ele recebeu “a merecida punição” dos erros dos seres humanos no lugar deles (Romanos 1:27). Deus tinha perdoado os pecados dos fiéis por todo o Antigo Testamento, ou seja, aqueles fiéis permaneceram sem punição. Quando Deus deixou aqueles pecados sem castigo, ele estava adiando a sua justiça (retribuição), embora tenha concedido perdão. Naquele tempo, não havia um “pagamento adequado” para esse perdão (Hebreus 10:1-4). A cruz mostra como Deus foi justo, apesar de ele não ter castigado aqueles pecados de imediato: o Senhor estava aguardando o sacrifício de Cristo. Basicamente, é como se Deus “assinasse uma promissória de perdão” antes que “os fundos estivessem disponíveis”, uma vez que ele sabia com certeza que Jesus morreria e “pagaria o preço”.

Hebreus 9:15 declara: “Por isso mesmo, ele é o Mediador da nova aliança, a fim de que os que foram chamados recebam a promessa da herança eterna, visto que houve uma morte para remissão das transgressões que foram cometidas sob a primeira aliança.” Isso significa que, quando Jesus morreu na cruz, seu sangue não apenas fluiu para frente (até aqueles que viveram depois da cruz), mas também fluiu para trás (até aqueles que viveram antes dela). Deus não olha para o tempo, isto é, a cronologia dos fatos, da mesma forma que o ser humano (2 Pedro 3:8). Do ponto de vista de Deus, mesmo antes da criação, a crucificação de seu Filho já era considerada um fato consumado (Gênesis 3:15; Efésios 3:11). A cruz de Cristo, ainda que seja um acontecimento no tempo e no espaço, é essencialmente um evento eterno que é sempre relevante e eficaz.

3:26 – A expressão “tendo em vista a manifestação da sua justiça no tempo presente” demonstra que Deus mostrou sua “justiça” (aqui significando “retribuição”) punindo todos os pecados que anteriormente foram deixados impunes, isto é, sem punição, na crucificação de Cristo. Deus tinha exercido sua tolerância e aguardou para punir os pecados. Jesus foi para a cruz tendo os pecados imputados sobre si e sofreu a punição no lugar dos pecadores. Assim, a “justiça” de Deus foi satisfeita e manifesta, e continua sendo manifesta durante a pregação do evangelho. O termo grego traduzido como “manifestação” é *endeixis*, um termo composto que significa “exibição”, “mostra”, “prova”. A punição dos pecados em Cristo foi uma declaração pública para o benefício de qualquer um que tivesse a ousadia de colocar Deus em julgamento (Romanos 3:4). Jesus não morreu apenas por quem viveu antes da cruz, ele morreu também por quem viveu, e está vivendo, após a sua morte.

A santidade de Deus exige a justiça, e o amor dele oferece a justificação. Em Jesus, Deus conseguiu conciliar os dois lados essenciais do seu caráter: foi justo em insistir no pagamento de sangue e tornou-se justificador ao oferecer o sacrifício de Cristo no lugar dos seres humanos pecadores. A cruz de Cristo expressou adequadamente tanto a justiça como o amor de Deus, sem comprometer nenhum deles. Embora a justiça pareça inconsistente com o ato de declarar criminosos como inocentes, essa contradição foi resolvida quando Jesus foi mostrado publicamente como propiciação, aplacando a ira de Deus (Romanos 3:25) e, ao mesmo tempo, demonstrando a justiça de Deus. E Jesus, sendo inocente, não permaneceu morto. Foi ressuscitado, não estando mais na cruz. O pecado nele imputado, porém, permaneceu cravado na cruz, derrotado.

Embora Jesus tenha morrido por todas as pessoas (Romanos 6:10; 1 Pedro 3:18), nem todas são salvas. O presente da salvação pode ser aceito ou rejeitado. Deus é o justificador “daquele que tem fé em Jesus”. A fé que salva não é uma mera aceitação mental, nem uma fé morta (Tiago 2:26). É uma fé obediente, ativa e viva (Romanos 1:5; 16:26), a qual busca conhecer a vontade de Deus nas Escrituras e colocá-la em prática.

A JUSTIFICAÇÃO – A JUSTIÇA É RECEBIDA PELA FÉ

Romanos 3:27-31: “{3:27} Onde fica, então, o orgulho? Foi totalmente excluído. Por meio de que lei? A lei das obras? Não! Pelo contrário, por meio da lei da fé. {3:28} Concluimos, pois, que o ser humano é justificado pela fé, independentemente das obras da lei. {3:29} Ou seria Deus apenas Deus dos judeus? Será que não é também Deus dos gentios? Sim, também dos gentios, {3:30} visto que Deus é um só, o qual justificará o circunciso a partir da fé e o incircunciso por meio da fé. {3:31} Anulamos, então, a lei por meio da fé? De modo nenhum! Pelo contrário, confirmamos a lei.”

3:27 – Após a introdução sobre o assunto da justificação, reforçando que ela ocorre mediante a fé (Romanos 3:22,25-26), Paulo estava pronto para uma exposição extensa sobre a importância da fé (Romanos 4). Antes, porém, de começar essa exposição, ele passou ao esclarecimento de três questões relacionadas ao que acabou de afirmar. A primeira coisa que o apóstolo quis esclarecer era que a justificação não deixa espaço para alguém se orgulhar das próprias realizações. É típico que o ser humano se orgulhe quando julga fazer parte de algo importante. Em Romanos 2:17,23, os judeus se orgulhavam por serem os “favoritos” de Deus e por serem os únicos que receberam a Lei de Moisés. Em Romanos 1:30, gentios também foram enquadrados como orgulhosos. Mas esse tipo de orgulho está “*totalmente excluído*” do processo de justificação do pecador. A segunda coisa que Paulo quis esclarecer antes da exposição sobre a importância da fé (Romanos 4) foi tratada em Romanos 3:29, e a terceira em Romanos 3:31.

O ser humano não tem direito de se orgulhar, uma vez que não merece nada a não ser a condenação de Deus. O Senhor é tanto justo como justificador, mas o ser humano sem Deus não é nem um, nem o outro. Pessoas não se justificam pelas suas próprias obras, pois não merecem e não podem ser declaradas inocentes com base nos registros de suas próprias vidas. As leis, incluindo a Lei de Moisés, não podem justificar quem as transgrediu, ainda que isso tenha ocorrido em apenas um único ponto, uma única vez (Tiago 2:10). A justificação, portanto, ocorre com base na “*lei da fé*”. O único meio de salvação é a fé em Jesus Cristo. Para ser agradável a Deus, essa fé precisa ser ativa e obediente (Romanos 1:5). Fazer o que é necessário para receber uma grande dádiva não é razão para se orgulhar.

O termo “*lei*” aparece frequentemente na Epístola aos Romanos. Embora a questão geralmente seja entender se Paulo se referiu à Lei de Moisés ou se referiu à lei de uma forma mais geral, ele também usou esse termo em um sentido secundário. Aqui, “*lei*” tem o sentido de “princípio”. Assim, Romanos 3:27 pode ser lido como: “Onde fica, então, o orgulho? Foi totalmente excluído. Por meio de que princípio? O princípio das obras? Não! Pelo contrário, por meio do princípio da fé.”

3:28 – O apóstolo enfatizou o que ensinou em Romanos 3:21-26: “*Concluimos, pois, que o ser humano é justificado pela fé, independentemente das obras da lei.*” O termo “*independentemente*” significa “à parte de” ou “sem”, e o texto grego afirma simplesmente “obras de lei”, sem artigo definido antes da palavra “*lei*”. É evidente pelo contexto que Paulo tinha em vista, sobretudo, a Lei de Moisés. Novamente, porém, está implícito aqui um princípio geral: pessoas não podem ser salvas pela observação de lei alguma, uma vez que jamais observam perfeitamente lei alguma.

A ideia de Paulo em Romanos 3:27-28 é óbvia: a salvação pela graça do Senhor não deixa espaço para o indivíduo se orgulhar de sua realização pessoal (Efésios 2:8-9; 1 Coríntios 1:31; Gálatas 6:14; Filipenses 3:3).

É importante atentar para o que Paulo não afirmou em Romanos 3:27-28. A salvação é mediante a fé, mas o apóstolo não afirmou que é “fé somente”. No meio evangélico, por exemplo, a ênfase na “salvação pela fé somente” tem efetivamente eliminado o batismo como um requisito essencial para a salvação. Se assim fosse, Pedro teria dado uma resposta diferente a seus ouvintes quando perguntaram o que deveriam fazer em Atos 2:37. Em vez de responder, em Atos 2:38, “*Arrependam-se, e cada um de vocês seja batizado em nome de Jesus Cristo para remissão dos seus pecados, e vocês receberão o dom do Espírito Santo*”, ele teria afirmado algo como “A salvação é pela fé somente, creiam apenas em Jesus e desfrutem o perdão de Deus”. Deve ser levado em conta, também, a ocasião em que Saulo de Tarso, o apóstolo Paulo, perguntou sobre o que deveria fazer em Atos 22:10, e a resposta acabou por ser, em Atos 22:16, “*E agora, o que está esperando? Levante-se, receba o batismo e lave os seus pecados, invocando o nome dele*”. Se a salvação fosse por “fé somente”, Paulo teria ouvido algo como “Coloque sua confiança em Jesus apenas”.

3:29 – Em Romanos 1:18-3:20, Paulo colocou judeus e gentios no mesmo nível, mostrando que ambos cometem os mesmos pecados. Aqui, o apóstolo os colocou em igualdade ao observar que ambos tinham o mesmo Pai. Assim, a justificação pela fé une aqueles que creem, sejam judeus ou gentios, desestimulando a discriminação. Essa é a segunda coisa que Paulo quis esclarecer antes de iniciar uma exposição sobre a fé em Romanos 4. As perguntas “*Ou seria Deus apenas Deus dos judeus? Será que não é também Deus dos gentios?*” teriam que ser respondidas com “*Sim, também dos gentios*”. Mesmo um judeu endurecido, quando pressionado, teria que admitir que Deus é o criador, o Todo-Poderoso e o juiz dos gentios (Salmos 96:10; Jeremias 10:7). Para muitos judeus, era difícil aceitar que Deus também é o salvador dos gentios. No entanto, se há apenas um Deus, ele tem que ser o

Deus tanto de judeus como de gentios. Se os gentios tivessem um deus à parte, haveria dois deuses, e essa conclusão era inaceitável para qualquer judeu.

Antes de começar uma exposição extensa sobre a importância da fé em Romanos 4, Paulo quis esclarecer três questões. A primeira foi que a justificação não deixa espaço para alguém se orgulhar das próprias realizações (Romanos 3:27-28). A segunda é que ela une aqueles que creem, independentemente de serem judeus ou gentios. A terceira foi exposta em Romanos 3:31.

3:30 – Na declaração introdutória de Paulo, ele afirmou que o evangelho “é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê, primeiro do judeu e também do grego” (Romanos 1:16). Essa verdade foi reforçada em Romanos 3:29-30, passagem que contém a declaração em sua totalidade: “Ou seria Deus apenas Deus dos judeus? Será que não é também Deus dos gentios? Sim, também dos gentios, visto que Deus é um só, o qual justificará o circunciso a partir da fé e o incircunciso por meio da fé.” Uma vez que Deus é também o Deus dos gentios, é simplesmente natural que gentios, também, fossem incluídos no plano de Deus para a redenção da humanidade.

Assim, Paulo ensinou que a lei não justifica e que Deus não é o Deus somente dos judeus. O Senhor oferece a salvação a todos os seres humanos nos mesmos termos. Nem a lei, nem a circuncisão, justificará alguém. Deus justifica mediante a fé ativa e obediente (Romanos 1:5), justificando todos os seres humanos desse mesmo modo.

É importante destacar algo que Paulo não afirmou em Romanos 3:29-30. Como no caso em Romanos 2:11, o apóstolo nunca afirmou que judeus deixam de ser judeus ou que os gentios deixam de ser gentios. No que diz respeito à salvação, essas distinções não têm importância. Todos são salvos sob os mesmos critérios e ninguém é favorecido. É importante entender isso, uma vez que alguns ensinam que a cruz eliminou todas as distinções. Especificamente, tentam negar o ensino do Novo Testamento sobre o marido ser o cabeça da mulher (Efésios 5:23) e a ênfase sobre o homem liderar (1 Timóteo 3:2), o que inclui os cultos públicos de adoração (1 Timóteo 2:8; 1 Coríntios 14:34). Tanto os homens como as mulheres são salvos da mesma forma, assim como judeus e gentios. Em termos de valor como seres humanos, todos são iguais aos olhos de Deus. No entanto, isso é bem diferente de afirmar que deixaram de ser homens e mulheres e que não estão sujeitos às instruções bíblicas relativas às funções que Deus deseja que cada um siga.

3:31 – Antecipando que um judeu opositor pudesse acusá-lo de ser antinomista (alguém não acredita em requisitos legais ou em restrições morais), Paulo perguntou: “Anulamos, então, a lei por meio da fé?” Ele mesmo prontamente respondeu: “De modo nenhum! Pelo contrário, confirmamos a lei.” O fato de os seres humanos serem salvos por fé não significa que não devem se preocupar em obedecer aos mandamentos de Deus. O apóstolo, ao afirmar que a lei divina é confirmada na justificação pela fé, confirmou que Deus ainda tem mandamentos e que ainda espera que as pessoas obedeçam a esses mandamentos.

Há dois sentidos em que a justificação pela fé confirma a lei. Em primeiro lugar, a fé que salva é uma fé obediente. Quem verdadeiramente crê se preocupa em obedecer aos mandamentos de Deus, mas o incrédulo não se preocupa com isso. Em segundo lugar, quem verdadeiramente crê entende e valoriza o que Deus fez e, conseqüentemente, tem o desejo de obedecer aos mandamentos dele, conforme 1 João 4:19, “Nós amamos porque ele nos amou primeiro”, e 1 João 5:3, “Porque este é o amor de Deus: que guardemos os seus mandamentos. E os seus mandamentos não são difíceis de guardar.” Assim, a justificação pela fé confirma a lei divina e incentiva a obediência. Essa é a terceira coisa que Paulo quis esclarecer antes de iniciar uma exposição sobre a fé em Romanos 4. Paulo reiterou cuidadosamente que a justificação pela fé não é inovação, mas o cumprimento do Antigo Testamento.

Alguns acreditam que Paulo ensinou aqui que a Lei de Moisés ainda está em vigor, pelo menos para os judeus. Ao escrever a Epístola aos Romanos, Paulo lidou apenas indiretamente sobre a questão da abolição da Lei de Moisés (especialmente em Romanos 7:1-6). Isso porque o propósito do apóstolo era mostrar que as pessoas não são salvas na base da observância às leis, uma vez que não conseguem obedecê-las perfeitamente. Em outras palavras, informar qual a lei que ele tinha em mente não era um fator determinante para a explicação sobre a justificação pela fé. Em outras ocasiões, porém, Paulo escreveu sobre esse assunto. Em Efésios 2:14-15, o apóstolo afirmou que Cristo removeu a separação entre judeus e gentios e “aboluiu a lei dos mandamentos na forma de ordenanças”, o que é uma referência à Lei de Moisés. Em Gálatas 3:24-25, Paulo afirmou que a Lei de Moisés serviu como um guardião para conduzir as pessoas a Cristo e, quando veio a fé do evangelho, ninguém mais permanece

subordinado a esse guardião. Quando falsos mestres tentaram impor regras da Lei de Moisés aos cristãos, como a circuncisão, Paulo reagiu com intrepidez e determinação contra isso (Atos 15:1-2; Gálatas 5:2).

Romanos 4:1-5: *“{4:1} Que diremos, então, a respeito de Abraão, nosso pai segundo a carne? O que foi que ele conseguiu? {4:2} Porque, se Abraão foi justificado por obras, tem do que se orgulhar, porém não diante de Deus. {4:3} Pois o que diz a Escritura? Ela diz: ‘Abraão creu em Deus, e isso lhe foi atribuído para justiça.’ {4:4} Ora, para quem trabalha, o salário não é considerado como favor, mas como dívida. {4:5} Mas, para quem não trabalha, porém crê naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é atribuída como justiça.”*

4:1 – Paulo afirmou que a fé confirma a lei, e não a anula (Romanos 3:31). Ele continuou seu argumento citando o exemplo do “pai” do povo da aliança, Abraão. Todos os judeus respeitavam profundamente o pai de sua nação (Lucas 3:8; 16:24,30; João 8:39,53,56; Atos 7:2). Se Paulo pudesse provar que esse venerado ancestral foi justificado pela fé, isso já seria grande parte do caminho andado para a demonstração de sua exposição aos judeus. O apóstolo também pode ter escolhido Abraão por outra razão: se havia um exemplo entre os judeus de alguém que foi “bom o suficiente para ser salvo por suas obras”, Abraão certamente seria a primeira escolha. Portanto, se Paulo pudesse persuadir os judeus de que Abraão foi justificado com base em sua fé, e não em obras de lei/obras de mérito, o apóstolo teria neutralizado um dos argumentos mais fortes deles.

Abraão foi citado como sendo “nosso pai segundo a carne”, ou seja, o primeiro patriarca de todos os judeus, o que incluiu o próprio Paulo. O fato de o apóstolo ter citado Abraão como “pai segundo a carne” implica que há outra forma de ele ser considerado como “pai” que não é por meio de laços de parentesco, isto é, sua descendência abrange pessoas que não são de sua genealogia, mas que são justificadas pela fé, como ele mesmo foi. João Batista afirmou que Deus pode atribuir qualquer um como descendente de Abraão em Mateus 3:9: *“E não pensem que podem dizer uns aos outros: ‘Temos por pai Abraão’, porque eu afirmo a vocês que Deus pode fazer com que destas pedras surjam filhos a Abraão.”*

A pergunta *“O que foi que ele conseguiu?”* teve o intuito de guiar o raciocínio para o exemplo de como Abraão foi justificado por meio de uma fé obediente e operante.

4:2 – Em Romanos 3:27, Paulo afirmou que a justificação pela fé exclui o orgulho. Se Abraão fosse justificado pelas obras, ele poderia se orgulhar por ter merecido a salvação. Assim, Paulo teria concordado com seus colegas judeus que se alguém tinha o direito de se gloriar em suas obras, esse alguém seria Abraão. Mas o apóstolo rapidamente afirmou: *“porém não diante de Deus”*. Ou seja, aos olhos das pessoas, Abraão tinha do que se gloriar, porém, aos olhos de Deus, ele não tinha motivo de orgulho. Ainda que Abraão tivesse sido perfeito, o que ele não foi, ele nada teria para se orgulhar aos olhos de Deus, conforme Jesus afirmou em Lucas 17:10: *“Assim também vocês, depois de terem feito tudo o que lhes foi ordenado, digam: ‘Somos servos inúteis, porque fizemos apenas o que devíamos fazer.’”*

É importante definir as obras no contexto de Romanos 4: Paulo se referiu a obras com intuito de ganhar a salvação, por meio de guardar perfeitamente a lei. “Obras” é uma palavra com vários significados que precisa ser definida no contexto. Por exemplo, em Gálatas 5:19-21, “obras” são “obras da carne”, atitudes de pessoas que não colocam em prática o modo de vida do evangelho. Em Tiago 2:24, “obras” são os simples atos de obediência a Deus que evidenciam a fé: *“Assim, vocês percebem que uma pessoa é justificada pelas obras e não somente pela fé.”* Foi nesse sentido que Tiago, em Tiago 2:21-23, afirmou que Abraão foi justificado por obras que evidenciavam uma fé obediente e operante: *“Por acaso não foi pelas obras que Abraão, o nosso pai, foi justificado, quando ofereceu o seu filho Isaque sobre o altar? Você percebe que a fé operava juntamente com as suas obras e que foi pelas obras que a fé se consumou. E se cumpriu a Escritura, que diz: ‘Abraão creu em Deus, e isso lhe foi atribuído para justiça’, e ele foi chamado amigo de Deus.”* A própria crença em Cristo foi descrita como obra em João 6:28-29: *“Então lhe perguntaram: ‘Que faremos para realizar as obras de Deus?’ Jesus respondeu: ‘A obra de Deus é esta: que vocês creiam naquele que ele enviou.’”*

4:3 – Ninguém duvidava de que Abraão era justificado diante de Deus, mas a questão era a base de sua justificação. O próprio Livro de Gênesis, o qual faz parte do Pentateuco que compreende o que os judeus se referiram como a “Lei”, atesta em Gênesis 15:6 que *“Abraão creu em Deus, e isso lhe foi atribuído para justiça”*. Em outras palavras, a “Escritura” afirmou especificamente que Deus aceitou a fé de Abraão no lugar da obediência perfeita à lei divina. O apóstolo se referiu a esse texto várias vezes (Romanos 4:9,22-23).

Apesar de Gênesis 15:6 ter sido citado como prova da justificação de Abraão pela fé, não se deve pensar que essa foi a primeira vez que Abraão creu no Senhor. Toda a vida do patriarca foi marcada por uma fé obediente e operante. Gênesis 15:6 não é uma referência ao início da justificação de Abraão, nem é o momento exato em que ele passou a ser “salvo porque creu”. Embora Abraão tivesse sido considerado justificado/justo antes dessa ocasião, Gênesis 15:6 foi citado principalmente porque foi a primeira vez que as Escrituras atribuíram o termo “justiça” a ele, especificamente por causa de sua fé obediente e operante.

Abraão não foi justificado por ser “um bom homem”, mas porque sua vida de fé obediente e operante foi creditada a ele como justiça.

4:4 – O apóstolo resumiu como funciona um sistema de justificação por obras de lei, ou obras de mérito, afirmando que *“para quem trabalha, o salário não é considerado como favor, mas como dívida.”* A expressão *“para quem trabalha”* tem o sentido de um empregado que trabalha com o intuito de receber pagamento. Quando se trabalha para alguém, não se considera o pagamento como se fosse um presente, uma doação ou um *“favor”*. Na verdade, o empregador deve *“salário”* para quem trabalhou. Mas Abraão não recebeu um *“salário”* devido por serviços prestados ao Senhor. Ele recebeu o *“favor”*, ou graça, de Deus.

Uma vez que um sistema de justificação por obras de lei, ou obras de mérito, envolve um *“salário”* que é devido, esse sistema significa justificação para aqueles que são, de fato, inocentes. Isso implicaria que Deus teria que conceder a justificação como se fosse um *“salário”*, ou seja, Deus estaria em *“dívida”* de salvar o inocente. No entanto, uma vez que o ser humano cedo ou tarde peca (Romanos 3:23), não pode ser justificado dessa maneira. Isso inclui Abraão, por mais virtuoso que ele tenha sido.

4:5 – Continuando o raciocínio de Romanos 4:4, o apóstolo usou a expressão *“quem não trabalha”* para representar aquele que não trabalha para Deus com o intuito de receber algo em troca (*“salário”*), mas para expressar amor e gratidão, crendo no Senhor que é capaz de justificar ímpios. O termo grego traduzido como *“ímpio”* (*asebes*) é um termo forte que descreve alguém *“destituído de temor reverente a Deus”*. O Senhor é capaz de justificar aqueles que são *“completamente sem mérito”*, uma vez que ele entregou seu Filho como propiciação pelo pecado (Romanos 3:25), morrendo pelos ímpios (Romanos 5:6). O evangelho envolve a justificação de ímpios, um pensamento bem chocante. Deus, em Cristo, declara inocentes os criminosos. Quando o pecador confia em Deus, crendo que ele justifica o ímpio que deseja redenção e que se sujeita à sua Palavra, o Senhor aceita a fé obediente e operante no lugar da justiça perfeita.

Assim, Deus não olhou para a obediência perfeita de Abraão, a qual ele definitivamente não tinha, mas para a sua fé obediente e operante. Quando Deus viu a fé de Abraão, ela foi creditada como justiça para ele. O Senhor considerou a fé dele como justiça. Esse é o mesmo critério pelo qual Deus pode salvar qualquer pessoa, tendo em vista que o preço da redenção foi liquidado por Cristo na cruz. É importante manter em foco em dois fatos: (1) quando são referidas as obras de Abraão, não são *“obras de mérito”*, mas de *“fé obediente”*; (2) embora as obras de Abraão fossem notáveis, não eram perfeitas, uma vez que ele ainda precisou ser salvo mediante a fé (Efésios 2:8). Por isso, as Escrituras enfatizam que *“Abraão creu em Deus, e isso lhe foi atribuído para justiça”* (Romanos 4:3).

É importante clarificar que a justificação pela fé não significa que obras são desnecessárias. Quando Paulo citou Gênesis 15:6, sua intenção era resumir a vida de Abraão, a qual foi cheia de obras de obediência. Essa passagem bíblica se refere à vida de fé como um total. Em Gálatas 3:6-9, o apóstolo ligou Gênesis 15:6 às palavras de Deus em Gênesis 12, onde Deus chamou Abraão para ir para Canaã. Em relação a esse chamado, o autor do Livro de Hebreus afirmou em Hebreus 11:8: *“Pela fé, Abraão, quando chamado, obedeceu, a fim de ir para um lugar que devia receber como herança; e partiu sem saber para onde ia.”* Nota-se a ênfase na palavra *“obedeceu”*. Se Abraão não tivesse obedecido e ido para onde o Senhor ordenou, ele simplesmente não teria crido. Logo, as obras evidenciam a fé. A importância das obras de Abraão foi demonstrada nas palavras de Deus a Isaque em Gênesis 26:5: *“porque Abraão obedeceu à minha palavra e guardou os meus mandamentos, os meus preceitos, os meus estatutos e as minhas leis.”* É por essa razão que, em Tiago 2:26, Tiago afirmou: *“Porque, assim como o corpo sem espírito é morto, assim também a fé sem obras é morta.”*

Por essas razões, o batismo para remissão de pecados e recebimento do dom do Espírito (Atos 2:38; 22:16) não é uma obra de mérito a fim de ser usada como *“moeda de troca”* para *“comprar”* a salvação, mas uma obra de

obediência exigida pelo Senhor para a salvação. Uma vez que o batismo deve ser realizado com o objetivo de perdão dos pecados, ele está do lado da justificação pela fé, não do lado de justificação pelas obras. A justificação que inclui o perdão é a salvação pela fé (Atos 2:38; Tito 3:5). Se alguém verdadeiramente crê no evangelho, fará o batismo da forma como o Senhor ordenou. Se não o fizer, é porque não crê verdadeiramente no evangelho.

Além disso, a fé obediente e operante que Deus deseja implica em estudar e aplicar os princípios, exemplos e doutrinas do Novo Testamento. Não se deve ir além da doutrina de Cristo (2 João 9), nem ultrapassar o que está escrito nas Escrituras (1 Coríntios 4:6), e nem aceitar um evangelho adulterado (Gálatas 1:6-10).

Romanos 4:6-8: *“{4:6} E é assim também que Davi declara ser bem-aventurado aquele a quem Deus atribui justiça, independentemente de obras. {4:7} Davi disse: ‘Bem-aventurados aqueles cujas transgressões são perdoadas, e cujos pecados são cobertos; {4:8} bem-aventurado aquele a quem o Senhor jamais atribuir pecado.’”*

4:6 – Paulo passou para o exemplo de outro indivíduo respeitado pelos judeus: o rei Davi. Em Romanos 4:5, o apóstolo afirmou que o Senhor *“justifica o ímpio”*. Alguns judeus poderiam ter dúvida quanto a Abraão ser *“ímpio”*, mas não teriam essa dúvida em relação a Davi. Além disso, ele viveu depois que a Lei de Moisés foi concedida a Israel. Em questão de semanas, Davi transgrediu quatro dos dez mandamentos, isto é, cobiçar, adulterar, mentir e assassinar (2 Samuel 11;12; Êxodo 20:13-17). O apóstolo afirmou que Davi declarou que é *“bem-aventurado aquele a quem Deus atribui justiça, independentemente de obras.”* Trata-se exatamente do mesmo tipo de justificação aplicado a Abraão. Naquele cenário, *“atribuir justiça”* se referiu a Deus *“creditar como justo”* quem era culpado de grande injustiça (no caso, Davi). Em outras palavras, *“atribuir ou creditar justiça”* tem a ver com o Senhor perdoar seus filhos transgressores.

O exemplo de Davi não apenas reforça o fato de que o princípio da justificação pela fé era ensinado no Antigo Testamento, como também ilustra a natureza abrangente desse princípio.

4:7 – Em Romanos 4:7-8, Paulo citou o Salmo 32:1-2, sendo que o Salmo 51 e o Salmo 32 provavelmente se referem pecado de Davi com Bate-Seba. Salmo 51 foi o clamor de Davi por perdão e o Salmo 32 foi a expressão de gratidão após Deus o ter perdoado. A singularidade disso é apreciada quando se calcula o que Davi merecia pelo que cometeu. Segundo a Lei de Moisés, ele merecia ser apedrejado até a morte por pelo menos dois delitos: adultério (Deuteronômio 22:22,24; João 8:5) e assassinato (Levítico 24:17). Em vez disso, seus pecados foram perdoados, *“cobertos”*, e, ainda, não levados em conta (Romanos 4:8). Não é de admirar que Davi tenha se denominado *“bem-aventurado”*. Um pecado *“coberto”* é como se fosse coberto de maneira a se tornar invisível para Deus, como se jamais tivesse acontecido.

4:8 – Continuando com a citação do Salmo 32:1-2, o apóstolo afirmou as palavras de Davi: *“bem-aventurado aquele a quem o Senhor jamais atribuir pecado.”* Davi entendeu que um homem abençoado é aquele que recebe o benefício da graça de Deus, o perdão dos seus pecados. O Senhor não levou em conta os pecados do rei. O exemplo de Davi mostra que Deus concedeu perdão no Antigo Testamento (2 Samuel 12:13) porque sabia que Cristo se ofereceria como um sacrifício perfeito (Romanos 3:25-26).

Assim, Paulo afirmou que o Salmo 32:1-2 é um exemplo de Deus creditando, imputando, ou atribuindo justiça, independentemente de obras (Romanos 4:6). No entanto, é importante destacar que o apóstolo não estava sugerindo que não foi preciso que Davi fizesse alguma coisa para ser perdoado. O coração de Davi foi quebrado pelo arrependimento (Salmo 51:17). Ele precisou admitir seu pecado e confessá-lo ao Senhor (Salmo 32:5; 51:3-4). Ele precisou orar e pedir perdão ao Senhor (Salmo 51:1-2,9; 32:6). O ponto de Paulo é que não havia *“obras”* que Davi pudesse fazer para obter ou merecer o perdão de Deus. Quando o Senhor perdoou, ele o fez com base na graça, e não na base de obras. Ainda assim, Davi fez algumas coisas para se *“apropriar”* do perdão de Deus.

Romanos 4:9-12: *“{4:9} Esta bem-aventurança vem apenas sobre os circuncisos ou será que ela vem também sobre os incircuncisos? Porque dizemos: ‘A fé foi atribuída a Abraão para justiça.’ {4:10} Como, pois, lhe foi atribuída? Estando ele já circuncidado ou sendo ainda incircunciso? Não foi no regime da circuncisão, mas quando ele ainda não havia sido circuncidado. {4:11} E Abraão recebeu o sinal da circuncisão como selo da justiça da fé que teve quando ainda não havia sido circuncidado. E isto para que ele viesse a ser o pai de todos os que creem, embora não circuncidados, a fim de que a justiça fosse atribuída também a eles. {4:12} Ele é também pai da circuncisão, isto é,*

daqueles que não são apenas circuncisos, mas também andam nas pisadas da fé que teve Abraão, nosso pai, antes de ser circuncidado.”

4:9 – Paulo perguntou se a *“bem-aventurança”* de a fé ser atribuída como justiça, a qual foi concedida a Abraão, é aplicável apenas para os *“circuncisos”* (judeus) ou é aplicável também aos *“incircuncisos”* (gentios). Em outras palavras, apenas judeus podem ter seus pecados perdoados, ou gentios também podem ser perdoados? Muitos judeus diriam que essa *“bem-aventurança”* é unicamente para circuncisos (a circuncisão era um assunto controverso na igreja primitiva, como observado em Atos 15). Porém, Paulo mostrou que essa bondosa provisão de Deus é para todos. O apóstolo, novamente, citou a prova textual de Gênesis 15:6 com a expressão *“Porque dizemos: ‘A fé foi atribuída a Abraão para justiça’”* (Romanos 4:9) para, a seguir, fazer a reflexão a respeito de quais foram as circunstâncias nas quais a fé foi atribuída a Abraão para justiça.

4:10 – Continuando o raciocínio de Romanos 4:9, Paulo perguntou se Abraão recebeu a justificação pela fé estando ele circuncidado ou quando ainda incircunciso. Essa pergunta era uma questão que a maioria dos judeus provavelmente nunca havia ponderado. O apóstolo respondeu sua própria indagação com a expressão *“Não foi no regime da circuncisão, mas quando ele ainda não havia sido circuncidado.”* A afirmação relativa à justificação de Abraão por fé aparece em Gênesis 15, enquanto o relato da instituição do rito da circuncisão aparece em Gênesis 17, isto é, muitos anos depois. Os acontecimentos bíblicos nem sempre são dispostos cronologicamente, mas é citada a idade de Abraão em cada etapa dessa sequência de acontecimentos (Gênesis 12:4; 16:3,16; 17:1). Segundo a cronologia dos rabinos, a distância entre Gênesis 15:6 e os eventos de Gênesis 17 totaliza vinte e nove anos.

Judeus acreditavam que a circuncisão os autenticava como judeus, referindo-se a si mesmos como *“a circuncisão”* e aos gentios como *“a incircuncisão”*. Por isso, segundo o próprio raciocínio deles, Abraão foi justificado pela fé antes de ser um *“judeu”*, ou seja, enquanto ele ainda era um *“gentio”*. Abraão era incircunciso quando Deus o justificou. Se mesmo o *“pai dos judeus”* foi justificado pela fé quando incircunciso, ou seja, sendo um gentio, gentios também podem ser salvos pela fé. Os gentios não seriam justificados pela lei, uma vez que lei alguma justifica transgressores. Além disso, gentios não receberam a Lei de Moisés. A circuncisão foi um *“sinal”* (Romanos 4:11) da justificação pela fé que sempre foi aplicada por Deus a todos. Abraão forma o modelo do ser humano de fé, seja circunciso ou incircunciso.

4:11 – Se a justificação pela fé pôde ser aplicada sem a circuncisão, surge a questão de qual ser a razão de Deus ordenar que Abraão e os demais homens de sua família tivessem que ser circuncidados, uma vez que o rito não visava a salvação. Paulo afirmou que *“Abraão recebeu o sinal da circuncisão como selo da justiça da fé que teve quando ainda não havia sido circuncidado”*. Deus ordenou a Abraão no momento em que instituiu o rito: *“Vocês devem circuncidar a carne do prepúcio e isso servirá como sinal de aliança entre mim e vocês”* (Gênesis 17:11). A circuncisão não foi dada aos judeus para salvá-los, mas foi dada como um *“sinal”* para identificá-los como pertencentes à aliança. Abraão recebeu a graça de Deus pela fé antes de ser circuncidado (Romanos 4:10). A circuncisão, por si só, não serve para nada diante do Senhor. É necessária a obediência, o andar *“nas pisadas da fé que teve Abraão, nosso pai, antes de ser circuncidado”* (Romanos 4:12).

Abraão foi justificado por fé antes de ser circuncidado *“para que ele viesse a ser o pai de todos os que creem, embora não circuncidados, a fim de que a justiça fosse atribuída também a eles.”* Paulo havia observado que Abraão é o pai carnal dos judeus em Romanos 4:1, mas aqui declarou que Abraão é o pai espiritual dos gentios que tinham fé em Jesus. Se os gentios praticarem o evangelho, a *“justiça”* (ser considerado como justo perante Deus) será imputada a eles da mesma forma que isso ocorreu com Abraão. A justificação pela fé está disponível a todos por meio de Cristo.

Deve ser dada atenção especial ao fato de que muitos grupos religiosos raciocinam que o batismo não seria necessário para a salvação por acreditarem que ele se enquadra no mesmo caso da circuncisão, isto é, seria apenas um sinal da justificação. No entanto, não há indicação alguma de que Paulo pretendeu fazer tal aplicação. Apesar de o apóstolo se referir ao dom do Espírito Santo que as pessoas recebem quando são batizadas (Atos 2:38) como um *“selo”* em Efésios 1:13-14, ele nunca afirmou que o batismo é um sinal de alguém que já foi salvo. Na verdade, a salvação ocorre após o batismo, não antes. O batismo foi comparado por Paulo à circuncisão em Colossenses 2:11-13 porque é como se fosse uma *“operação divina”* com o objetivo de separar o pecado do indivíduo (a remissão de pecados, como escrito em Atos 2:38), de forma análoga à forma como a *“cirurgia da circuncisão”* separava o corpo do prepúcio. O batismo não é exatamente como a circuncisão, uma vez que simboliza algo que a circuncisão não

simboliza, a saber, o sepultamento do velho ser humano para começar sua nova vida (Romanos 6:3-6), ou seja, uma ressurreição espiritual. Portanto, não é válido associar que, se a salvação era obtida sem a circuncisão, ela pode também ser obtida sem o batismo na era do evangelho. Atenção especial deve ser dada ao fato de que a circuncisão era apenas para homens, mas o batismo é para todos, homens e mulheres. Embora exista um simbolismo no batismo que deve ser apreciado, isso não nega a necessidade de submissão a essa ordem divina para receber a salvação (Marcos 16:16; Atos 2:38; 22:16; 1 Pedro 3:21). Deus deixou o batismo como uma instrução carregada de simbolismo e, ao mesmo tempo, necessária.

4:12 – A justificação pela fé aos incircuncisos, isto é, gentios, não exclui a justificação pela fé para os circuncisos, isto é, judeus. Abraão ainda é o “pai da circuncisão”, porém, assim como os gentios, os judeus também devem praticar a fé do evangelho. Judeus precisam reconhecer que Abraão é “também pai da circuncisão, isto é, daqueles que não são apenas circuncisos, mas também andam nas pisadas da fé que teve Abraão”. Todos precisam do mesmo tipo de fé obediente e operante que Abraão teve “antes de ser circuncidado”. Em João 8:39, Jesus afirmou para os judeus: “Se vocês fossem filhos de Abraão, fariam as obras que ele fez.”

A prova de Paulo de que Abraão é o “pai de todos os que creem” (Romanos 4:11) é que ele foi justificado pela fé anos antes de, em um sentido, “tornar-se judeu”, ou seja, antes de ser circuncidado (Romanos 4:10). A justificação é, portanto, pela fé, e não por grau de parentesco físico com Abraão. Por mais espantoso que parecesse para muitos judeus, Deus aceitaria um “crente incircunciso”, mas rejeitaria um “descrente circunciso”. Especificamente, um “filho de Abraão” precisa colocar toda a sua confiança em Jesus e colocar em prática os ensinamentos dele, o que inclui o batismo para remissão de pecados e recebimento do dom do Espírito (Atos 2:38; 22:16) após a crença no evangelho e o arrependimento.

Romanos 4:13-15: “{4:13} A promessa de que seria herdeiro do mundo não veio a Abraão ou à sua descendência por meio da lei, e sim por meio da justiça da fé. {4:14} Pois, se os da lei é que são os herdeiros, anula-se a fé e cancela-se a promessa. {4:15} Porque a lei suscita a ira; mas onde não há lei, também não há transgressão.”

4:13 – Depois de discutir sobre a circuncisão, Paulo voltou sua atenção para a segunda coisa que distinguia os judeus dos demais povos: a Lei de Moisés. Nem Abraão, nem sua descendência, receberam o favor de Deus mediante essa lei, uma vez que ela foi concedida a Moisés cerca de quatrocentos e trinta anos depois (Gálatas 3:17). No lugar disso, Paulo afirmou que a promessa veio “por meio da justiça da fé.” O fato de que a Lei de Moisés foi concedida séculos mais tarde era prova suficiente de que ela nada tinha a ver com a promessa, mas Paulo usou a oportunidade para continuar a contrastar um “sistema de lei/obras” com o “sistema de graça/fé”. Se o cumprimento da promessa dependesse da observância da lei, a promessa permaneceria para sempre sem cumprimento, uma vez que ninguém, nem mesmo Abraão, conseguiria observar com perfeição a lei (qualquer lei). A conclusão de Paulo foi que o cumprimento da promessa depende do sistema de graça/fé.

O apóstolo se referiu à promessa a Abraão ou sua descendência para ser “herdeiro do mundo”. Considerando que não há em Gênesis nenhuma promessa específica a Abraão de que ele seria “herdeiro do mundo”, essa expressão pode ser a maneira de Paulo resumir as muitas promessas que Deus fez a Abraão. Talvez uma delas fosse mais importante na sua mente: “Na sua descendência serão benditas todas as nações da terra, porque você obedeceu à minha voz.” (Gênesis 22:18). Em Gálatas 3:16, Paulo destacou essa promessa como messiânica: “Ora, as promessas foram feitas a Abraão e ao seu descendente. Não diz: ‘e aos descendentes’, como falando de muitos, porém como falando de um só: ‘e ao seu descendente’, que é Cristo.” Os descendentes espirituais de Abraão, por intermédio de Cristo, se tornam “herdeiros do mundo” (Mateus 5:5), isto é, em última análise, receberão o mundo que está por vir, os novos céus e nova terra na presença eterna de Deus. Paulo escreveu em 1 Coríntios 3:21-23: “Portanto, ninguém se glorie nos homens. Porque tudo é de vocês: seja Paulo, seja Apolo, seja Cefas, seja o mundo, seja a vida, seja a morte, sejam as coisas presentes, sejam as futuras, tudo é de vocês, e vocês são de Cristo, e Cristo é de Deus.” Todas as coisas “pertencem” aos cristãos no sentido de que tudo pertence a Deus e os cristãos são seus filhos que herdarão essas coisas.

4:14 – Quando Paulo usou a expressão “os da lei”, ele tinha em mente, sobretudo, os judeus (Romanos 4:16). Todavia, uma vez que o termo “lei” é um termo geral no texto original, a referência inclui qualquer um que confie em um sistema de lei/obras. Se o recebimento da promessa dependesse de um sistema de lei/obras, ocorreriam dois resultados: (1) “anula-se a fé”, ou seja, qualquer sistema de lei/obras é incompatível com um sistema de graça/fé, o que significaria que os seres humanos estariam condenados, uma vez que não conseguem observar lei alguma com perfeição; (2) “cancela-se a promessa”, ou seja, se o recebimento da promessa dependesse de guardar uma lei, os

seres humanos teriam que desistir de recebê-la, uma vez que não conseguiriam cumprir a lei perfeitamente. A promessa não foi dada a Abraão porque ele tinha guardado com perfeição as leis divinas, mas porque ele teve a fé que agrada a Deus.

Paulo escreveu em Gálatas 3:16-18: *“Ora, as promessas foram feitas a Abraão e ao seu descendente. Não diz: ‘e aos descendentes’, como falando de muitos, porém como falando de um só: ‘e ao seu descendente’, que é Cristo. E digo isto: uma aliança já anteriormente confirmada por Deus não pode ser revogada pela lei, que veio quatrocentos e trinta anos depois, a ponto de anular a promessa. Porque, se a herança provém de lei, já não decorre de promessa. Mas foi pela promessa que Deus a concedeu gratuitamente a Abraão.”*

4:15 – A expressão *“a lei suscita a ira”* contém um artigo definido antes do termo *“lei”*, uma vez que o apóstolo estava confrontando diretamente os judeus que poderiam considerar a Lei de Moisés como *“uma exceção à regra”* no que diz respeito a um sistema de lei/obras. Todos pecam. Todos violam a lei. Portanto, se a promessa viesse por meio de lei, não haveria ninguém qualificado para recebê-la (Romanos 4:14). Isso não significa que não haja padrão de conduta ou que a Lei de Moisés não tinha valor algum (Romanos 7:12 afirma que *“a lei é santa e o mandamento é santo, justo e bom”*). Significa que os seres humanos não são dependentes de perfeita obediência para sua salvação, pois não conseguem fazer isso.

Portanto, quando Paulo afirmou que *“a lei suscita a ira”*, ele estava se referindo ao fato de que ninguém consegue guardar a lei com perfeição e, por isso, em última análise, tudo o que a lei poderia fazer era condenar o transgressor a sofrer a ira de Deus. O problema com a lei consiste no fato de que ela pode diagnosticar a causa, mas não pode oferecer nenhum remédio. Ela pode estabelecer o padrão e determinar o castigo. Ela não pode justificar aqueles que a infringem, pode apenas condená-los.

O apóstolo acrescentou a afirmação *“onde não há lei, também não há transgressão”*. É possível entender melhor essa dedução de Paulo ampliando o raciocínio. Considerando a ausência de artigo definido antes do termo *“lei”*, Paulo se referiu a um princípio relativo às leis em geral. Se *“onde não há lei, também não há transgressão”*, conclui-se que onde há lei, há transgressão. Todos os seres humanos possuem algum tipo de lei (princípio), quer seja escrito ou oral, mas nenhum deles consegue observá-lo com perfeição. Logo, todos são transgressores da lei. Nesse caso, a lei suscita ira para todos, e não bênção, trazendo conhecimento do pecado (Romanos 3:20) e, assim, a Palavra de Deus encerra tudo sob o pecado, como Paulo afirmou em Gálatas 3:22: *“Mas a Escritura encerrou tudo sob o pecado, para que, mediante a fé em Jesus Cristo, a promessa fosse concedida aos que creem.”*

Romanos 4:16-17: *“{4:16} Essa é a razão por que provém da fé, para que seja segundo a graça, a fim de que a promessa seja garantida para toda a descendência, não somente à descendência que está no regime da lei, mas também à descendência que tem a fé que Abraão teve — porque Abraão é pai de todos nós, {4:17} como está escrito: ‘Eu o constituí por pai de muitas nações’ — diante daquele em quem Abraão creu, o Deus que vivifica os mortos e chama à existência as coisas que não existem.”*

4:16 – Uma vez que a lei suscita a ira, e não bênção, o recebimento da promessa provém da fé. Um sistema de lei/obras pode apenas suscitar condenação, uma vez todo o ser humano se torna transgressor e leis não podem justificar transgressores. Portanto, a promessa poderia ser cumprida apenas por meio de um sistema de graça/fé. É uma questão de fé obediente e operante da parte do ser humano e da generosidade, ou *“graça”*, da parte de Deus. A promessa foi um presente concedido a Abraão com base na fé obediente e operante que ele teve. Assim, os judeus precisavam entender que seriam salvos pela graça de Deus, não pela raça (Lucas 3:7-9).

O cumprimento da promessa veio mediante a fé e a graça com o objetivo *“de que a promessa seja garantida para toda a descendência”*. O termo *“descendência”* geralmente se refere a um ou mais descendentes físicos, mas aqui o termo se refere aos descendentes espirituais de Abraão, isto é, aqueles que desenvolvem uma fé obediente e operante, como foi a fé de Abraão. Assim, a garantia da promessa é concedida *“não somente à descendência que está no regime da lei, mas também à descendência que tem a fé que Abraão teve”*, ou seja, não apenas para judeus que creem no evangelho de Jesus, mas também para gentios que *“andam nas pisadas da fé que teve Abraão”* (Romanos 4:12). Por isso, *“Abraão é pai de todos nós”*, ou seja, ele é considerado pai de todos aqueles que verdadeiramente creem no evangelho, sejam judeus ou gentios.

4:17 – Paulo afirmou que o cumprimento da promessa mediante a fé e a graça havia sido predito em uma das promessas dadas a Abraão: *“como está escrito: ‘Eu o constituí por pai de muitas nações’”*. A referência é à ocasião em que Abraão tinha noventa e nove anos e o Senhor apareceu a ele, renovando a aliança, em Gênesis 17:5. Abraão, de fato, foi o pai físico de numerosas nações (israelitas/judeus, edomitas/idumeus, ismaelitas/árabes e midianitas). Todavia, guiado pelo Espírito, o apóstolo afirmou que estava embutida em Gênesis 17:5 uma predição espiritual, isto é, que Abraão também seria o “pai espiritual de muitas nações”. Paulo poderia estar fazendo um jogo de palavras. O termo grego para “nações” é derivado de *ethnos* (de onde vem a palavra “étnico”) e o termo grego para “gentio” é *ethnos*. Assim, a citação poderia ser traduzida literalmente como *“Eu o constituí por pai de muitos gentios”*. É motivo de alegria o fato de Deus permitir que aqueles que não têm parentesco sanguíneo com Abraão sejam incluídos na promessa.

Abraão foi um pai que creu no *“Deus que vivifica os mortos”*. Essa expressão pode se referir a várias coisas: (1) os corpos idosos de Abraão e Sara (Romanos 4:19) que não podiam ter filhos, mas Deus os capacitou a ter um filho (Isaque); (2) uma alusão a um incidente posterior na vida de Abraão, quando foi chamado para oferecer seu filho Isaque em sacrifício (Gênesis 22), e Abraão considerou que Deus era poderoso até mesmo para ressuscitar Isaque dentre os mortos (Hebreus 11:19); (3) uma antecipação de Romanos 4:25, o qual menciona a ressurreição de Cristo dos mortos. O fato mais notável é que Abraão creu que Deus tinha o poder de dar vida aos mortos sem ter ouvido falar sobre ressurreições. Apesar disso, Abraão creu que Deus, se quisesse, poderia trazer os mortos à vida.

Abraão também creu no Deus que *“chama à existência as coisas que não existem”*. Essa expressão pode ser uma referência a Gênesis 1, onde Deus falou e trouxe à existência um mundo que antes não existia. No contexto, tudo indica que a expressão se refere à promessa feita a Abraão. A promessa de Deus a Abraão de constituí-lo como pai de muitas nações foi proferida enquanto Abraão ainda não tinha filhos. Isaque, o filho de Abraão, não existia, mas Deus o chamou à existência. O Senhor também mencionou uma numerosa nação (Israel) que não existia e a chamou à existência (Gênesis 12:2; 46:3). Deus até mesmo se referiu a uma descendência espiritual de Abraão, os cristãos, a qual, por fim, mediante Cristo, ele trouxe à existência (Gálatas 3:29). O mesmo Deus que levantou uma nação de um homem *“amortecido”* (Romanos 4:19; Hebreus 11:12) pode levantar uma nação santa de povos considerados como mortos pelos judeus.

A ideia principal é que, na visão de Abraão, aquilo que o Senhor dizia era fato consumado. Isso implica em certas coisas sobre Deus: (1) ele tem poder para cumprir o que promete a ponto de considerar essa promessa como se já estivesse concretizada; (2) ele é soberano sobre a morte (dá vida aos mortos) e sobre o nada (traz à existência o que não existe).

Romanos 4:18-22: *“{4:18} Abraão, esperando contra a esperança, creu, para vir a ser pai de muitas nações, segundo lhe havia sido dito: ‘Assim será a sua descendência.’ {4:19} E, sem enfraquecer na fé, levou em conta o seu próprio corpo já amortecido, tendo ele quase cem anos, e a esterilidade do ventre de Sara. {4:20} Não duvidou, por incredulidade, da promessa de Deus; mas, pela fé, se fortaleceu, dando glória a Deus, {4:21} estando plenamente convicto de que Deus era poderoso para cumprir o que havia prometido. {4:22} Assim, também isso lhe foi atribuído para justiça.”*

4:18 – Uma vez que a fé de Abraão estava focada em Deus, *“esperando contra a esperança, creu, para vir a ser pai de muitas nações, segundo lhe havia sido dito: ‘Assim será a sua descendência’”*. A *“esperança”* está intimamente relacionada a fé (Hebreus 11:6), mas não são sinônimas. A esperança sobre a qual Paulo escreveu combina desejo e expectativa, sendo necessários esses dois elementos para haver esperança. De uma perspectiva terrena, Abraão não tinha esperança de ter um filho, embora desejasse isso. Tendo um *“corpo amortecido”* (Romanos 4:19), e sendo Sara estéril, Abraão não tinha razão para esperar que viesse a ter um filho. Todavia, de uma perspectiva celestial, Deus afirmou que ele teria uma numerosa *“descendência”*. Assim, Abraão não apenas desejou ter um filho, mas também esperou isso, crendo na promessa de Deus. Por isso, o apóstolo usou a expressão *“esperando contra a esperança, creu”*.

A expressão *“pai de muitas nações”* é uma referência a Gênesis 17:4-5, embora a citação seja de Gênesis 15:5. O Senhor afirmou que a descendência de Abraão seria tão numerosa quanto as estrelas do céu. Abraão confiou que essas promessas se cumpririam, mesmo parecendo não haver meios de isso acontecer.

4:19 – O texto original permite dois sentidos aqui: (1) Abraão teria considerado seu próprio corpo como *“amortecido”*; ou, (2) Abraão não teria atentado para o seu próprio corpo *“já amortecido”*. É fascinante que esses dois

sentidos resultem na mesma conclusão. Em um caso, Abraão não considerou seu corpo como amortecido, pois Deus efetuará a sua vontade nele. No outro caso, Abraão levou em conta a impotência do seu corpo e confiou que Deus efetuará sua vontade por meio dele. Qualquer que seja o caso, quando Deus afirmou ao velho Abraão de noventa e nove anos que teria um filho (Gênesis 17:1,16), Abraão não ignorou o fato de que seu corpo já estava amortecido no que diz respeito a ter filhos (Hebreus 11:12), nem ignorou a esterilidade do ventre de Sara. É notável a palavra “já”: o ventre de Sara sempre foi “amortecido” (estéril), mas o corpo de Abraão “já” estava “amortecido”. No passado, o corpo de Abraão não era “amortecido” para ter filhos (Gênesis 16:4), mas depois passou a se encontrar nesse estado.

O fato é que Abraão e Sara estavam fisicamente incapacitados de ter filhos e não havia meio terreno de terem uma descendência. Todavia, Abraão creu que ele e Sara teriam um filho e que sua descendência seria tão numerosa quanto as estrelas. Ele se recusou a se deixar intimidar. Abraão creu em um Deus que tinha o poder de fazer o que afirmou que faria (Romanos 4:17; Gênesis 17:1; Lucas 1:37).

4:20 – Abraão não apenas creu no poder de Deus, como também teve confiança nas promessas de Deus de que ele e sua descendência “herdariam o mundo” (Romanos 4:13), um “pacote de promessas” que incluía Abraão ter um filho e muitos descendentes dando origem a nações. Mesmo parecendo impossível o cumprimento dessa promessa, o patriarca não “duvidou, por incredulidade”, mas “pela fé, se fortaleceu”. Abraão pode ter se esforçado para manter a fé, pode ter tido lapsos e até experimentado dúvidas momentâneas, mas ele nunca desviou os olhos de Deus. A qualidade e a quantidade da fé de Abraão não foram tão importantes quanto o foco. Abraão se fortaleceu no que diz respeito à sua confiança no Senhor e em suas promessas. Assim como o exercício físico fortalece o corpo, “exercitar” a fé, isto é, depender dela e agir por ela, fortalece a própria fé. Abraão, com esse fortalecimento, atribuiu ao Senhor a glória que é devida a ele.

4:21 – O apóstolo declarou um resumo da fé de Abraão, uma declaração concisa de confiança total: ele estava “plenamente convicto de que Deus era poderoso para cumprir o que havia prometido.” Abraão não apenas creu que Deus poderia fazer o que prometeu, mas também creu que Deus o faria. Ele creu que Deus é fiel.

4:22 – Paulo concluiu sua revisão da vida de Abraão aludindo novamente a Gênesis 15:6: “também isso lhe foi atribuído para justiça.” A fé de Abraão não era perfeita. Em Gênesis 15:2-3, ainda sem filhos, Abraão sugeriu a Deus que um servo fosse seu herdeiro. Em Gênesis 17:15-17, depois que Deus afirmou que Sara teria um filho, Abraão riu consigo mesmo e questionou se um homem de cem anos teria um filho e se Sara conceberia com seus noventa anos. Depois disso, em Gênesis 17:18, ele tentou convencer Deus a aceitar Ismael como seu herdeiro. Mesmo tendo esses problemas, Abraão estava “plenamente convicto de que Deus era poderoso para cumprir o que havia prometido” (Romanos 4:21) porque sua dificuldade não foi em relação à promessa propriamente dita, mas em relação a como ela se cumpriria. Abraão nunca desviou os olhos de Deus e manteve o foco no Senhor. Por causa de sua fé obediente e operante, ainda que imperfeita, Deus considerou Abraão como justo.

Romanos 4:23-25: “{4:23} E as palavras ‘Ihe foi atribuído’ foram escritas não somente por causa dele, {4:24} mas também por nossa causa, visto que a nós igualmente nos será atribuído, a saber, a nós que cremos naquele que ressuscitou dentre os mortos a Jesus, nosso Senhor, {4:25} o qual foi entregue por causa das nossas transgressões e ressuscitou para a nossa justificação.”

4:23 – O apóstolo passou a fazer a aplicação do exemplo de Abraão à sua audiência. Gênesis 15:6 não foi escrito meramente como um memorial a Abraão, de forma que ele vivesse na memória das pessoas. Deus permitiu que Moisés registrasse essa passagem bíblica porque queria que as pessoas aprendessem com ela. Paulo tinha pouco interesse em contar histórias, mas tinha um grande desejo de transformar corações e vidas.

4:24 – A fé das pessoas que creem em Cristo será levada em conta para justiça, assim como aconteceu a Abraão, uma vez que Deus utiliza o sistema de justificação por graça/fé. Assim, o mesmo princípio se aplica a todos que creem nas “promessas impossíveis” de Deus, especificamente na ressurreição de Jesus Cristo. As pessoas devem crer no Deus que ressuscitou Jesus dentre os mortos, sendo notável a ligação desse fato com Romanos 4:17: “diante daquele em quem Abraão creu, o Deus que vivifica os mortos”. Abraão creu em Deus, o qual tem poder que “vivifica os mortos”, e as pessoas precisam ter esse mesmo tipo de fé.

A ressurreição de Jesus é central para a fé que Deus quer. Em Romanos 1:4, Paulo escreveu que Jesus “foi designado Filho de Deus com poder, segundo o Espírito de santidade, pela ressurreição dos mortos”. Em Romanos 10:9, ele escreveu que, para ser salva, a pessoa precisa “em seu coração crer que Deus o ressuscitou dentre os mortos”. Sem a ressurreição, não há uma “viva esperança” (1 Pedro 1:3) e a fé é “vã” (1 Coríntios 15:17). Abraão se constitui como um modelo para os cristãos.

4:25 – Em relação a Jesus, Paulo acrescentou que ele “foi entregue por causa das nossas transgressões e ressuscitou para a nossa justificação”. Cristo foi entregue à morte porque isso era necessário para remover a culpa por causa das transgressões dos pecadores, e ele foi ressuscitado dos mortos porque isso era necessário para a justificação deles.

Por causa da ressurreição de Cristo, existe a certeza de que sua morte aplacou a ira de Deus. Além disso, uma vez ressurreto, Jesus atua como sumo sacerdote. No Antigo Testamento, o sumo sacerdote entrava no santo lugar no tabernáculo (ou templo), uma vez por ano, com o sangue de animais. Ele aspergia esse sangue sobre o propiciatório (a tampa da arca), o qual representava o trono de Deus, para expiar os pecados do povo. Como sumo sacerdote, Jesus entrou no santo lugar, nos céus (Hebreus 9:24). Em vez de levar o sangue de animais, ele, com efeito, apresentou seu próprio sangue diante do trono de Deus. Ele fez isso para expiar os pecados, não uma vez por ano, mas de uma vez por todas. Para cumprir essa função de sumo sacerdote, Jesus foi ressuscitado e depois elevado à destra de Deus Pai. Assim, Paulo uniu a crucificação com a ressurreição, sendo que ambas “formam a dobradiça da porta da salvação”.

A JUSTIFICAÇÃO – A PAZ E A ALEGRIA SÃO FRUTOS DA JUSTIÇA

Romanos 5:1-2: “[5:1] *Justificados, pois, mediante a fé, temos paz com Deus por meio do nosso Senhor Jesus Cristo, [5:2] pelo qual obtivemos também acesso, pela fé, a esta graça na qual estamos firmes; e nos gloriamos na esperança da glória de Deus.*”

5:1 – No capítulo 5 da Epístola aos Romanos, Paulo destacou o poder de Jesus para ajudar os discípulos perdoados, além de apresentar uma série de pontos de contraste entre Adão e Jesus. A primeira parte, Romanos 5:1-11, serve de ponte entre os dois temas da justificação e santificação. Em Romanos 3:21-4:25, o apóstolo usou as Escrituras e a lógica para demonstrar que a justificação se baseia na fé obediente e operante. Uma vez estabelecido esse princípio, o apóstolo estava pronto para prosseguir com as bênçãos para quem foi justificado. A primeira bênção listada é a verdadeira paz, a qual não reside na ausência de conflito, mas na presença do Senhor. O pecado separou os seres humanos de Deus, mas o resultado da justificação é a comunhão e paz com ele.

A expressão “paz com Deus” não se refere a um sentimento subjetivo, mas a uma verdade objetiva. Uma vez justificadas, as pessoas são reconciliadas com Deus (Romanos 5:10-11), deixando de estar em uma posição de inimizade em relação ao Senhor. É como se as hostilidades tivessem cessado e um tratado de paz estivesse assinado. A conjunção “pois” demonstra que a bênção dessa verdadeira paz está baseada na exposição anterior do apóstolo sobre a justificação “mediante a fé”. Um sistema de lei/obras produz frustração e dúvida, uma vez que os seres humanos não conseguem observar as leis com perfeição. Um sistema de graça/fé, no entanto, resulta na “paz com Deus”, a qual está disponível aos justificados “por meio de nosso Senhor Jesus Cristo”, ou seja, essa paz é possível apenas porque Jesus morreu para reconciliar as pessoas com o seu Pai (Romanos 5:6-8,10-11).

5:2 – Por intermédio de Cristo, mediante a fé obediente e operante, os justificados obtêm “acesso” à graça de Deus. A expressão “acesso” é traduzida do termo grego *prosagoge* cujo significado é “o ato de conduzir ou levar à presença de”. É possível pensar em Jesus conduzindo os justificados à sala do trono de Deus Pai. Paulo afirmou que os justificados foram apresentados “a esta graça”. Geralmente, a “graça” é entendida como aquilo que salva as pessoas da culpa por seus pecados no momento em que se tornam cristãos. Aqui, porém, a expressão “esta graça” se refere a um “estado de graça” no qual as pessoas são introduzidas quando são justificadas, compreendendo toda a esfera da graça de Deus. A graça do Senhor não é necessária apenas para os seres humanos serem salvos, é necessária também para que permaneçam salvos. A provisão diária é pela graça. Mesmo cristãos continuam a pecar e o perdão dos pecados ocorre pela graça de Deus.

A justificação leva a esse maravilhoso estado de graça no qual Paulo afirmou “estamos firmes”. Alguns tentam atribuir a essa expressão mais do que Paulo pretendia, como se a posição em um estado de graça fosse

permanente, isto é, como se fosse impossível “cair da graça”. Isso é um equívoco, uma vez que, na Epístola aos Gálatas, o apóstolo mencionou pessoas que haviam decaído da graça (Gálatas 5:4; 1 Coríntios 10:12). A expressão “estamos firmes”, na verdade, indica a necessidade de permanecer firme na graça de Deus, como Paulo e os cristãos de Roma estavam fazendo, de acordo com Efésios 6:14: “Portanto, fiquem firmes, cingindo-se com a verdade e vestindo a couraça da justiça.” As pessoas são agentes morais livres antes de aceitarem a graça de Deus e permanecem sendo moralmente livres depois de terem sido salvas pela graça. Se podem aceitar ou rejeitar a graça de Deus antes de se tornarem cristãos, também podem aceitá-la ou rejeitá-la enquanto cristãos. É necessário crescer na graça para não esmorecer. Paulo escreveu em 2 Timóteo 2:1: “Quanto a você, meu filho, fortifique-se na graça que há em Cristo Jesus.” Pedro escreveu em 2 Pedro 3:18: “Pelo contrário, cresçam na graça e no conhecimento de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo. A ele seja a glória, tanto agora como no dia eterno.” A expressão “esta graça na qual estamos firmes” também denota total confiança e segurança para aqueles que permanecem na graça. Em Romanos 8:31, Paulo destacou que o Senhor está predisposto a favorecer os justificados. Ele não deseja destruir os seres humanos, mas libertá-los. Enquanto crerem em Jesus e expressarem essa fé por meio da obediência, permanecerão firmes dentro da esfera da graça de Deus, usufruindo do favor de Deus, o que trará paz aos seus corações.

A expressão “nos gloriamos na esperança da glória de Deus” é consequência da graça de Deus e da paz que ela traz. Paulo afirmou que a esperança está na glória de Deus e isso é motivo de alegria, ou de “se gloriar”. Isso pode se referir às seguintes coisas: (1) a esperança de um dia ver a glória de Deus (Marcos 13:26; Tito 2:13); (2) a esperança de partilhar da glória divina no céu (Romanos 8:17-18; 9:23); (3) a esperança de refletir a glória de Deus aqui mesmo, na Terra, uma vez que a humanidade foi criada para ser imagem e glória de Deus (1 Coríntios 11:7; Gênesis 1:26-27; 9:6; Tiago 3:9), mas se tornou em “uma imagem distorcida”, mudando a glória do Deus incorruptível em semelhança de coisas corruptíveis (Romanos 1:23). Por meio de Cristo, as pessoas podem se tornar tudo o que Deus tem em mente que sejam. É possível que “a glória de Deus” inclua tudo que é do alto.

Observa-se que a salvação possui três vertentes em relação ao tempo: salvação passada, presente e futura. A salvação passada é a reconciliação com Deus por meio da justificação mediante a fé, uma vez que a separação por causa do pecado foi retirada por meio do Senhor Jesus. Ela envolve a salvação dos pecados cometidos antes de a pessoa se tornar cristã (Marcos 16:16; Romanos 10:9). A salvação presente inclui permanecer firme na graça de Deus, desfrutando da verdadeira paz. Em um sentido, a pessoa é salva dia a dia (1 Coríntios 1:18; 2 Coríntios 2:15). Há muito destaque ao fato de que essa e outras bênçãos vêm por meio de Cristo (Romanos 5:11,21; 6:23; 7:25; 8:39), o qual concede acesso à graça de Deus. Se os justificados permanecerem nela, há firmeza e segurança. A salvação futura está relacionada à “esperança da glória de Deus” e ao estado em que a pessoa estará salva eternamente (1 Coríntios 5:5; Romanos 13:11). Tudo o que Deus fez é garantia de sua futura obra. Os seres humanos decaíram da glória de Deus (Romanos 3:23), mas o Senhor restaura os justificados. Em resumo, a salvação passada envolve o livramento do castigo pelo pecado, a salvação presente envolve livramento da prática do pecado, e a salvação futura envolve livramento da presença do pecado. Em relação ao passado, cristãos foram reconciliados com Deus (Romanos 5:1). Em relação ao presente, cristãos estão firmes na graça de Deus. Em relação ao futuro, cristãos possuem a “esperança da glória de Deus”.

Romanos 5:3-5: “{5:3} E não somente isto, mas também nos gloriamos nas tribulações, sabendo que a tribulação produz perseverança, {5:4} a perseverança produz experiência e a experiência produz esperança. {5:5} Ora, a esperança não nos deixa decepcionados, porque o amor de Deus é derramado em nosso coração pelo Espírito Santo, que nos foi dado.”

5:3 – Os cristãos não apenas se gloriam, ou se alegram, na “esperança da glória de Deus” (Romanos 5:2). Eles também se gloriam, ou se alegram, com a “tribulação”. Embora pareça estranho encontrar motivo de alegria por causa de tribulações, elas contribuem para a “esperança” (o que inclui a “esperança da glória de Deus” e a convicção de que as promessas de Deus são seguras). A “tribulação” tem o potencial de produzir “perseverança”, a qual, por sua vez, produz “experiência”, ou caráter aprovado, levando à “esperança” (Romanos 5:4).

Muitos pensam em tribulação meramente como algo que deve ser suportado. Paulo, entretanto, afirmou que cristãos se alegram quando surgem problemas. Isso não significa que cristãos devem se alegrar simplesmente porque há tribulações em suas vidas. O apóstolo não estava defendendo o prazer na dor, mas ensinou que, quando a tribulação ocorre, ainda há motivo para alegria, uma vez que Deus pode usar os problemas para gerar uma

melhora no caráter dos cristãos. Se, pelo sofrimento da morte, Jesus chegou à glória, os cristãos podem encarar sofrimento em suas vidas com a mesma confiança (Hebreus 12:1-3).

A “*perseverança*” se refere à capacidade de permanecer constante e firme nos ensinamentos do Senhor, aconteça o que acontecer, e vem por meio da “*tribulação*”. Não se obtém um resultado positivo das tribulações automaticamente. Em muitas pessoas, sofrer não produz perseverança, mas amargura e desespero. A “*tribulação*” produzirá “*perseverança*” somente se preenchida com fé, ou seja, confiando que Deus impedirá que cristãos sejam tentados além do que podem suportar (1 Coríntios 10:13), confiando que Deus fará todas as coisas cooperarem para o bem (Romanos 8:28) e confiando que, com a ajuda de Deus, as tribulações podem tornar cristãos em pessoas melhores, isto é, com um caráter aprovado.

5:4 – A “*perseverança*” que é produzida por meio da “*tribulação*” encarada com a fé (Romanos 5:3) conduz à “*experiência*”, ou caráter aprovado. O termo “*experiência*” está relacionado à qualidade de ter passado em uma prova. Não se sabe muito sobre uma coisa até que ela seja provada. Até alguém ser provado, não tem certeza de que seu caráter é realmente de natureza a suportar as provações e, portanto, não pode ter uma firme esperança. Aquele que supera suas dificuldades com a ajuda de Deus está “*provado*” e “*aprovado*”. A diferença é a mesma entre um recruta inexperiente e um veterano de guerra, ou uma “*criança*” em Cristo e um filho de Deus “*adulto*” (Hebreus 5:13-14). Assim, a “*experiência*”, ou caráter aprovado, resulta em “*esperança*”, a convicção de que as promessas de Deus são seguras, o que inclui a “*esperança da glória de Deus*” (Romanos 5:2). O cristão com “*caráter aprovado*” é digno de confiança e seguro.

5:5 – O apóstolo afirmou que a esperança dos cristãos jamais os deixará desconcertados ou desapontados. É desconcertante quando algo é esperado e ansiado, mas não obtido. A esperança em Romanos 5 não é assim. O que Deus prometeu acontecerá. A esperança no Senhor não decepciona, uma vez que o Senhor não decepcionará. Os cristãos possuem convicção da esperança porque ela se baseia em Deus: uma base firme que não abandonará no momento de crise.

Até agora, a Epístola aos Romanos abordou tudo que Deus generosamente fez pelos seres humanos. Aqui, ela revelou por que Deus fez tudo isso: porque ele ama os seres humanos. O termo grego para “*amor*” é *ágape*: o amor incondicional, o amor que procura o melhor para o objeto amado. Esse amor foi “*derramado*” no coração dos cristãos pelo Espírito Santo. A expressão “*derramado em nosso coração*” enfatiza que Deus não é mesquinho com o seu amor. Paulo usou a metáfora vívida de uma “*carga d’água sobre um campo ressecado*”. Assim, a esperança não desapontará porque o Espírito Santo veio e ensinou o significado do “*amor de Deus*”, o qual não seria entendido somente por olhar para a cruz. O Espírito Santo revelou o significado desse amor e “*foi dado*” ao cristão quando ele foi justificado, isto é, quando se converteu a Cristo, no ato de seu batismo (Atos 2:38).

Não se sabe muito sobre a maneira como o Espírito Santo derrama o amor de Deus no coração do cristão. No que diz respeito à atividade do Espírito, um dos principais meios pelo qual ele opera é a Palavra de Deus que ele inspirou (Efésios 6:17; 2 Pedro 1:21). Tendo em vista que Paulo vinculou a obra do Espírito à providência divina em Romanos 8:26-28, também pode ser entendido que o Espírito opera “*providencialmente*”. Ele ordena os acontecimentos de modo a abençoar a vida do cristão. O dom do Espírito Santo (Atos 2:38; 5:32) é uma prova do seu amor abundante, “*o penhor da nossa herança*” (Efésios 1:14), isto é, o “*pagamento inicial*” da herança do justificado e uma “*garantia*” dessa herança. Outra possibilidade é que o exemplo supremo do amor de Deus é o sacrifício do seu Filho (Romanos 5:6-8). Isso é conhecido pelas Escrituras inspiradas pelo Espírito. Paulo, portanto, poderia estar afirmando que o amor de Deus foi derramado no coração quando seu amor é conhecido por meio da Palavra de Deus inspirada pelo Espírito que foi outorgado ao cristão.

Alguns insistem que a expressão “*no coração*” implica em uma atividade mais pessoal e direta da parte do Espírito, descrevendo-o como transbordando nos corações com “*sentimentos fervorosos*”. No entanto, há vários momentos em que esses “*sentimentos fervorosos*” não estão presentes, e isso não significa que Deus deixou de amar. Significa simplesmente que os sentimentos flutuam e não são um medidor fidedigno do estado espiritual de alguém.

Romanos 5:6-8: “*{5:6} Porque Cristo, quando nós ainda éramos fracos, morreu a seu tempo pelos ímpios. {5:7} Dificilmente alguém morreria por um justo, embora por uma pessoa boa alguém talvez tenha coragem para*

morreu. {5:8} Mas Deus prova o seu próprio amor para conosco pelo fato de Cristo ter morrido por nós quando ainda éramos pecadores."

5:6 – A maior garantia de que Deus cumprirá as suas promessas é que ele ama o ser humano. Romanos 5:6-8 apresenta uma das descrições mais profundas do amor divino encontrada na Bíblia. A passagem começa descrevendo o estado espiritual da humanidade sem Cristo: os seres humanos são "*fracos*" e "*ímpios*". No entanto, Cristo foi entregue para morrer "*a seu tempo*" por eles.

O termo grego traduzido como "*fracos*" se refere ao que é ou está "*enfermo*", "*doente*", "*debilitado*". O ser humano está enfraquecido, dominado, deformado pela doença do pecado que está consumindo sua vida. Essa moléstia é terminal sem o poder curativo de Deus. Assim, a humanidade está fraca porque é incapaz de se libertar do pecado. O termo grego "*ímpios*" se refere a quem não se apresenta com temor a Deus, que não o reverencia, aquele que se recusa a adorá-lo. Isso significa desrespeito e a rebeldia em relação à própria pessoa de Deus. Tendo em vista o paralelo entre as expressões "*morreu a seu tempo pelos ímpios*" e "*morreu por nós*" (Romanos 5:8), "*ímpios*" equivale a "*nós*", o que significa que nenhuma pessoa pode afirmar que essas coisas não se aplicam para si mesma.

Quando as pessoas estavam nesse estado de fraqueza e impiedade, Cristo "*morreu a seu tempo*". Essa expressão indica um momento decisivo na linha do tempo. Ela pode se referir ao devido tempo nos planos e propósitos de Deus (Gálatas 4:4), pode significar o tempo em que as pessoas estavam bastante fracas e ímpias, ou mesmo as duas ideias: Cristo morreu em um tempo em que as pessoas estavam nesse estado, o qual também era um tempo condizente com o propósito de Deus.

5:7 – A esplêndida natureza do amor de Deus é enfatizada em Romanos 5:7-8. A ideia principal de Paulo é que, via de regra, as pessoas somente se dispõem a morrer por algo querido e amado, e isso é muito raro. Em Romanos 5:8, o apóstolo continua esse raciocínio afirmando que Cristo fez isso por alguém que ninguém estaria disposto a se sacrificar, isto é, Cristo se sacrificou por "*criminosos*". Pecadores são criminosos do ponto de vista das leis divinas.

Muitos se perguntam se há alguma diferença entre o "*justo*" e a "*pessoa boa*". Alguns acreditam que não há diferença. Outros propõem a possibilidade de que o "*justo*" seja aquele que tenta viver uma vida correta, mas que não é particularmente amoroso, enquanto a "*pessoa boa*" seria "*amorosa*". Nessa possibilidade, se fosse ordenado às pessoas que morressem por alguém, a maioria delas estaria mais disposta a se sacrificar pela pessoa mais amorosa. Além disso, é muito raro alguém querer se sacrificar, mesmo pela pessoa mais amorosa. De qualquer forma, o argumento de Paulo é que as pessoas raramente morrem por algo, e se fizerem isso, seria por algo muito querido e amado, como uma "*pessoa boa*". Mas Cristo foi muito além disso, o que evidencia o imenso amor de Deus pela humanidade.

5:8 – Seguindo o raciocínio de Romanos 5:7, uma vez que é tão difícil alguém querer dar a vida até mesmo por algo querido e amado, como uma "*pessoa boa*", ninguém jamais iria querer morrer por "*criminosos*". Mas foi isso que Jesus fez. Ele não morreu por seres humanos que estavam sendo dedicados a Deus. Pelo contrário, eram "*ímpios*" (Romanos 5:6). Cristo não morreu pelas pessoas quando eram o que deveriam ser. Ele morreu por "*pecadores*". Ele não morreu pelos seres humanos quando eram amigos dele. Antes, eram todos seus "*inimigos*" (Romanos 5:10). Isso é maravilhoso. Na morte de Jesus, o amor de Deus foi revelado. É um amor sobrenatural. Mesmo quando as pessoas eram pecadoras lutando contra a santidade e a bondade de Deus, Cristo morreu por elas.

A expressão "*Deus prova o seu próprio amor*" demonstra um amor peculiar que Deus possui, em contraste com o amor humano, o qual tem a tendência de ser reservado apenas para aqueles que apresentam reciprocidade. Deus demonstrou um amor especial na morte de Jesus. É "*o seu próprio amor*" no sentido de que ele entregou seu próprio Filho, mas é mais do que isso. Sendo o Pai e o Filho um (João 10:30), quando um deles faz algo, com efeito, o outro também o faz. Por isso, ao entregar seu Filho, Deus Pai também estava entregando de si mesmo. O verbo "*prova*" no tempo presente enfatiza que Deus continua dia a dia a mostrar o seu amor. É espantoso que Deus tenha amado os seres humanos quando eram pecadores, ímpios, inimigos dele.

Esse tamanho amor, provado na cruz de Cristo, é a maior garantia de que Deus cumprirá suas promessas. A expressão "*morrido por nós*" pode significar "*em favor*" ou "*em lugar*" dos pecadores (1 Coríntios 15:3). Cristo

levou sobre si a culpa, e consequentemente o castigo, pelos pecados das pessoas. Ele se tornou a “propiciação” (Romanos 3:25). Por conta disso, quando as pessoas verdadeiramente se convertem a Jesus expressando sua fé em obediência (Romanos 1:5; 16:26), o que inclui crer no evangelho, a constante confissão da fé que Deus quer, o arrependimento e o batismo para remissão de pecados, Deus perdoa seus pecados (Romanos 4:7) e as considera como se fossem justas (Romanos 4:22-24).

Romanos 5:9-11: *“{5:9} Logo, muito mais agora, sendo justificados pelo seu sangue, seremos por ele salvos da ira. {5:10} Porque, se nós, quando inimigos, fomos reconciliados com Deus mediante a morte do seu Filho, muito mais, estando já reconciliados, seremos salvos pela sua vida! {5:11} E não apenas isto, mas também nos gloriamos em Deus por meio do nosso Senhor Jesus Cristo, mediante o qual recebemos, agora, a reconciliação.”*

5:9 – Deus faz “muito mais” pelos convertidos do que salvá-los da culpa pelos pecados cometidos no passado. Ele continua a ajudá-los diariamente (Hebreus 13:5-6). Cristãos são constantemente atacados por tentações e tribulações (1 João 1:9; 1 Pedro 4:12; Mateus 13:22) e ainda continuam a pecar. Se vierem a pecar, devem se arrepender e confessar o pecado para obter perdão (1 João 1:8-2:2). O ensinamento de Paulo conforta e anima o servo de Deus. No passado, Cristo demonstrou seu poder para salvar os pecadores pela sua morte. No presente, ele demonstra ainda mais poder para salvar os justificados pela sua vida. Paulo não enxerga a obra redentora de Cristo apenas como seu sacrifício na cruz. Jesus vive e age a favor dos cristãos. Ele é o advogado deles (1 João 2:1) e intercede por eles (Romanos 8:34). Jesus morreu para salvar os justificados e vive para mantê-los salvos.

Considerando que o termo “seremos” está no futuro, a “ira” aqui se refere à ira de Deus contra a injustiça no juízo final. Paulo expressou dois aspectos da graça de Deus: (1) por causa da sua graça, Deus concede a justificação que cristãos não merecem; (2) por sua graça, Deus livrará os cristãos da ira que merecem. Esses dois aspectos da graça de Deus são concretizados por causa do sangue derramado por Cristo, o qual aplacou a ira de Deus (Romanos 3:25).

Assim, as pessoas são salvas dos pecados do passado, salvas diariamente e, no fim, serão salvas na eternidade, também por causa do sangue derramado por Cristo.

5:10 – Os justificados antes eram inimigos de Deus por causa de seus pecados, mas foram “reconciliados com Deus”. Quando as pessoas se tornam cristãs, são justificadas (Romanos 5:1). Paulo afirmou aqui que os justificados foram “reconciliados”. Os termos “reconciliados” e “justificados” são inseparáveis e se referem ao processo de se tornar filhos de Deus. Uma boa definição de “reconciliar” é “ser amigo novamente”. O termo “reconciliação” remete ao fato de que, antes, as pessoas eram amigas de Deus, mas depois pecaram e se afastaram do Senhor, permanecendo separadas dele. Isaías 59:1-2 afirma: *“Eis que a mão do SENHOR não está encolhida, para que não possa salvar; e o seu ouvido não está surdo, para não poder ouvir. Mas as iniquidades de vocês fazem separação entre vocês e o seu Deus; e os pecados que vocês cometem o levam a esconder o seu rosto de vocês, para não ouvir os seus pedidos.”* Uma vez que Jesus morreu pelos pecadores, a amizade com Deus pode ser restaurada.

Uma vez que estão reconciliados com Deus, Paulo afirmou que cristãos serão salvos pela vida de Jesus. É possível que ele tenha se referido à ressurreição de Cristo. Tendo em vista que Jesus está vivo, Deus aceitou seu sacrifício e, por isso, cristãos podem ser salvos. Romanos 4:25 afirmou que Cristo ressuscitou por causa da justificação dos cristãos, o que significa que serão libertados do domínio do pecado por intermédio de sua ressurreição, ou seja, sua vida. Outra possibilidade é que Paulo tenha se referido à salvação por meio da participação da vida de Cristo. Em Romanos 6:8, o apóstolo afirmou que os cristãos já morreram com Cristo e creem que com ele viverão (João 14:19). Em Gálatas 2:20, Paulo afirmou que não era ele que vivia, mas Cristo vivia nele. Também pode haver conexão com a afirmação posterior de Paulo em Romanos 8:34: *“É Cristo Jesus quem morreu, ou melhor, quem ressuscitou, o qual está à direita de Deus e também intercede por nós.”* Hebreus 7:25 pode ser um comentário sobre a salvação pela vida de Jesus: *“Por isso, também pode salvar totalmente os que por ele se aproximam de Deus, vivendo sempre para interceder por eles.”*

De qualquer forma, a obra redentora do Senhor não terminou na cruz, mas continua. O sangue de Jesus purifica continuamente os cristãos dos seus pecados enquanto andarem na luz de seus mandamentos (1 João 1:7; Salmo 119:105). O argumento de Paulo é o seguinte: se Deus fez tanto pelos justificados quando eram seus inimigos, ele fará muito mais quando se tornam seus amigos. Em Romanos 8:34, o apóstolo usou um argumento semelhante: *“Aquele que não poupou o seu próprio Filho, mas por todos nós o entregou, será que não nos dará graciosamente*

com ele todas as coisas?” Em outras palavras, se os justificados foram reconciliados quando eram inimigos, certamente serão salvos quando amigos. O vazio separando o estado anterior dos cristãos (inimigos de Deus debaixo da ira dele) de seu estado presente (amigos debaixo da graça dele) é como se fosse um vasto desfiladeiro. O vazio separando o estado presente dos cristãos (amigos debaixo da graça de Deus) do futuro (salvação eterna na presença da sua glória) é como se fosse um pequeno buraco. A obra realizada por Cristo é a garantia de que ele manterá suas promessas a respeito do futuro.

5:11 – Paulo não se alegrou apenas na grande salvação e bênçãos provenientes de Deus. O apóstolo afirmou que há extrema alegria que não estava nele mesmo, nem em algo que ele tenha realizado, mas no Senhor. Em Romanos 5:2-3, Paulo se gloriou, ou alegrou, no que Deus faz pelos cristãos, mas sua alegria não se limitava a bênçãos. Ele também se gloriava, ou se alegrava, no próprio Deus, isto é, em quem Deus é. Todas as bênçãos mencionadas são *“por meio do nosso Senhor Jesus Cristo, mediante o qual recebemos, agora, a reconciliação”*. Somente por meio de Jesus Cristo há reconciliação com Deus.

A JUSTIFICAÇÃO – MORTE POR MEIO DE ADÃO, VIDA POR MEIO DE CRISTO

Romanos 5:12-14: *“{5:12} Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado veio a morte, assim também a morte passou a toda a humanidade, porque todos pecaram. {5:13} Porque antes de a lei ser dada havia pecado no mundo, mas o pecado não é levado em conta quando não há lei. {5:14} No entanto, a morte reinou desde Adão até Moisés, mesmo sobre aqueles que não pecaram à semelhança da transgressão de Adão, o qual prefigurava aquele que havia de vir.”*

5:12 – Romanos 5:1-11 ressaltou a mediação de Jesus 8 vezes (Romanos 5:1-2,9-11). Jesus fez algo tão revolucionário na história humana, com um tão profundo impacto nos seres humanos, que somente pode ser comparado com o que Adão fez no começo da humanidade. Os judeus aceitavam o fato de que um único ato cometido por um único homem, Adão, trouxe a tragédia. Paulo destacou que, da mesma forma, um único ato cometido por um único homem, Cristo, trouxe triunfo.

Por um único homem, Adão, entrou o pecado no mundo (Gênesis 3). A morte é a penalidade pelo pecado (Romanos 6:23; Ezequiel 18:20; Gênesis 2:17). Quando Adão pecou, tanto a morte física (a separação do corpo e do espírito, conforme Tiago 2:26) como a morte espiritual (a separação do espírito humano de Deus, conforme Isaías 59:1-2; Efésios 2:1; 1 Timóteo 5:6) entraram no mundo. O pecado já existia antes de Adão pecar (Pedro escreveu a respeito de anjos que pecaram em 2 Pedro 2:4), mas a ofensa de Adão introduziu o pecado no mundo do ser humano. A morte física espalhou-se entre todas as pessoas, e o mesmo ocorreu com a morte espiritual, uma vez que todas seguiram o exemplo de Adão e também pecaram. Todos morrem, uma vez que todos pecam (Eclesiastes 7:20; Romanos 3:10), à semelhança de Adão. A expressão *“porque todos pecaram”* resume o registro da humanidade (Romanos 3:23).

Assim, a morte passou a todos os homens, começando um reinado universal. É como se o pecado fosse uma epidemia de sarampo em uma cidade: assim como por uma única pessoa o sarampo entra na cidade e, pelo sarampo, as manchas vermelhas, assim também as manchas vermelhas passaram a todas as pessoas da cidade, uma vez que todas foram infectadas com o sarampo.

5:13 – Embora na linguagem original não haja artigo definido antes do termo *“lei”*, Paulo evidentemente tinha em vista a Lei de Moisés (Romanos 5:14). As pessoas sempre tiveram algum tipo de lei, mas possuíram uma lei divina escrita apenas a partir de Moisés. Uma vez que o pecado é a transgressão da lei divina (1 João 3:4), e o pecado estava presente no mundo antes de a Lei de Moisés ter sido concedida, as pessoas necessariamente transgrediram leis divinas não escritas.

Embora uma leitura superficial possa dar a impressão que as pessoas foram consideradas pecadoras apenas quando veio a Lei de Moisés, Paulo havia estabelecido cuidadosamente que as pessoas pecaram mesmo quando não possuíam uma lei escrita e foram responsáveis por seus pecados (Romanos 3:9). Além disso, o pecado existia antes da Lei de Moisés, uma vez que a morte estava reinando durante esse período (Romanos 5:12,14). Portanto, necessariamente, deve ter havido algum tipo de lei divina antes da Lei de Moisés. Assim, o texto pode ser melhor entendido ampliando o pensamento do apóstolo: *“O pecado não é imputado onde não há lei, mas todos tiveram algum tipo de lei não escrita, então todos pecaram.”*

5:14 –Mesmo não possuindo uma lei escrita nos séculos entre a criação do ser humano e a Lei de Moisés, a humanidade morria, como o apóstolo atestou com a expressão *“a morte reinou desde Adão até Moisés”*. Essa afirmação é verdadeira tanto para a morte física quanto para a morte espiritual. Apesar de Enoque não morrido fisicamente (Gênesis 5:24), isso foi por intervenção divina, ou seja, por si mesmo, Enoque teria morrido fisicamente. Quanto à morte espiritual, não há exceções. Todas as pessoas responsáveis por seus pecados morreram espiritualmente por causa de seu pecado individual, a não ser que tenham sido justificadas por Deus. Assim, o reino da morte era universal, afetando toda a humanidade.

Esse reinado da morte se estendeu *“mesmo sobre aqueles que não pecaram à semelhança da transgressão de Adão”*. As demais pessoas pecaram, mas seus pecados não eram o mesmo pecado cometido por Adão. Elas seguiram pelo mesmo caminho de transgressão de Adão, embora os pecados tenham sido outros. Adão violou uma ordem específica (Gênesis 2:16-17), mas as demais pessoas desobedeceram outras leis divinas e também morreram fisicamente e espiritualmente.

Aludindo à comparação de Romanos 5:12, Paulo afirmou que Adão *“prefigurava aquele que havia de vir”*, isto é, Adão foi um tipo de Cristo. Em certos aspectos, Adão e Cristo são parecidos. Ambos podem ser chamados de *“cabeças”*: Adão foi o cabeça físico da família humana e Cristo é o cabeça espiritual da família de Deus (a igreja, conforme 1 Timóteo 3:15). Ambos cometeram um ato que impactou toda a humanidade: o pecado de Adão no Jardim do Éden e a morte de Cristo na cruz. Pelo ato único de violar uma lei especial, Adão trouxe consequências sobre todos. Jesus, por um ato único de obedecer ao Pai, trouxe bênçãos para todos.

Romanos 5:15-17: *“{5:15} Mas o dom gratuito não é como a ofensa. Porque, se muitos morreram pela ofensa de um só, muito mais a graça de Deus e o dom pela graça de um só homem, Jesus Cristo, foram abundantes sobre muitos! {5:16} O dom, entretanto, não é como no caso em que somente um pecou. Porque o julgamento derivou de uma só ofensa, para a condenação; mas a graça deriva de muitas ofensas, para a justificação. {5:17} Se a morte reinou pela ofensa de um e por meio de um só, muito mais os que recebem a abundância da graça e o dom da justiça reinarão em vida por meio de um só, a saber, Jesus Cristo.”*

5:15 – A semelhança entre Adão e Cristo é que os dois foram pessoas que marcaram época, cujos atos afetaram profundamente o destino daqueles que vieram depois. Porém, para que os leitores de Paulo não pensassem que Adão e Cristo eram parecidos em todos os aspectos quando o apóstolo afirmou que Adão *“prefigurava aquele que havia de vir”* (Romanos 5:14), isto é, Cristo, Paulo afirmou que *“o dom gratuito não é como a ofensa”*. A expressão *“dom gratuito”* é, de certa forma, uma redundância para dar ênfase, tendo em vista que um dom (presente) é, por definição, algo que o receptor não comprou. A ênfase de Paulo consistiu no fato de que o dom de Deus (centralizado na cruz) não era semelhante à transgressão, ou *“ofensa”*, de Adão. A expressão *“Mas o dom gratuito não é como a ofensa”* pode ser parafraseada da seguinte forma: *“Mas existe uma diferença entre o pecado de Adão e o presente que Deus concede.”* A diferença entre o dom de Deus e o pecado de Adão é tão extrema que o apóstolo sentiu a necessidade de elaborar antes de retornar à comparação e completá-la adiante em Romanos 5:18. Essa diferença se concentra nos atos específicos de cada um: o pecado de Adão e o sacrifício de Cristo. O primeiro foi um ato de autoindulgência, enquanto o segundo foi um ato de abnegação.

Assim como a *“ofensa”* de Adão trouxe a morte a muitos, o sacrifício de Jesus trouxe a vida a muitos. Por um lado, as consequências do pecado de Adão foram a morte física dos seres humanos e a entrada do pecado no mundo, com todos as suas consequências trágicas. Por outro lado, o *“dom”* de Deus na pessoa de Jesus inverteu o efeito do pecado de Adão. Haverá ressurreição dos mortos (João 5:28-29). Entretanto, há *“muito mais”* do que isso. Além de ressuscitarem dos mortos, as pessoas também receberão corpos espirituais (1 Coríntios 15:44) e os justificados herdarão a vida eterna (Mateus 19:29), habitando em um paraíso infinitamente melhor do que o paraíso perdido por Adão (Apocalipse 21-22). Tudo isso foi um presente generoso. O Senhor não tinha a obrigação de desfazer o que Adão havia feito. Por isso, Paulo afirmou que *“a graça de Deus e o dom pela graça de um só homem, Jesus Cristo, foram abundantes sobre muitos”*. Ele usou uma variedade de palavras para seus leitores entenderem a ideia principal: o que Deus faz pelos seres humanos é um presente (*“dom”*), uma expressão de sua graça.

5:16 – Paulo desenvolveu mais o contraste entre o ato único de Adão e o ato único de Cristo com a expressão *“O dom, entretanto, não é como no caso em que somente um pecou”*. O dom de Deus vai além de contrabalançar o pecado de Adão. A expressão *“o julgamento derivou de uma só ofensa, para a condenação”* significa que um único pecado, o pecado de Adão, trouxe a consequência da morte física para todos os seres humanos.

Apesar disso, Paulo afirmou que *“a graça deriva de muitas ofensas, para a justificação”*. Se forem consideradas as implicações da expressão *“muitas ofensas”*, observa-se que uma única ofensa, o pecado de Adão, foi tão terrível que afetou toda a humanidade. Logo, a gravidade de *“muitas ofensas”* torna-se astronômica, indo além da compreensão humana. Mas o dom de Deus foi suficiente para desfazer o efeito não apenas do pecado de Adão, mas também das *“muitas ofensas”* de toda a humanidade, uma vez que resultou em *“justificação”*.

Assim, o *“dom”* não é como a *“ofensa”*, é superior. Uma ofensa causou o sofrimento de muitos, mas a graça responde a muitas ofensas e traz a *“justificação”*. Por intermédio de Jesus, o veredito pronunciado para Adão e toda a sua descendência foi invertido. Isso se aplica à morte física. Apesar de os seres humanos ainda morrerem (Hebreus 9:27), por causa de Jesus, a morte não é um estado permanente (João 5:28-29). Isso também se aplica à morte espiritual, tendo em vista a ênfase de Paulo em Romanos 5:15 sobre o *“muito mais”* provido pela graça de Deus. Em Romanos, o termo *“justificação”* (*dikaïoma*) geralmente se refere a ser considerado justo ou reto aos olhos de Deus. Aqui, *dikaïoma* certamente inclui os benefícios espirituais do *“dom”*, ou presente gratuito, de Deus.

Tendo em vista a gravidade astronômica de tantos pecados quando se considera que apenas um possui tamanho potencial destrutivo, aprecia-se ainda mais o poder justificador do sacrifício de Cristo. Ele anula o poder acumulado de incalculáveis pecados cometidos por inumeráveis pecadores, em todos os momentos da vida humana. No entanto, essa maravilha gera efeito apenas para pecadores que são justificados por Deus mediante a fé obediente e operante.

5:17 – Paulo tornou a enfatizar o efeito espiritual do *“dom gratuito”* (Romanos 5:15) de Deus. A morte instituiu seu reino por meio do ato de um único pecador (Adão). Pelo ato de Jesus, os justificados reinam sobre a morte. Assim, a ênfase é que um único homem (Adão) trouxe tristeza e também um único homem (Cristo) trouxe felicidade. No mínimo, três pontos de contraste são expressos ou estão implícitos aqui.

O primeiro contraste é que o resultado do dom é *“muito mais”* do que o resultado da ofensa de Adão. Essa ênfase é reforçada pelo termo *“abundância”* (fatura). O referido *“muito mais”* se encontra na expressão *“o dom da justiça”*, sendo que o termo *“justiça”* vem da mesma raiz semântica que *“justificação”* (Romanos 5:16) e se refere a ser considerado justo ou reto aos olhos de Deus.

O segundo contraste está implícito: os seres humanos não possuem escolha quanto ao resultado da transgressão de Adão, ou seja, sofrerão a morte física, a não ser por intervenção divina (como no caso de Enoque ou aqueles que estiverem vivos quando Cristo voltar, conforme 1 Tessalonicenses 4:15-17). Porém, os seres humanos possuem uma escolha quanto ao resultado mais importante do dom de Deus: ser considerados justos. Por isso, Paulo mencionou sobre aqueles *“que recebem a abundância da graça e o dom da justiça”*. Todo dom, ou presente, pode ser rejeitado ou aceito. Apenas aqueles que aceitam (*“recebem”*) o presente de Deus por meio da obediência pela fé (Romanos 1:5; 16:26) recebem os plenos benefícios desse presente.

O terceiro ponto de contraste é que Paulo afirmou que a morte estava reinando e seria esperado que ele afirmasse que, por causa de Cristo, a vida passou a reinar. Em vez disso, o apóstolo afirmou que apenas aqueles que recebem o presente de Deus *“reinarão em vida”*. Cristãos *“reinam”* no presente como parte do reino de Cristo, a igreja (Apocalipse 1:6; 5:10), e reinarão com Cristo por toda a eternidade (2 Timóteo 2:12). Em relação a reinar *“em vida”*, a expressão remete à afirmação de Jesus em João 10:10: *“eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância.”* Cristãos possuem uma nova vida em Cristo agora (Romanos 6:4) e um dia desfrutarão da vida eterna (Romanos 6:23; Tito 1:2) nos novos céus e nova terra.

Assim, as diferenças principais entre a ação de Adão e a ação de Cristo são: (1) diferença de efeito, isto é, morte (condenação) ou vida (justificação); (2) diferença em extensão, isto é, o julgamento resultou de uma transgressão de Adão, mas o dom divino por meio de Cristo perdoa muitas ofensas; e (3) diferença em certeza, como atestada pela expressão *“muito mais”* mencionada por Paulo.

Romanos 5:18-19: *“{5:18} Portanto, assim como, por uma só ofensa, veio o juízo sobre todos os seres humanos para condenação, assim também, por um só ato de justiça, veio a graça sobre todos para a justificação que dá vida. {5:19} Porque, como, pela desobediência de um só homem, muitos se tornaram pecadores, assim também, por meio da obediência de um só, muitos se tornarão justos.”*

5:18 – Paulo retomou a comparação iniciada em Romanos 5:15. A principal ênfase do apóstolo tem sido que o pecado de Adão teve a consequência de condenar todas as pessoas a viverem em um mundo cheio de tribulações e tentações e, por fim, experimentarem a morte física. Os descendentes de Adão perderam o acesso à árvore da vida e morreram incondicionalmente, em um sentido físico. No sentido espiritual, a consequência do pecado de Adão foi expor as pessoas ao pecado, sendo que todos aqueles que pecarem e não forem justificados serão condenados ao banimento da presença de Deus (morte espiritual). Os descendentes de Adão seguiram o seu exemplo e se perderam por terem partilhado do pecado, assim como Adão.

Essa sentença de morte foi revertida por um único ato de Jesus. Com a ajuda do Senhor, os justificados podem ter vitória sobre o pecado e a morte (Romanos 8:11,13,35-39). Por um único ato de justiça da parte de Cristo, veio a graça de Deus sobre todas as pessoas que se convertem ao Senhor para a justificação que resulta em vida eterna (estar na presença de Deus pela eternidade). Cristo ressuscita todos os homens incondicionalmente, em um sentido físico (João 5:28-29; 1 Coríntios 15:20-23). O que foi perdido em Adão foi recuperado em Cristo. Os seguidores de Jesus o imitam e são salvos pela justificação por causa de seu sangue.

Assim, um dos aspectos em que o ato de Adão e o ato de Cristo foram semelhantes é que ambos tiveram repercussão universal. O que foi perdido pela participação do ser humano no caminho de Adão foi recuperado pela participação no caminho de Cristo. Pelo pecado, as pessoas morrem em Adão. Pela fé obediente e operante, as pessoas vivem em Cristo.

5:19 – Outro aspecto em que os atos de Adão e de Cristo foram semelhantes é que ambos envolveram a opção de obedecer ou desobedecer. Pela desobediência de Adão, o pecado entrou no mundo. O pecado de Adão afetou cada ser humano, deixando todas as pessoas expostas ao pecado. Elas seguiram o caminho de Adão e também escolheram desobedecer às leis divinas, e o fazem continuamente. Por isso, Paulo afirmou: *“pela desobediência de um só homem, muitos se tornaram pecadores”*.

Porém, pela obediência de Cristo, foi aberta a possibilidade para a justificação dos pecadores por meio do evangelho (Romanos 1:16), o qual pode ser aceito ou rejeitado. No Jardim do Éden, Adão poderia obedecer ou desobedecer a Deus, sendo que optou por desobedecer. No Getsêmani, Jesus teve uma escolha semelhante. Porém, diferentemente de Adão, o qual optou em fazer sua própria vontade, Jesus orou para que fosse feita a vontade do Pai (Mateus 26:42), e assim prosseguiu. A disposição de Cristo para obedecer a seu Pai é enfatizada em passagens bíblicas como Hebreus 5:8-9 e Filipenses 2:8. Dessa forma, por meio da obediência de Jesus, muitos se tornarão justos quando também obedecerem.

Assim, Cristo neutralizou completamente o efeito do pecado de Adão. Pelo pecado de Adão, a morte física passou a todos os homens. Pela ressurreição de Jesus, todos os homens serão ressuscitados fisicamente (1 Coríntios 15:20-22). Todos aqueles que participam do pecado participam também da morte espiritual. E todos aqueles que participam da obediência de Cristo se tornam discípulos e participam também da vida espiritual.

Romanos 5:20-21: *“{5:20} A lei veio para que aumentasse a ofensa. Mas onde aumentou o pecado, aumentou muito mais ainda a graça, {5:21} a fim de que, como o pecado reinou pela morte, assim também a graça reinasse pela justiça que conduz à vida eterna, por meio de Jesus Cristo, nosso Senhor.”*

5:20 – Paulo interrompeu seu raciocínio para responder a um possível questionamento sobre se a Lei de Moisés corrigiu ou, pelo menos, melhorou as condições adversas causadas pelo pecado de Adão. Seria intuitivo imaginar que o propósito da Lei de Moisés fosse aumentar a justiça. Na Epístola aos Gálatas, o apóstolo escreveu que a Lei de Moisés foi adicionada à aliança feita com Abraão por causa das transgressões (Gálatas 3:19), isto é, foi instituída para ajudar as pessoas a reconhecerem o pecado e, portanto, encorajá-las a não pecar. Porém, um dos seus resultados práticos foi resultar no aumento do pecado ao invés de sua diminuição. Por isso, Paulo afirmou que a Lei de Moisés *“veio para que aumentasse a ofensa”*. A razão disso foi abordada em Romanos 7, porém, de momento, basta compreender que a lei é santa e boa (Romanos 7:12), mas o ser humano não consegue cumprir lei alguma com perfeição. Assim, leis se tornam em instrumentos de morte para os seres humanos.

Portanto, a ideia principal do apóstolo era que a instituição da Lei de Moisés não aliviou a situação, mas a piorou. A Lei de Moisés não se preocupava em prevenir o pecado (era tarde demais para isso), nem se importava com a salvação (leis não justificam transgressores, apenas os condenam). Ela foi introduzida como uma medida

temporária para um propósito prático, mas não teve relevância permanente na história da redenção. A Lei de Moisés entrou em vigor muito tempo depois da entrada do pecado e da morte no mundo. Ela trouxe o pecado para uma maior luz e tornou mais aparente a necessidade de um salvador. A Lei de Moisés resultou na ênfase do pecado.

Tendo declarado que a Lei de Moisés resultou no aumento do pecado, Paulo afirmou que *“onde aumentou o pecado, aumentou muito mais ainda a graça”* de Deus. A graça de Deus é mais do que suficiente para solucionar qualquer problema que surja em relação ao pecado. Apesar de o pecado ser revelado como algo amplo e profundo, a graça de Deus é ainda mais ampla e profunda. Ela abundou para neutralizar o pecado.

5:21 – A referência à questão sobre o pecado e a graça trouxe Paulo novamente à sua principal linha de raciocínio, exemplificando outra comparação entre o ato de Adão e o ato de Cristo: ambos estabeleceram reinos. O pecado reinou na morte, mas a graça reina pela justiça de Cristo para a vida eterna. A graça e sua recompensa são superiores ao pecado e sua consequência.

O apóstolo afirmou que *“o pecado reinou pela morte”*. Em Romanos 5:14,17, a morte foi descrita como reinando. Aqui o apóstolo personificou o pecado como um dominador tirano que utiliza a ameaça de morte para controlar seus subordinados. A superioridade da graça sobre o pecado foi ressaltada novamente na expressão *“assim também a graça reinasse pela justiça”*, uma vez que o pecado usa o medo para reinar sobre a humanidade, enquanto a graça usa o amor. O apóstolo João afirmou que *“o perfeito amor lança fora o medo”* em 1 João 4:18. Evidentemente, pelo contexto, a graça reina apenas nos corações daqueles que aceitaram a graça de Deus mediante a fé obediente e operante.

Outro aspecto do dom da graça de Deus foi abordado pelo apóstolo: a *“vida eterna, por meio de Jesus Cristo, nosso Senhor.”* A verdadeira vida consiste em estar na presença de Deus. Vida eterna significa estar na presença dele por toda a eternidade (Apocalipse 21:22-23; 22:3-5). Isso é possível unicamente por meio do Senhor Jesus Cristo.

O ensinamento geral, portanto, é a superioridade de Cristo sobre Adão, sendo que a grandiosidade da obra de Cristo neutraliza o pecado de Adão e vai muito além, justificando pecadores por meio do evangelho e levando-os à vida eterna.

SANTIFICAÇÃO – LIBERDADE DO PECADO

Romanos 6:1-2: *“{6:1} Que diremos, então? Continuaremos no pecado, para que a graça aumente ainda mais? {6:2} De modo nenhum! Como viveremos ainda no pecado, nós, que já morremos para ele?”*

6:1 – Romanos 6 se relaciona com Romanos 5 e Romanos 7-8 ao discutir os resultados da justificação pela fé: liberdade da ira (Romanos 5), liberdade do pecado (Romanos 6), liberdade da lei (Romanos 7) e liberdade da carne (Romanos 8). Além disso, Romanos 6 introduz a resposta à objeção que afirma que a justificação pela fé encorajaria o pecado. Se a abundância do pecado possibilitou a superabundância da graça (Romanos 5:20), alguém poderia deduzir, por uma lógica destorcida, que Deus seria glorificado ainda mais pelo pecado do ser humano, ou que as pessoas poderiam continuar a pecar mais, uma vez que a graça as cobriria. Paulo inicia a resposta a essas ideias em Romanos 6, demonstrando que o propósito da graça é a libertação do pecado.

Além disso, o apóstolo apresentou Romanos 6-7 como ensinamentos sobre santificação. O termo traduzido como *“santificação”* (*hagiasmos*) é usado em dois sentidos principais no Novo Testamento. O primeiro se refere a Deus tornar os seres humanos em seus filhos, separando-os do mundo (Colossenses 1:13-14). Todo indivíduo salvo, portanto, é *“santificado”*, cada um é um *“santo”* (Romanos 1:7; 1 Coríntios 1:2). O segundo se refere não apenas a um procedimento divino executado no momento da conversão, mas também a um processo diário que ocorre durante toda a vida. O autor do Livro de Hebreus encorajou seus leitores a buscarem *“a santificação, sem a qual ninguém verá o Senhor”* (Hebreus 12:14). No momento em que se tornaram cristãos, os leitores de Paulo foram separados por Deus. A seguir, precisavam viver como indivíduos separados. A justificação tem a ver com ser considerado reto, enquanto a santificação tem a ver com viver retamente. Outra forma de expor isso é que a justificação é uma obra divina realizada para as pessoas, enquanto a santificação é uma obra divina nas pessoas.

A pergunta “*Que diremos, então?*” tem o sentido de “que diremos em relação ao que dissemos anteriormente?” Uma vez que o apóstolo afirmou que “*onde aumentou o pecado, aumentou muito mais ainda a graça*” (Romanos 5:20), ele antecipou uma objeção: “*Continuaremos no pecado, para que a graça aumente ainda mais?*” Algumas pessoas responderiam essa pergunta com uma lógica perversa: (1) uma vez que o pecado aumenta a graça, mais pecado significa mais graça; (2) uma vez que mais graça é bom, então mais pecado deve ser bom também. Evidentemente, algumas pessoas raciocinavam dessa forma nos tempos bíblicos. Judas escreveu a respeito de “*pessoas ímpias, que transformam em libertinagem a graça do nosso Deus*” (Judas 4; Gálatas 5:13).

É provável que tal raciocínio tenha sido usado na tentativa de minar a credibilidade dos apóstolos. Em Romanos 3:8, Paulo afirmou: “*E por que não dizemos, como alguns caluniosamente afirmam que o fazemos: ‘Pratiquemos o que é mau, para que nos venha o que é bom’? A condenação destes é justa.*” Alguns contestavam que o ensino de Paulo sobre graça estimulava as pessoas a pecar. Concluía com base nesse raciocínio que ele era um professor de coisas erradas.

6:2 – As implicações do raciocínio apresentado em Romanos 6:1 deixaram o apóstolo indignado, como evidenciado na expressão “*De modo nenhum!*” Em Romanos 6, Paulo apresentou vários motivos para os cristãos evitarem o pecado. O primeiro motivo, apresentado aqui, é que cristãos estão mortos para o pecado. Aqueles que morreram para o pecado não podem continuar a viver nele.

Paulo não estava ensinando que é impossível que o cristão peque, caso contrário não seria necessário que o Novo Testamento advertisse tantas vezes os cristãos a não pecar. Ele se referiu a “viver em pecado”. Um estilo de vida pecaminoso é incoerente com a nova condição de estar morto para o pecado. O pecado deve ser evitado, porém, se vier a ser cometido, o pecador deve se arrepender, renunciando o pecado e deixando de cometê-lo, e confessá-lo ao Senhor (1 João 1:8-2:2). Cristãos não devem permitir que o pecado domine seus corpos mortais a ponto de obedecer aos desejos carnis. Não devem apresentar os membros de seus corpos como instrumentos de injustiça (Romanos 6:11-13).

Romanos 6:3-4: “*{6:3} Ou será que vocês ignoram que todos nós que fomos batizados em Cristo Jesus fomos batizados na sua morte? {6:4} Fomos sepultados com ele na morte pelo batismo, para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também nós andemos em novidade de vida.*”

6:3 – Uma vez que cristãos morreram para o pecado, surgem as perguntas de como e quando isso aconteceu. Embora muitos fatores possam ser mencionados, Paulo tinha em mente algo específico e se dirigiu diretamente para o auge da pronta resposta à cruz: o batismo. Cristãos morrem para o pecado por meio do batismo que os une a Cristo em sua morte.

“Batismo” vem do termo grego *baptisma* ou *baptismos*, enquanto “batizar” vem de *baptizo*. A raiz de cada um desses termos é *bapto*, o qual significa “mergulhar”. *Baptizo* significa “mergulhar, imergir”. *Baptisma* significa “imersão” e *baptismos* se refere ao ato de imersão. O batismo praticado na igreja primitiva era por imersão. Paulo tinha em mente o batismo em água, o batismo ordenado por Jesus (Mateus 28:19-20; Marcos 16:16) e geralmente usou o verbo *baptizo* com referência ao batismo cristão em água. Além disso, o substantivo *baptisma*, o qual foi utilizado em Romanos 6:4, quase sempre tem esse sentido. No Novo Testamento, sempre que os termos “batismo” e “ser batizado” ocorrem sem a menção do elemento em que o batismo ocorre, a referência é ao batismo nas águas. Portanto, não seria correto entender o termo “batizados” apenas como “imersos”, mas entender o termo legitimamente como “imersão ou mergulho em água”. Uma vez que a fé salvadora inclui obediência (Romanos 1:5; 16:26), não é surpresa que Paulo trate do batismo em água para remissão de pecados e recebimento do dom do Espírito Santo (Atos 2:38) como uma expressão de fé. Ao ordenar que os apóstolos pregassem o evangelho pelo mundo, Jesus ligou fé, batismo e salvação: “*Quem crer e for batizado será salvo*” (Marcos 16:16).

Embora Paulo nunca tenha estado em Roma (Romanos 1:13), ele tinha a convicção de que os cristãos romanos haviam sido batizados. Isso indica que o batismo era a reação comum de quem creu em Jesus. Paulo se incluiu no número daqueles que foram batizados em água na expressão “*todos nós que fomos batizados*”. Cerca de três décadas antes, um pregador inspirado, Ananias, disse ao apóstolo: “*E agora, o que está esperando? Levante-se, receba o batismo e lave os seus pecados, invocando o nome dele*” (Atos 22:16). Naquela ocasião, Paulo “*levantou-se e foi batizado*” (Atos 9:18). Ele e os cristãos de Roma foram “*batizados em Cristo Jesus*”. Estar “*em Cristo*” significa ter um relacionamento pessoal com Jesus (João 15:5), o qual inicia com o batismo. O apóstolo afirmou em Gálatas 3:27:

“porque todos vocês que foram batizados em Cristo de Cristo se revestiram.” Esse relacionamento pessoal e salvador com Jesus é enfatizado em Romanos 6: *“batizados em Cristo Jesus”* (Romanos 6:3); *“sepultados com ele na morte pelo batismo”* (Romanos 6:4); *“unidos com ele na semelhança da sua morte”* (Romanos 6:5); *“nossa velha natureza foi crucificada com ele”* (Romanos 6:6); *“se já morremos com Cristo, cremos que também viveremos com ele”* (Romanos 6:8). Todos que foram batizados em Cristo Jesus foram batizados *“na sua morte”*. Assim começa o *“como e quando”* cristãos *“morrem para o pecado”*. Quando são batizados, participam da morte de Jesus e seus resultados.

O batismo não é uma obra de mérito pela qual a pessoa ganha a salvação. É obra de obediência pela qual ela recebe o perdão dos pecados pela graça de Deus. Isso está de acordo com a necessidade da obediência referida em toda a Epístola aos Romanos (Romanos 1:5; 2:7-8; 6:16-17; 10:16; 15:18; 16:19,26). Outros textos bíblicos mostram a importância do batismo para o perdão dos pecados (Atos 2:38; 22:16) a fim de obter a salvação (Marcos 16:16; 1 Pedro 3:21), entrar em comunhão com Cristo (Gálatas 3:27) e para obter a nova vida (João 3:5).

6:4 – O coração do evangelho é a morte, sepultamento e ressurreição de Cristo (1 Coríntios 15:1-4). Paulo explicou como o batismo é, com efeito, uma recriação desses acontecimentos de grande significado. Cristãos participam da morte de Jesus da seguinte forma: (1) estavam mortos no pecado (Efésios 2:1), mas no batismo morrem para o pecado, sendo que sua *“velha natureza”* é crucificada com Cristo (Romanos 5:6); (2) assim como Jesus foi sepultado após morrer, aqueles que são batizados são *“sepultados com ele na morte pelo batismo”*, isto é, as pessoas batizadas são sepultadas ao serem imersas em água; (3) uma vez sepultadas nas águas do batismo, o processo de morrer para o pecado é finalizado e possibilita a vida em Cristo. Jesus morreu, foi sepultado e depois ressurgiu para uma nova vida. Os cristãos imitam o exemplo: morrem para o pecado, são sepultados no batismo e ressuscitados para uma nova vida. Assim, o Espírito Santo, por meio de Paulo, colocou o batismo entre o pecado e a vida em Cristo.

O batismo é uma parte da justificação pela fé. Paulo apresentou o batismo aqui sem nenhuma explicação porque todos sabiam que viver pela fé envolve batismo (Tito 3:5). A morte é mostrada pelo sepultamento, sendo que ninguém pode continuar vivendo no pecado se morreu para ele (Romanos 6:3). Sabe-se que alguém morreu porque foi sepultado. Ninguém sepulta vivos. O batismo é um sepultamento. O ato do batismo é uma incorporação em Cristo, uma condição prévia necessária à nova vida. No batismo, a morte de Cristo se torna da pessoa. Aquilo que Jesus cumpriu pelas pessoas morrendo na cruz é aplicado a elas quando são batizadas na morte de Cristo. As Escrituras sempre apresentam o batismo como uma condição para receber a salvação, o perdão e a nova vida (Atos 2:38; 22:16; Marcos 16:16; João 3:5; 1 Pedro 3:21). É notável a ligação com o contexto: cristãos precisam se levantar dos mortos (sair das águas do batismo) para andar em uma nova vida, a qual é totalmente inconsistente com o pecado para o qual morreram. Assim como Cristo ressuscitou dos mortos, cristãos são ressuscitados do *“túmulo aquático”* do batismo, conforme Colossenses 2:12: *“tendo sido sepultados juntamente com ele no batismo, no qual vocês também foram ressuscitados por meio da fé no poder de Deus que o ressuscitou dentre os mortos.”* É importante ressaltar que o batismo tem a ver com realidades, e não meramente representações simbólicas. Aquilo que o batismo simboliza acontece de fato. Antes do batismo, ninguém é membro do corpo de Cristo. Alguém se torna membro desse corpo por meio do batismo.

O propósito de Paulo aqui não era provar a essencialidade do batismo, uma vez que nenhum dos leitores originais da Epístola aos Romanos sequer questionaria a necessidade do batismo. A intenção principal do apóstolo era que os cristãos soubessem que seus pecados foram lavados e isso deve motivar para viver uma vida dedicada ao Senhor. Ele afirmou que cristãos são ressuscitados das águas do batismo para andar *“em novidade de vida”*. Cristãos são batizados *“em Cristo”* (Romanos 6:3) e 2 Coríntios 5:17 afirma: *“E, assim, se alguém está em Cristo, é nova criatura; as coisas antigas já passaram; eis que se fizeram novas.”* Quem se levanta das águas do batismo tem um novo relacionamento com Deus e novas bênçãos. Não é de admirar que o eunuco etíope *“foi seguindo o seu caminho, cheio de alegria”* (Atos 8:39) após seu batismo. Estando *“em novidade de vida”*, cristãos devem agir como tal. Uma mudança de relacionamento deve gerar uma mudança de vida. Paulo escreveu em Colossenses 3:1-3: *“Portanto, se vocês foram ressuscitados juntamente com Cristo, busquem as coisas lá do alto, onde Cristo vive, assentado à direita de Deus. Pensem nas coisas lá do alto, e não nas que são aqui da terra. Porque vocês morreram, e a vida de vocês está oculta juntamente com Cristo, em Deus.”*

Romanos 6:5-7: *“{6:5} Porque, se fomos unidos com ele na semelhança da sua morte, certamente o seremos também na semelhança da sua ressurreição, {6:6} sabendo isto: que a nossa velha natureza foi crucificada com ele, para que*

o corpo do pecado seja destruído, e não sejamos mais escravos do pecado. {6:7} Pois quem morreu está justificado do pecado."

6:5 – Embora o ensinamento sobre o batismo seja muito importante, o argumento principal aqui é a nova vida da pessoa espiritualmente ressuscitada. Paulo escreveu para cristãos, mostrando a importância de viver como pessoas resgatadas do pecado.

O termo grego traduzido como *"unidos"* (*sumphutos*) é um composto por *sun* ("com") e *phuo* ("crescer"), podendo significar "plantados juntos". Ser imerso em água no batismo cristão é como plantar uma semente na terra: a semente precisa "morrer" para que nasça uma nova vida (João 12:24). O "plantio" dos cristãos junto com Cristo tem valor porque eles são *"unidos com ele na semelhança da sua morte"*. Tendo isso em mente, certamente serão *"unidos"*, ou "plantados juntos", *"também na semelhança da sua ressurreição"*. Quando Cristo ressuscitou dos mortos, algumas coisas nele continuaram idênticas. Ele ainda tinha as marcas dos pregos nas mãos e o ferimento de uma lança na lateral do corpo (João 20:27), mas algumas coisas se tornaram diferentes. Ele ressuscitou para uma nova vida, não mais sujeita à destruição da morte (Romanos 6:9). Da mesma forma, quando cristãos ressuscitam do túmulo do batismo, algumas coisas continuam idênticas, como a mesma aparência, e algumas coisas mudam, como uma nova vida no Senhor. A união com Cristo em sua morte necessariamente envolve união com ele em sua ressurreição.

6:6 – A expressão *"sabendo isto"* se refere a uma lista de três coisas a saber: a *"velha natureza"* é crucificada, o *"corpo do pecado"* é destruído e a escravidão ao pecado é abolida.

A *"velha natureza"* se refere à pessoa antes de se tornar cristã. O que é crucificado com Cristo é o todo da pessoa, tal como era antes de se converter. Jesus afirmou que sua crucificação era um batismo (Marcos 10:38; Lucas 12:50) e aqui Paulo afirmou que o batismo é uma crucificação. O batismo não é uma suave cerimônia inspiradora, é uma morte para todo um modo de vida.

A expressão *"corpo do pecado"* se refere ao uso do corpo como um instrumento para o mal (Romanos 7:24). Ele é *"destruído"* no sentido de ser reduzido à inatividade. Paulo quis conscientizar os cristãos de que, por meio de Cristo, os intensos impulsos pecaminosos podem ser desativados e destituídos de poder.

A expressão *"e não sejamos mais escravos do pecado"* significa que a escravidão da pessoa ao pecado chegou ao fim, tendo em vista que o uso do corpo para o mal é inativado. Cristo aboliu essa "escravidão espiritual" com o seu próprio sangue vertido na cruz. A pessoa convertida finalmente pode dizer "não" ao pecado, uma vez que recebeu o dom do Espírito no batismo (Atos 2:38), isto é, a salvação e a capacitação para permanecer nela. A pessoa natural, isto é, a *"velha natureza"*, não pode servir a Deus, uma vez que não aceita as coisas do Espírito de Deus e é escrava do pecado. Paulo escreveu em 1 Coríntios 2:14: *"Ora, a pessoa natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque lhe são loucura. E ela não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente."*

6:7 – Embora Paulo tivesse se referido ao pecado reinando como um rei (Romanos 5:21), o cristão não tem razão para dobrar os joelhos para o pecado. Ele não precisa se submeter a essa escravidão porque *"quem morreu está justificado do pecado"*. Na época do Novo Testamento, escravos raramente eram libertados. Uma das poucas maneiras da libertação acontecer era por meio da morte do escravo. Quando pessoas são batizadas, morrem para o pecado (Romanos 6:2-4), o que as liberta do pecado. Rabinos ensinavam que a morte cancela todas as obrigações. Quando pessoas morrem para o pecado, não têm obrigação de servir a ele.

Curiosamente, após a abolição da escravidão, alguns escravos que haviam sido libertos continuaram vivendo como escravos, talvez porque não acreditavam que estavam livres, ou porque estavam tão condicionados à escravidão que não conseguiam pensar em liberdade. No Brasil, muitos escravos permaneceram na casa de seus senhores após a abolição por não conseguirem trabalho remunerado nem moradia em lugar algum. Lamentavelmente, pessoas que foram libertas da escravidão do pecado ainda podem viver escravizadas. Paulo quis que todos os cristãos se lembrassem de que não eram escravos do pecado e que era desnecessário "servir ao pecado".

Uma vez que a “*velha natureza*” é crucificada com Jesus (Romanos 6:6), o cristão deixa a escravidão ao pecado quando recebe a justificação no seu batismo. Não há contradição entre justificação pela fé (Romanos 5) e justificação pelo batismo.

Romanos 6:8-11: “{6:8} *Ora, se já morremos com Cristo, cremos que também viveremos com ele.* {6:9} *Sabemos que, havendo Cristo ressuscitado dentre os mortos, já não morre; a morte já não tem domínio sobre ele.* {6:10} *Pois, quanto a ter morrido, de uma vez para sempre morreu para o pecado; mas, quanto a viver, vive para Deus.* {6:11} *Assim também vocês considerem-se mortos para o pecado, mas vivos para Deus, em Cristo Jesus.*”

6:8 – A “*velha natureza*” dos cristãos morreu com Cristo quando foram batizados para remissão de pecados e recebimento do dom do Espírito (Atos 2:38), sendo assim batizados na morte de Cristo (Romanos 6:3). Assim como morreram com Cristo, cristãos creem que também viverão com ele por terem sido espiritualmente ressuscitados ao se erguerem das águas do batismo, a fim de andarem em novidade de vida (Romanos 6:4). Assim, cristãos participam da vida espiritual em Cristo com a esperança da vida eterna que ele concede.

6:9 – A expressão “*Sabemos que, havendo Cristo ressuscitado dentre os mortos, já não morre*” significa que apenas Cristo ressuscitou para nunca mais tornar a morrer. Apesar de várias pessoas terem sido ressuscitadas dos mortos ao longo da história bíblica, apenas Jesus subiu diretamente da Terra para o trono de Deus (Atos 1:9; 2:33-34). Consequentemente, “*a morte já não tem domínio sobre ele.*” Quando Cristo veio à Terra, ele se tornou em semelhança de seres humanos (Filipenses 2:7), tornando-se carne (João 1:14). Ele se submeteu às fraquezas e limitações da carne, o que inclui a morte de cruz (Filipenses 2:8). Todavia, assim que Jesus ressuscitou dos mortos, a morte não pôde dominá-lo.

Jesus venceu a vitória total, decisiva e permanente sobre o pecado. Ele se levantou para nunca retornar a morrer. Cristãos participam da vida espiritual em Cristo com a vitória sobre a morte que ele concede.

6:10 – O apóstolo apresentou um contraste entre a morte de Jesus e sua vida após a ressurreição. A expressão “*de uma vez para sempre*” se refere a algo que foi realizado uma vez por todas, algo que é de validade perpétua e não requer repetição. Embora isso pudesse ser uma ênfase de que o Senhor nunca mais teria que morrer outra vez, é mais provável que Paulo tivesse em mente a mesma coisa que o autor do Livro de Hebreus escreveu em Hebreus 7:27: sacrifícios de animais tinham que ser repetidos continuamente, mas o sacrifício de Cristo teve que ser realizado uma única vez. Esse sacrifício teve resultado para todas as pessoas, em todos os tempos (Hebreus 9:24-28).

A expressão “*mas, quanto a viver, vive para Deus*” significa que Jesus agora vive para estar com seu Pai e glorificá-lo. Considerando que a ideia central de “morte” é “separação”, a “vida” pode ser pensada como “união”. Assim, ter vida espiritual é estar perto de Deus (João 17:3).

6:11 – Tendo em mente o exemplo de Jesus, Paulo afirmou que cristãos precisam considerar que estão “*mortos para o pecado, mas vivos para Deus, em Cristo Jesus.*” Não basta meramente saber esses fatos, é necessário pensar cuidadosamente em suas implicações. Os cristãos em Roma realmente foram batizados (Romanos 6:2-5), mas poderiam não ter entendido todas as conotações dessa realidade. Não estavam apenas “*mortos para o pecado*”, “*mas vivos para Deus, em Cristo Jesus*”, isto é, o “*velho ser humano*” de antes da conversão deve estar morto (inutilizado) e o “*novo ser humano*” deve estar vivo (ativo). Cristãos devem renunciar decisivamente o pecado e viver para Deus em Cristo Jesus.

É uma tremenda bênção ter ligação íntima com o criador. Ao mesmo tempo, isso acarreta uma responsabilidade seriíssima. É preciso dedicação para fazer a vontade de Deus de forma a viver em comunhão com ele.

Romanos 6:12-14: “{6:12} *Portanto, não permitam que o pecado reine em seu corpo mortal, fazendo com que vocês obedeçam às suas paixões.* {6:13} *Também não ofereçam os membros do corpo ao pecado, como instrumentos de injustiça, mas, como pessoas que passaram da morte para a vida, ofereçam a si mesmos a Deus e ofereçam os seus membros a Deus, como instrumentos de justiça.* {6:14} *Porque o pecado não terá domínio sobre vocês, pois vocês não estão debaixo da lei, e sim da graça.*”

6:12 – Uma vez que cristãos haviam morrido para o pecado e ressuscitaram para uma nova vida em Cristo, deveriam se comportar de determinada maneira. Paulo havia chamado a atenção para o fato de que os cristãos estão livres, ou justificados, do pecado (Romanos 6:7), não servindo o pecado como escravos (Romanos 6:6). Isso poderia deixar a impressão de que o pecado não mais representava uma ameaça, mas não era esse o caso. Assim como um escravo liberto podia continuar a servir como escravo, uma pessoa liberta da escravidão do pecado ainda pode servir ao pecado. O apóstolo exortou seus leitores a não deixarem isso acontecer. É necessário que o cristão não permita que o pecado reine. Uma vez ressuscitados com Cristo, cabe aos cristãos rejeitarem o pecado, uma vez que o pecado não deve reinar na nova vida.

Paulo destacou o uso do corpo para servir a Deus ou ao pecado. O termo “*mortal*” significa “sujeito à morte”. Desde que o ser humano nasce, começa a morrer. O corpo é o campo de batalha contra o pecado e se torna o ponto de partida onde o pecado ataca. O termo “*paixões*” se refere a fortes desejos de qualquer tipo, sejam bons ou maus, mas geralmente denota desejos maus, ou “*concupiscência*”. Com a ajuda de Deus (Romanos 8:13), o cristão consegue se recusar a servir ao pecado. Ele não deve deixar o pecado reinar em seu corpo mortal de maneira a obedecer às suas paixões. Paulo escreveu em 1 Coríntios 10:13: “*Não sobreveio a vocês nenhuma tentação que não fosse humana; mas Deus é fiel e não permitirá que vocês sejam tentados além do que podem suportar; pelo contrário, juntamente com a tentação proverá livramento, para que vocês a possam suportar.*”

6:13 – Os “*membros do corpo*” são partes do corpo físico, como olhos, ouvidos, boca, mãos e pés, mas a expressão certamente inclui, em um sentido figurado, todos os talentos e habilidades humanas. No entanto, não se deve pensar que atos pecaminosos ocorrem apenas por meio do corpo. Eles se originam no coração (Lucas 6:45). Pessoas podem usar seus corpos, e todas as suas faculdades, como instrumentos dedicados para fazer a vontade de Deus ou não. Cristãos não devem se oferecer ao pecado como servos da iniquidade, mas a Deus, como servos dele, uma vez que são novos seres humanos espiritualmente ressuscitados.

No entanto, não basta evitar praticar o mal. Cristãos também devem praticar o bem. Por isso, Paulo ordenou: “*ofereçam a si mesmos a Deus e ofereçam os seus membros a Deus, como instrumentos de justiça.*” O apóstolo afirmou que cristãos devem ser o tipo de pessoa que Deus pode usar para realizar sua vontade na Terra. Ele incluiu uma motivação forte quando se referiu aos cristãos como “*pessoas que passaram da morte para a vida*”, isto é, pessoas espiritualmente ressuscitadas que foram libertadas da morte certa.

6:14 – Paulo fez uma afirmação que resume a exposição de Romanos 6:1-13, responde à pergunta de Romanos 6:1 e serve de transição para os comentários encontrados em Romanos 6:15-23: “*Porque o pecado não terá domínio sobre vocês*”. Essa afirmação não significa que é impossível o pecado assuma o controle da vida de um cristão, uma vez que tal interpretação destruiria a intenção da passagem bíblica, a qual foi escrita para encorajar os filhos de Deus a não pecar. O apóstolo estava confirmando que não havia necessidade de o pecado reinar sobre os cristãos, uma vez que receberam a vitória sobre ele. Paulo também estava rogando que cristãos jamais deixassem que o pecado dominasse suas vidas.

A razão pela qual o pecado não deveria ser o senhor dos cristãos, ou dominá-los, é porque eles “*não estão debaixo da lei, e sim da graça*”. Paulo não estava dizendo que cristãos não têm mandamentos pelos quais são responsáveis. Em vez disso, o termo “*lei*” foi utilizado no sentido de “um sistema de lei”. Semelhantemente, o termo “*graça*” se refere a “um sistema de graça”. Em um “sistema de lei”, é difícil não ser dominado pelo pecado porque não há meio de obter alívio se a lei for transgredida. A lei pode produzir súditos e escravos, mas não pode amaciar corações endurecidos, nem mudar vontades obstinadas, nem gerar gratidão e amor. Além disso, nenhuma lei pode justificar um transgressor. Um “sistema de graça”, no entanto, pode libertar do pecado. Em um “sistema de lei”, a salvação decorre da perfeita observação da lei (algo que os seres humanos não conseguem realizar), enquanto no “sistema de graça” a salvação é um presente de Deus.

Uma vez que um “sistema de graça” permite a libertação do pecado, há uma resposta para a acusação implícita em Romanos 6:1: “*Que diremos, então? Continuaremos no pecado, para que a graça aumente ainda mais?*” A resposta é que, em vez de estimular a pecar, a graça, na verdade, desestimula o pecado. Ela incentiva e motiva a obediência aos decretos divinos. Se a lei for usada como um meio de justificação, seres humanos não poderão escapar do serviço ao pecado. Estar sob a graça não é uma desculpa para pecar, mas um chamado às armas para o bom combate espiritual (2 Timóteo 4:7). O poder real para a luta contra o pecado não está na lei, mas na graça. Um

exemplo que auxilia na compreensão disso é que há pouca motivação moral para manter limpa uma folha de papel suja, mas muita motivação para manter limpa uma folha de papel branca.

Uma pessoa governada pela graça de Deus sabe e considera o que o Senhor fez por ela ao libertá-la da morte espiritual certa. O apóstolo Paulo é um grande exemplo disso. Aquele que é governado pela graça cada vez mais se inclinará a dedicar todo o seu ser para servir a Deus. Como Jesus afirmou, uma pessoa é conhecida pelos seus frutos (Mateus 7:16-20), ou seja, sua conduta.

Romanos 6:15-18: *“{6:15} E então? Havemos de pecar porque não estamos debaixo da lei, e sim da graça? De modo nenhum! {6:16} Será que vocês não sabem que, ao se oferecerem como servos para obediência, vocês são servos daquele a quem obedecem, seja do pecado, que leva à morte, ou da obediência, que conduz à justiça? {6:17} Mas graças a Deus que, tendo sido escravos do pecado, vocês vieram a obedecer de coração à forma de doutrina a que foram entregues. {6:18} E, uma vez libertados do pecado, foram feitos servos da justiça.”*

6:15 – Paulo retomou e expandiu sua analogia da escravidão. O argumento básico do apóstolo foi que cristãos não devem servir o pecado porque não são escravos do pecado, mas escravos de Deus. Mesmo sob a graça, seres humanos se tornam escravos daquele a quem obedecem: a justiça ou o pecado. Há apenas essas duas opções. A graça de Deus não impede a escolha humana para decidir a quem servir.

A expressão *“E então? Havemos de pecar porque não estamos debaixo da lei, e sim da graça?”* reflete a antecipação do apóstolo a uma objeção. Algumas pessoas poderiam acreditar que estariam livres de guardar qualquer lei por não estarem em um “sistema de lei”, mas em um “sistema de graça”, vivendo como se fossem livres para fazerem o que quisessem, incluindo viver em pecado (libertinagem). A resposta de Paulo a tal sugestão foi: *“De modo nenhum!”* Em Romanos 6:1, o apóstolo perguntou algo semelhante, dando a mesma resposta em Romanos 6:2. Ele quis que os cristãos soubessem que pecado e pecar são incompatíveis com o estilo de vida cristão. Aquele que usa a graça como desculpa para pecar não está realmente sob a graça de Deus. A liberdade de um “sistema de lei” não autoriza a libertinagem.

6:16 – A palavra *“servo”* significa *“escravo”*. Espiritualmente, todo ser humano obedece a alguma coisa, mesmo que sejam seus próprios caprichos e desejos. A escolha que um indivíduo faz em relação à servidão se limita a duas opções: ceder às suas paixões e ser escravo do pecado, ou obedecer a Deus e ser escravo da justiça. Embora alguém possa afirmar não ser escravo de ninguém por se considerar uma pessoa livre, seres humanos *“são servos daquele a quem obedecem”*. Quando os judeus afirmaram que não eram escravos de ninguém (João 8:33), Jesus afirmou que todo aquele que comete pecado é escravo do pecado (João 8:34). Portanto, cada ser humano é um escravo. A questão é de quem. Aquele que for escravo do pecado será amaldiçoado com *“morte”*, isto é, morte espiritual. Aquele que servir a Deus será abençoado com *“justiça”*, isto é, justificação perante o Senhor.

O ser humano serve ao pecado ou serve a Deus. Apenas um dos dois. Jesus afirmou que ninguém pode servir a dois senhores (Mateus 6:24). Em outras palavras, ninguém pode ser escravo do pecado que leva à morte e, ao mesmo tempo, ser escravo da obediência que leva à justiça.

6:17 – No passado, cristãos tinham sido *“escravos do pecado”*. Porém, por meio do evangelho, escolheram mudar de sujeição e obedeceram ao Senhor. A expressão *“obedeceram de coração”* significa uma resposta positiva e voluntária à Palavra de Deus que foi pregada (Tiago 1:22), o que implica em tomada de decisão. Toda a Bíblia enfatiza a importância de fazer a vontade de Deus de coração (Deuteronômio 10:12; 1 Samuel 12:20; Efésios 6:6). O Senhor não exige obediência perfeita (ninguém é capaz disso), mas ele exige obediência de todo o coração, sem reservas.

A ênfase de Paulo na obediência demonstra que ela está posicionada antes da libertação do pecado (Romanos 6:17-18), o que é coerente com o objetivo de produzir *“a obediência da fé”* entre todos os *“chamados para pertencerem a Jesus”* (Romanos 1:5; 16:26). O apóstolo obviamente quis inculcar a importância da obediência. A *“forma de doutrina”* significa um *“modelo de doutrina”*. Isso indica que, logo na década de 50 d.C., havia um modelo coeso de doutrina nas igrejas do Senhor.

Essa *“forma de doutrina”* era a boa nova de que Jesus morreu pelos pecados dos seres humanos e ressuscitou para dar a eles nova vida. O tema da morte, sepultamento e ressurreição de Cristo foi central para o ensino de

Paulo sobre o batismo (Romanos 6:3-11). Os cristãos de Roma haviam sido batizados, portanto, obedeceram à “forma de doutrina” ou modelo das “boas novas”, o evangelho. Eles haviam sido batizados na morte de Cristo, sendo sepultados com ele nas águas do batismo e ressuscitados para andar em novidade de vida.

A expressão “doutrina a que foram entregues” indica que os cristãos foram “entregues à Palavra de Deus”, sendo que a ideia principal é que a “forma de doutrina” não pertence a eles, mas eles pertencem a ela. Os cristãos não são donos de sua doutrina. Foram criados pela Palavra de Deus e precisam ser moldados por ela.

6:18 – Cristãos costumavam ser “escravos do pecado”, porém, como “obedeceram de coração” à “forma de doutrina” do evangelho (Romanos 6:17), eles foram “libertados do pecado” e se tornaram “servos da justiça”. Todos são servos, ou do pecado ou da justiça. Paulo estava encorajando os cristãos a viverem em conformidade com o compromisso que haviam assumido.

É importante enfatizar que a liberdade do pecado não significa que cristãos estão livres de qualquer obrigação, nem significa que podem fazer o que quiserem. Cristãos foram libertados de uma “vida incorreta”, ou seja, “libertados do pecado”, para se tornarem “servos da justiça”, ou seja, sujeitos à “vida correta” conforme o evangelho. Paulo afirmou em Romanos 6:16: “você são servos daquele a quem obedecem, seja do pecado, que leva à morte, ou da obediência, que conduz à justiça”. Tendo obedecido a Deus “de coração” (Romanos 6:17), cristãos passaram a ser servos/escravos de Deus. Foi esse o compromisso que assumiram ao serem batizados.

Romanos 6:19-20: “{6:19} Falo em termos humanos, por causa das limitações de vocês. Assim como ofereceram os seus membros para que fossem escravos da impureza e da maldade que leva à maldade, assim ofereçam agora os seus membros para que sejam servos da justiça para a santificação. {6:20} Porque, quando vocês eram escravos do pecado, estavam livres em relação à justiça.”

6:19 – Paulo explicou a razão pela qual comparou o cristianismo com a escravidão ou servidão. Ele sabia que a escravidão era repugnante e era fonte de muito sofrimento, por isso utilizou a expressão “Falo em termos humanos, por causa das limitações de vocês”. O apóstolo usou a escravidão como uma ilustração familiar aos cristãos de Roma para ter a certeza de que entenderiam seu ensino. Havia grandes diferenças entre o cristianismo e a escravidão comumente praticada: (1) ser um escravo de Deus é uma decisão voluntária, e não algo imposto a alguém; (2) Deus não é um Senhor tirano. “Escravidão” é um termo forte, mas nenhuma outra palavra poderia retratar a sujeição indivisível que Cristo exige. Assim, Paulo quis comunicar a ideia de pertencer, de obrigação, de comprometimento e de responsabilidade que a palavra “escravo” implica.

A expressão “Assim como ofereceram os seus membros para que fossem escravos da impureza e da maldade que leva à maldade, assim ofereçam agora os seus membros para que sejam servos da justiça” transmite o incentivo do apóstolo para que os cristãos vivam de conformidade com o compromisso que assumiram. No passado, quando eram escravos do pecado, eles dedicaram seus corpos e tudo o que eram à “impureza” e à “maldade”. A dedicação ao pecado era intensa e, nunca satisfeitos, eles se afundavam cada vez mais no pecado. Aqueles que se tornaram escravos de Deus deveriam ter a mesma dedicação, mas direcionada para o Senhor, não para o pecado. A dedicação à “justiça” resulta em “santificação”. Isso se refere a ser “separado” por Deus para viver uma vida dedicada, ou consagrada, a ele. O desafio dos cristãos é se conduzirem como pessoas que foram “separadas” por Deus. Paulo escreveu em 2 Coríntios 7:1: “Portanto, meus amados, tendo tais promessas, purifiquemo-nos de toda impureza, tanto da carne como do espírito, aperfeiçoando a nossa santidade no temor de Deus.” O autor do Livro de Hebreus escreveu em Hebreus 12:14: disse: “Procurem viver em paz com todos e busquem a santificação, sem a qual ninguém verá o Senhor.”

6:20 – Quando as pessoas estão escravizadas ao pecado, não são obrigadas a servir à justiça, isto é, proceder conforme os ensinamentos de Deus. O oposto também é verdadeiro: uma vez escravos de Deus, as pessoas se tornam livres em relação ao pecado, ou seja, não são mais obrigadas a obedecer a seus ditames. O escravo do pecado se afasta da justiça e o escravo da justiça se afasta do pecado.

Romanos 6:21-23: “{6:21} Naquele tempo, que frutos vocês colheram? Somente as coisas de que agora vocês se envergonham. Porque o fim delas é morte. {6:22} Agora, porém, libertados do pecado, transformados em servos de Deus, o fruto que vocês colhem é para a santificação. E o fim, neste caso, é a vida eterna. {6:23} Porque o salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus, nosso Senhor.”

6:21 – Quando os cristãos de Roma eram pessoas escravizadas pelos seus pecados, os resultados, ou “*frutos*”, eram apenas coisas vergonhosas que conduzem, em última análise, ao banimento eterno da presença de Deus.

Paulo pediu que os cristãos avaliem seriamente o resultado decorrente de seus passados vergonhosos. Alguns dos “resultados”, ou “*frutos*”, do pecado são: (1) consciência culpada; (2) não ser o que Deus idealizou que o ser humano seja; (3) inimizade com Deus; (4) incapacidade de desfrutar as bênçãos que Deus deseja que o ser humano desfrute; (5) morte espiritual. A expressão “*Porque o fim delas é morte*” atesta sobre o destino daqueles que continuam como escravos do pecado. A “*morte*” aqui não se refere à morte física a que todos os seres humanos estão sujeitos (Hebreus 9:27). O apóstolo se referiu à morte espiritual, a separação de Deus (Isaías 59:1-2). Considerando que, no contexto, a “*morte*” foi apresentada em oposição à “*vida eterna*” (Romanos 6:22), é evidente que Paulo pensava em “morte eterna”, ou seja, separação da presença de Deus por toda a eternidade (2 Tessalonicenses 1:8).

6:22 – O servo de Deus foi libertado do pecado e direcionado para um caminho que leva à santificação e à vida eterna. O fim da estrada do pecado é a morte.

Jesus afirmou em Mateus 7:13: “*Entrem pela porta estreita! Porque larga é a porta e espaçoso é o caminho que conduz para a perdição, e são muitos os que entram por ela.*” À medida que o cristão trilha a estrada da justiça, ele vive a vida santificada (separada). Por isso, um dos resultados é “*santificação*”. Seguir por essa estrada conduzirá no fim à vida eterna com o Senhor e os remidos por toda a eternidade, como Jesus afirmou em Mateus 7:14: “*Estreita é a porta e apertado é o caminho que conduz para a vida, e são poucos os que o encontram.*”

6:23 – Muitas pessoas creem que o pecado consiste de prazer, popularidade e sucesso. Paulo afirmou que “*o salário do pecado é a morte*”, a morte em oposição à vida eterna, ou seja, morte espiritual ou banimento eterno da presença de Deus. O termo grego traduzido como “*salário*” indica o pagamento de serviços prestados, algo como o soldo de um soldado, o qual é obtido arduamente e não pode ser tirado do soldado a quem é devido. Uma vida pecaminosa faz com que a pessoa mereça morte como salário.

Em contraste, o apóstolo afirmou que “*o dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus, nosso Senhor.*” O pecado tem um salário, mas Deus tem um presente, um dom. A importância da obediência foi enfatizada em Romanos 6:16-17, e a obediência é uma expressão da fé (Romanos 1:5; 16:26). Isso não significa que a salvação seja comprada por meio da crença e da obediência. A salvação sempre será um presente da graça de Deus, e a fé e a obediência são simplesmente a forma determinada pelo Senhor para as pessoas aceitarem seu maravilhoso presente.

Assim, o resultado do serviço a Deus é santificação e vida eterna. Há três contrastes:

- O mestre servido: pecado ou Deus;
- A consequência do serviço: morte ou vida eterna;
- O meio pelo qual o resultado é recebido: salário merecido ou dom recebido.

O dom gratuito de Deus, não merecido pelo ser humano, é a vida eterna. Essa vida somente é concedida por meio de Jesus Cristo. Tanto o judeu como o gentio dependem de Cristo para a salvação. Sem Jesus, ninguém será salvo.

SANTIFICAÇÃO – LIBERDADE DA LEI

Romanos 7:1-4: “{7:1} *Ou vocês não sabem, irmãos — pois falo aos que conhecem a lei —, que a lei tem domínio sobre uma pessoa apenas enquanto ela está viva? {7:2} Por exemplo, a mulher casada está ligada pela lei a seu marido, enquanto ele vive; mas, se o marido morrer, ela ficará livre da lei conjugal. {7:3} De modo que será considerada adúltera se, enquanto o marido estiver vivo, ela se unir com outro homem. Mas, se o marido morrer, ela estará livre da lei e não será adúltera se casar com outro homem. {7:4} Assim, meus irmãos, também vocês*

morreram para a lei, por meio do corpo de Cristo, para que pertençam a outro, a saber, àquele que ressuscitou dentre os mortos, a fim de que frutifiquemos para Deus.”

7:1 – Paulo iniciou o capítulo 7 com a expressão “*Ou vocês não sabem*”, a qual conecta o conteúdo anterior sobre santificação de Romanos 6 com o próximo assunto. O apóstolo expôs seu próximo ensinamento com base naquilo que os cristãos de Roma conheciam. Ele os chamou de “*irmãos*”, algo que não ocorria desde Romanos 1:13, mas ocorre duas vezes em Romanos 7 (Romanos 7:1,4). Talvez ele quisesse reforçar seu vínculo com os cristãos de Roma.

O apóstolo estava confiante de que seus irmãos entenderiam o princípio que ele estava prestes a expressar, como atesta a expressão “*pois falo aos que conhecem a lei*”. Não há artigo definido antes do termo “*lei*” no texto grego. Paulo estava falando especificamente, mas não exclusivamente, da Lei de Moisés. O princípio de que a lei não obriga os mortos, ou seja, os mortos não são sujeitos à lei, é aplicável à Lei de Moisés, mas também aplicável a toda lei em geral. Por isso, Paulo escreveu que “*a lei tem domínio sobre uma pessoa apenas enquanto ela está viva*”. A morte cancela as obrigações legais. Esse axioma legal sempre foi universalmente aceito e imutável.

É importante lembrar dos ensinamentos que Paulo transmitiu até agora sobre a lei (o contexto se refere primeiramente à Lei de Moisés, mas o princípio vale para qualquer lei). A lei tem o sentido de um “sistema de lei” que não pode inocentar um transgressor, apenas puni-lo. Tal sistema entrou em vigor para evidenciar as transgressões das pessoas, a fim de atestar a necessidade de Cristo. A promessa de Deus não se concretiza por meio de um sistema de lei, uma vez que ninguém consegue ser justificado por lei alguma. Seres humanos não podem ser justificados por um sistema de lei, uma vez não conseguem cumprir perfeitamente toda a lei. Tanto o pecado como a lei são associados à morte (Romanos 5:12,21; 6:14; 7:10-11; Gálatas 3:10). Por outro lado, a fé em Cristo leva à ressurreição e à vida (Romanos 6:4,8-9,23). Em Cristo as pessoas morrem para um sistema de lei e para o pecado para terem vida.

7:2 – Para ilustrar o princípio de que a morte cancela todas as obrigações impostas por um sistema de lei, Paulo optou por usar um exemplo do cotidiano: o casamento. Isso porque cristãos fazem parte da Igreja, a qual é casada com Cristo (Romanos 7:4). Portanto, cristãos devem agir como “casados” com Cristo. Eles precisam estar cientes de que, quando se convertem a Jesus, “casam” com ele. É triste quando pessoas pronunciam seus votos nupciais levianamente. É mais triste ainda quando alguns se tornam parte da Igreja, a noiva de Cristo, sem assumir um compromisso com o Senhor por toda a vida. Jesus afirmou que aquele que perseverar até o fim será salvo (Mateus 10:22).

A “*lei conjugal*” se refere à lei divina que une os cônjuges. A lei divina determina que o casamento é para toda a vida física, sendo interrompido apenas pela morte de um dos cônjuges. Em outra passagem bíblica, Cristo citou uma exceção à regra (relações sexuais ilícitas, conforme Mateus 19:3-9). No entanto, Paulo não estava tratando de exceções, apenas da regra. Além disso, Jesus afirmou que o casamento é apenas para a vida física, após a qual as pessoas não se casam, nem se entregam em casamento (Mateus 22:30).

O ponto é que, assim como a morte liberta a pessoa da lei divina do casamento, interrompendo o vínculo de lei, as pessoas que morreram em relação a um sistema lei não são mais obrigadas a guardá-lo. Isso não significa que cristãos não possuem mandamentos para cumprir. Significa que não são dependentes de perfeita obediência para sua salvação, como em um sistema de lei, uma vez que não conseguem fazer isso.

7:3 – Enquanto os cônjuges viverem, se um deles se casar com outra pessoa, será adúltero. O casamento é para toda a vida física. Assim, se um dos cônjuges falecer, a pessoa viva (a viúva) se torna livre para ser ligada em casamento a outra pessoa. Esse princípio será utilizado em Romanos 7:4 para demonstrar que as pessoas convertidas a Cristo morreram para um sistema de lei (um sistema que exige a perfeita obediência às leis divinas para não punir com a morte espiritual) para serem unidos a Cristo.

A fidelidade ao cônjuge no casamento é utilizada como ilustração para a fidelidade a Cristo. É lamentável quando um homem ou uma mulher é infiel ao seu companheiro marital. É ainda mais lamentável quando cristãos, membros da noiva de Cristo, são infiéis a Jesus. Cristãos devem se esforçar para serem como a noiva santa e sem defeito que o Senhor almeja (Efésios 5:27). Jesus ordenou à igreja em Esmirna para ser fiel até a morte para receber a coroa da vida (Apocalipse 2:10).

7:4 – O viúvo ou viúva pode se casar de novo sem pecar. Porém, se casar com outra pessoa enquanto o primeiro cônjuge vive, torna-se uma pessoa adúltera. Novamente, é importante ressaltar que Paulo não tratou aqui sobre a exceção de Jesus em Mateus 19:9 sobre divórcio e novo casamento no caso específico de relações sexuais ilícitas. Observa-se também que o laço de obrigação é com a lei conjugal de Deus, e não apenas com o cônjuge. Por isso, a pessoa divorciada não tem autorização de Deus para casar enquanto viver o primeiro e legítimo cônjuge (a não ser por causa de relações sexuais ilícitas, conforme Mateus 19:9), sendo que o segundo casamento será adultério (Lucas 16:18; Marcos 6:17-18; 10:2-12; Malaquias 2:14,16).

Uma vez que a morte dissolve o vínculo matrimonial, o cônjuge vivo está livre para um novo casamento. Assim, Paulo ensinou que, uma vez morta diante do sistema de lei, a pessoa pode ser ligada a Cristo, mas não pode continuar com a lei e com Cristo ao mesmo tempo. No texto original grego, há um artigo definido antes de “lei”, indicando que Paulo se referiu à Lei de Moisés. Embora os judeus não “casassem” exatamente com a Lei de Moisés, mas com Deus (Jeremias 31:32), e embora a Lei de Moisés fosse apenas parte do “contrato de casamento”, os judeus exaltavam tanto essa lei que era como se fossem casados com ela. Certamente, estavam “sujeitos” a ela (Romanos 7:6). Porém, Paulo afirmou que as pessoas haviam sido libertadas dessa relação “por meio do corpo de Cristo”. De qualquer forma, todo tipo de lei exige obediência perfeita para não punir, e as pessoas não conseguem ser justificadas em sistemas de lei por não conseguirem praticar obediência perfeita. Precisam de um sistema de graça/fé, o qual entra em vigor quando se unem a Cristo.

A expressão “por meio do corpo de Cristo” expressa a forma de obter liberdade espiritual. Uma vez que a Igreja é chamada de corpo de Cristo (Efésios 1:22-23; Colossenses 1:18; 1 Coríntios 12:27), Paulo poderia estar se referindo ao ingresso como membros do corpo dos salvos. No entanto, é mais provável que o apóstolo tenha se referido ao “corpo de Cristo” pregado na cruz. Em outras palavras, os convertidos a Jesus passam pela morte por meio do corpo crucificado de Cristo. Em Efésios 2:14-15, Paulo afirmou que Cristo aboliu na sua carne “a lei dos mandamentos na forma de ordenanças”, isto é, a Lei de Moisés. As pessoas se identificam com “o corpo de Cristo” quando são batizadas. Cristo, em sua morte, satisfaz a exigência da lei (Gálatas 3:13) e, assim, quando as pessoas se unem com a morte de Cristo no batismo, são libertadas de um sistema de lei (o que inclui a Lei de Moisés). A expressão “por meio do corpo de Cristo” provavelmente faz referência à verdade que Paulo enfatizou em Romanos 6:4-5: as pessoas são sepultadas com Cristo na morte pelo batismo e unidas com ele na semelhança da sua morte. Portanto, seguindo o princípio ilustrado pelo casamento, Paulo afirmou que cristãos morreram para o sistema de lei (o que inclui a Lei de Moisés) a fim de pertencerem “a outro”, isto é, aquele “que ressuscitou dos mortos”, Jesus. A expressão “ressuscitou dos mortos” não estava simplesmente identificando Jesus. Ela significa que esse casamento espiritual não poderá ser dissolvido pela morte de Jesus, uma vez que ele foi ressurreto dentre os mortos para jamais morrer outra vez (Romanos 6:9).

Embora o propósito imediato de a pessoa morrer para o sistema de lei (o que inclui a Lei de Moisés) seja para se unir a Cristo, o propósito final é frutificar para Deus. Em Romanos 6:21-22, o termo “fruto” foi utilizado em um sentido geral. Aqui, a ação de frutificar está em oposição à “frutificação para a morte” de Romanos 7:5. Portanto, a expressão “frutifiquemos para Deus” se refere a algo como o “fruto de justiça”, o qual é produzido por uma conduta correta diante do Senhor. Paulo escreveu em Gálatas 5:22-23: “Mas o fruto do Espírito é: amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, domínio próprio. Contra estas coisas não há lei.” O apóstolo quis que os irmãos de Colossos vivessem “de modo digno do Senhor, para o seu inteiro agrado, frutificando em toda boa obra e crescendo no conhecimento de Deus” (Colossenses 1:10). Ensinar e batizar a fim de gerar discípulos de Cristo (Mateus 28:19) também é uma parte vital de viver “vidas frutíferas” para Deus. Jesus afirmou que veio buscar e salvar os perdidos (Lucas 19:10) e cristãos devem seguir os seus passos (1 Pedro 2:21).

Há paralelos significativos entre Romanos 6 e Romanos 7: (1) as pessoas morrem para o pecado e para o sistema de lei (Romanos 6:2; 7:4); (2) as pessoas se tornam livres do pecado e do sistema de lei (Romanos 6:18; Romanos 7:3); (3) as pessoas são justificadas do pecado e libertadas do sistema de lei (Romanos 6:7; Romanos 7:6); (4) as pessoas recebem novidade de vida e novidade de espírito (Romanos 6:4; Romanos 7:6). Assim, no batismo, há libertação do pecado e do sistema de lei (o qual inclui a libertação da Lei de Moisés no caso dos judeus).

Romanos 7:5-6: “[7:5] Porque, quando vivíamos segundo a carne, as paixões pecaminosas despertadas pela lei operavam em nossos membros, a fim de frutificarem para a morte. [7:6] Agora, porém, estamos livres da lei, pois

morremos para aquilo a que estávamos sujeitos, para que sirvamos da maneira nova, segundo o Espírito, e não da maneira antiga, segundo a letra."

7:5 – É importante produzir fruto para Deus (Romanos 7:4) uma vez que isso era impossível antes de a pessoa "casar" com Cristo. Antes de uma pessoa morrer para o pecado, isto é, enquanto vivia "*segundo a carne*", as "*paixões pecaminosas*" produziam o fruto "*para a morte*". As pessoas eram dependentes de suas próprias capacidades morais. As "*paixões pecaminosas*" operavam nos membros da pessoa, se aproveitando das proibições das leis (primariamente da Lei de Moisés, mas o princípio opera para qualquer lei) para gerar transgressão e, assim, produzir morte. Essas paixões se rebelavam contra as proibições das leis, usando-as como instrumentos de morte. No entanto, uma pessoa que se tornou cristã é libertada do pecado e de um sistema de lei, passando a servir a Deus. O propósito das leis não é realçar as "*paixões pecaminosas*", mas revelar e identificar o pecado, além de incentivar as pessoas a remover o pecado de suas vidas. Entretanto, um dos resultados das leis foi realçar as "*paixões pecaminosas*".

É notável que, aqui, o apóstolo passou a usar a primeira pessoa do plural, isto é, "nós". Assim, ele incluiu a si mesmo na situação. Talvez Paulo tenha se lembrado subitamente de sua conversão. Quando sujeito à Lei de Moisés (Romanos 7:6), ele pensava que estava frutificando para Deus (Atos 26:9). Porém, quando Cristo apareceu ao apóstolo, ele reconheceu que estava produzindo fruto para a morte. Porém, por meio do corpo crucificado de Jesus, ele foi libertado da Lei de Moisés (e de um sistema de justificação por lei), finalmente podendo frutificar para o Senhor.

7:6 – Cristãos, antes de sua conversão, eram escravos do pecado (Romanos 6:17), o qual faz uso das leis como instrumentos de morte. A expressão "*morremos para aquilo a que estávamos sujeitos*" significa que, após a conversão, os cristãos se tornaram mortos para o pecado e para o sistema de justificação por lei (o que inclui a Lei de Moisés), estando assim libertos para servir a Deus com "*novidade de espírito*", isto é, servir a Deus com um espírito regenerado, ou por meio do Espírito Santo, ou mesmo as duas coisas. Servir a Deus significa disposição para fazer a sua vontade, qualquer que seja. O amor a Deus motiva a fazer mais por ele do que a mera observância de leis. Seguindo o exemplo do casamento (Romanos 7:2-4), uma vez que cristãos são "casados" com Cristo, devem tentar agradar a ele como uma esposa amorosa tenta agradar o marido, e não como um escravo relutante serve seu senhor.

A expressão "*sirvamos da maneira nova, segundo o Espírito, e não da maneira antiga, segundo a letra*" não significa que "o espírito da lei é importante, e não a letra". A distinção que Paulo teve em mente não era entre a "letra e o espírito da lei". Em qualquer das passagens em que Paulo usou esses termos (Romanos 2:19; 7:6; 2 Coríntios 3:6-7), ele não apoiou esse tipo de aplicação da linguagem. Os contrastes são entre "*maneira nova*" e a "*maneira antiga*", ou seja, um contraste entre a Antiga Aliança e a Nova Aliança (Hebreus 9:15; Jeremias 31:31-34). A "*letra*" é o sistema de lei do Antigo Testamento. O "*Espírito*" é o evangelho ou Nova Aliança.

O apóstolo não apenas contrastou as duas alianças, mas também os princípios delas. Servir "*da maneira antiga, segundo a letra*" significa tentar ser justificado por um sistema de lei ou de obras. Tal sistema enfatiza um código escrito cujo objetivo é obedecer às regras e aos regulamentos desse código com perfeição, uma impossibilidade para os seres humanos. É como alguém que possui a lei divina escrita em livros e rolos, porém não a obedeceu. Servir "*da maneira nova, segundo o Espírito*" é praticar a vontade de Deus com a alegria decorrente de a justificação ocorrer por meio do sistema de graça ou de fé. É como alguém que permite à lei divina penetrar em seu coração e a prática, persistindo nela, ainda que eventualmente falhe (Romanos 2:25-29; Ezequiel 36:26-27; Jeremias 3:6-10; 31:31-34). Os cristãos ainda servem e lutam com seus corações para cumprir aquilo que Deus ordenou, mas a motivação é o amor, não o medo de punição por transgredir leis.

2 Coríntios 3:6 compara a época da Lei de Moisés e a época do Espírito Santo, isto é, judaísmo e cristianismo: "*o qual nos capacitou para sermos ministros de uma nova aliança, não da letra, mas do Espírito; porque a letra mata, mas o Espírito vivifica.*" Enquanto o sistema de justificação por meio de lei ("*letra*") mata os seres humanos, o sistema de graça ("*Espírito*") os restaura.

Romanos 7:7-11: "*{7:7} Que diremos, então? Que a lei é pecado? De modo nenhum! Mas eu não teria conhecido o pecado, a não ser por meio da lei. Porque eu não teria conhecido a cobiça, se a lei não tivesse dito: "Não cobiça." {7:8} Mas o pecado, aproveitando a ocasião dada pelo mandamento, despertou em mim todo tipo de cobiça.*"

Porque, sem lei, o pecado está morto. {7:9} Houve um tempo em que, sem a lei, eu vivia. Mas, quando veio o mandamento, o pecado reviveu, e eu morri. {7:10} E verifiquei que o mandamento que me havia sido dado para vida, esse se tornou mandamento para morte. {7:11} Porque o pecado, aproveitando a ocasião dada pelo mandamento, me enganou e, por meio do mandamento, me matou."

7:7 – Uma vez que a liberdade de um sistema de justificação por meio de lei ou obras foi comparada à liberdade do pecado, alguém poderia concluir que são a mesma coisa. Paulo afirmou que o pecado ocorria por meio da lei. Assim, alguém poderia pensar que o apóstolo estivesse afirmando que a lei divina seria a autora do pecado. Por isso, o apóstolo perguntou *"a lei é pecado?"* e respondeu com a expressão *"De modo nenhum!"*, inocentando a lei divina.

A expressão *"Mas eu não teria conhecido o pecado, a não ser por meio da lei"* significa que a lei divina define o pecado e torna as pessoas cientes dele. Em Romanos 3:20, Paulo afirmou que *"pela lei vem o pleno conhecimento do pecado."* O apóstolo usou, como exemplo, o último dos dez mandamentos da Lei de Moisés, o qual proíbe a cobiça. Enquanto alguém não estiver instruído sobre o que é a cobiça, e dos perigos que ela acarreta, pode pensar nela como algo "normal" e "natural", uma vez que raciocinaria que é natural querer coisas. No entanto, a Lei de Moisés revelou a definição e a natureza da cobiça e a identificou como pecado. Portanto, a lei, por si mesma, não gera o pecado.

7:8 – O pecado utiliza a proibição da lei divina para incitar a pessoa a transgredi-la e, assim, em última análise, causa a morte espiritual. O apóstolo, usando o exemplo da cobiça, explicou que não é o mandamento para não cobiçar que gera a cobiça. O pecado aproveita a oportunidade da transgressão do mandamento para produzir cobiça, usando o mandamento como instrumento de morte. O pecado é representado como um tirano que abusa da lei divina para matar. É como se a lei fosse a "base de operações" que o pecado utiliza.

O pecado utiliza a lei divina para matar porque, embora não tenha sido concebida para isso, ela acabou realçando as *"paixões pecaminosas"* (Romanos 7:5) das seguintes formas: (1) chama a atenção para o pecado; (2) exerce certa atração para o pecado; (3) incita um senso inato de rebelião; (4) apela para o desejo de excitação que vem da "sensação de perigo". Todavia, não é a mera existência de um mandamento que resulta automaticamente nessas coisas. Por trás dos bastidores está o pecado e seu principal agente, Satanás (Efésios 6:11; 1 Pedro 5:8), usando o mandamento para produzir esses resultados. Por exemplo, quando a serpente, Satanás, foi até Eva (2 Coríntios 11:3), primeiramente chamou a atenção para a ordem de Deus (Gênesis 3:1). Insinuou que Deus era injusto, isto é, que ele estava tentando privar Adão e Eva de algo desejável (Gênesis 3:4-5). A serpente fez a desobediência parecer atraente (Gênesis 3:5-6). O resultado foi rebeldia (Gênesis 3:6).

A expressão *"Porque, sem lei, o pecado está morto"* significa que onde não há lei, não há pecado, uma vez que ninguém pode infringir uma lei que não existe. Isso evidencia a relação entre pecado e lei. O apóstolo João afirmou que o pecado é a transgressão da lei divina (1 João 3:4). Novamente, o Jardim do Éden é uma boa ilustração. A serpente (Satanás) conseguiu a base para tentar Adão e Eva apenas após Deus instruí-los.

É importante ressaltar que Paulo afirmou que os judeus não estavam mais sujeitos à Lei de Moisés (Romanos 7:6). Ele citou um dos dez mandamentos, o mandamento de não cobiçar (Êxodo 20:17), incluindo-o na libertação da lei. Alguns, no entanto, ensinam erroneamente que alguma parte da lei concedida no Monte Sinai continua em vigor atualmente, sugerindo uma distinção artificial entre a "lei de Deus", ou "lei moral", e a "lei cerimonial", ou Lei de Moisés. Segundo esse raciocínio, a "lei moral", a qual engloba os dez mandamentos, permanece válida atualmente, enquanto apenas a "lei cerimonial" (sacrifícios de animais, rituais, etc.) foi removida. No entanto, se um dos dez mandamentos, parte da suposta "lei moral", foi incluído na libertação dos judeus da lei, isso significa que os dez mandamentos também não se aplicam mais. Logo, obviamente, o ensinamento que distingue a lei concedida no Monte Sinai em "lei moral" e "lei cerimonial", afirma que a parte cerimonial foi revogada, e afirma que a parte moral ainda está em vigor, está equivocado. Ainda é pecado cobiçar, mas não por causa da lei antiga que foi concedida no Monte Sinai (que inclui os dez mandamentos). Cobiçar é pecado porque a cobiça é condenada na Nova Aliança de Cristo (Efésios 5:3).

7:9 – A expressão *"Houve um tempo em que, sem a lei, eu vivia"* se refere ao fato de que Paulo, assim como todos os seres humanos, nasceu sem pecado (vivo diante de Deus) e totalmente ignorante da lei (*"sem a lei"*). Nessa época, o pecado estava "morto" para o apóstolo. Portanto, Paulo estava "vivo" diante de Deus, uma vez que estava

sem transgressão alguma. A seguir, a expressão *“quando veio o mandamento”* significa que, assim como todos os meninos judeus, Paulo aprendeu a Lei de Moisés (2 Timóteo 3:15) e, em algum momento, desenvolveu uma consciência moral, se tornando um indivíduo responsável perante Deus. O ponto da maturidade foi atingido quando Paulo assumiu a responsabilidade de observar as ordenanças da Lei de Moisés. Ele aceitou o jugo da lei assim como um menino judeu da atualidade passa pelo ritual do *bar mitzvah*, geralmente aos 13 anos, e se torna um *“filho do mandamento”*. Na sequência, a expressão *“o pecado reviveu, e eu morri”* se refere ao fato de que, quando criança, o pecado estava *“morto”* e Paulo estava *“vivo”*, mas quando o apóstolo atingiu a idade da responsabilidade pelas suas transgressões, o pecado *“reviveu”* e Paulo morreu espiritualmente.

É importante ressaltar que o termo *“reviveu”* não significa que algum tipo de *“pecado herdado”* estava em Paulo. O pecado não é herdado, ocorre por meio de transgressão da lei divina (1 João 3:4). O *“pecado”* que *“reviveu”* se refere à capacidade de pecar que os seres humanos possuem, uma vez que possuem livre arbítrio. Uma vez que o amor deve ser voluntário, Deus dotou o ser humano de livre arbítrio para que possa verdadeiramente amá-lo, isto é, obedecê-lo de própria vontade (João 14:15), ou não o amar, isto é, desobedecê-lo. Enquanto o pecado não é cometido por meio da transgressão de um mandamento, existe apenas em forma potencial, isto é, existe como uma possibilidade de pecar. Nesse sentido, o pecado é considerado *“morto”*. A transgressão resulta em o pecado passar de potencial, ou possibilidade, para algo concretizado. Nesse sentido, é considerado *“revivido”*. Dessa forma, o pecado mata o transgressor por meio da punição pela transgressão do mandamento.

7:10 – O *“mandamento”* tinha o intuito de resultar em *“vida”* porque encoraja a pessoa a se afastar do pecado (Romanos 7:10; Levítico 18:5; Romanos 10:5), mas não surtiu esse efeito para Paulo, nem para nenhum ser humano (exceto Jesus Cristo), uma vez que o pecado utiliza a transgressão da lei para tornar mandamentos em instrumentos de morte.

Isso não significa que há algo de errado com a lei divina. Os mandamentos, em si, são santos, justos e bons (Romanos 7:12), mas o pecado utiliza a punição da transgressão de um mandamento para matar as pessoas. Portanto, o problema está nas pessoas, uma vez que não conseguem cumprir a lei perfeitamente.

7:11 – Em Romanos 7:8, o apóstolo afirmou que o pecado se aproveitou do mandamento divino como *“uma base de operações”* para realçar as *“paixões pecaminosas”*. Aqui ele usou o mesmo termo, afirmando que o pecado se aproveitou do mandamento para enganá-lo. O termo grego traduzido como *“enganou”* significa *“iludir completamente”*, *“enganar completamente”*. Sempre há algum elemento de engano envolvido na tentação. Se o pecado não enganasse quanto à sua verdadeira natureza e consequências finais, ninguém desejaria pecar.

No caso de Paulo, o pecado o enganou a supor que poderia obter justiça e vida guardando a Lei de Moisés (Filipenses 3:4-7). Também o enganou a pensar que, perseguindo cristãos, ele estava servindo a Deus (Atos 26:9), quando, na verdade, estava sendo o principal dos pecadores (1 Timóteo 1:15). Por isso, o apóstolo afirmou que o pecado o *“matou”* por meio do mandamento. Foi o pecado que o matou, não a lei divina.

A sequência resumida é esta: (1) quando Paulo era criança, ele *“vivía”* (não tinha transgressão); (2) ele aprendeu a Lei de Moisés e veio a se tornar moralmente responsável por suas transgressões; (3) o propósito da lei divina era dar vida por meio do incentivo ao afastamento do pecado; (4) o pecado, no entanto, utilizou a lei para enganar Paulo; (5) enganado pelo pecado, ele desobedeceu à lei; (6) o resultado foi morte espiritual. Essa foi a sequência na vida de Paulo e também é o que ocorre na vida de cada indivíduo que vive até se tornar um ser responsável.

Essa sequência também espelha a história de Adão e Eva: (1) antes de receberem a proibição de Deus, eles *“viviam”*; (2) Deus os proibiu de comer a árvore do conhecimento do bem e do mal (Gênesis 2:16-17); (3) o propósito do mandamento era permitir que continuassem vivos; (4) o pecado (Satanás) utilizou o mandamento para enganar Eva (Gênesis 3:1-5; 2 Coríntios 11:3; 1 Timóteo 2:14); (5) o casal comeu o fruto proibido, desobedecendo a Deus (Gênesis 3:6); (6) o resultado foi morte (Romanos 3:24; 5:5; Isaías 59:1-2).

Romanos 7:12-13: *“{7:12} Assim, a lei é santa e o mandamento é santo, justo e bom. {7:13} Então, aquilo que é bom se tornou morte para mim? De modo nenhum! Pelo contrário, o pecado, para mostrar-se como pecado, por meio de uma coisa boa causou-me a morte, a fim de que, pelo mandamento, o pecado mostrasse toda a sua força de pecado.”*

7:12 – Apesar de uma leitura superficial de Romanos 7:7-12 poder passar uma impressão de que a lei divina é ruim por causar a morte, Paulo estava, na verdade, defendendo-a. Ele havia enfatizado que não era a lei divina que matava, mas o pecado (Romanos 7:13). Não foi a lei que causou a morte, mas o pecado usando a lei. Por isso, o apóstolo afirmou que *“a lei é santa e o mandamento é santo, justo e bom.”* A lei e mandamentos divinos são santos, justos e bons porque vieram de um Deus santo, justo e bom. Seus mandamentos foram concedidos para abençoar a humanidade. Romanos 7:12 responde a pergunta de Romanos 7:7, isto é, *“a lei é pecado?”*, de forma enfaticamente negativa. A lei divina é santa, justa e boa. O pecado usa a lei em dois sentidos: (1) não haveria pecado se não houvesse lei, uma vez que o pecado é uma violação da lei; (2) algumas vezes, aquilo que é proibido automaticamente se torna mais atraente (Provérbios 9:17).

É importante lembrar que Paulo tinha em vista primeiramente a Lei de Moisés (Romanos 7:7). No entanto, a aplicação é mais ampla do que a Lei de Moisés. Em Romanos 7:7-12, o apóstolo usou o termo grego para *“lei”* algumas vezes com artigo definido (Romanos 7:7,12,14) e algumas vezes sem artigo definido (Romanos 7:7-9). Portanto, o termo *“lei”* aborda um sistema de lei que inclui a Lei de Moisés e a lei em geral, incluindo a lei divina. Embora alguns tentem separar a lei divina em *“lei civil”*, *“lei cerimonial”* e *“lei moral”*, os judeus certamente não a dividiam dessa maneira, e os cristãos do Novo Testamento não pensavam assim. É melhor pensar na lei divina como sendo os princípios morais que existiam antes da Lei de Moisés ser outorgada (por exemplo, Gênesis 9:6). Tais princípios foram incorporados primeiramente na Lei de Moisés e, depois, na Nova Aliança de Jesus.

A lei, em si e por si mesma, não é ruim. Ela não é pecado. Pelo contrário, ela tem o propósito de revelar o pecado (Romanos 7:7). Isso não a torna responsável pelo pecado. Leis são necessárias porque regulam e protegem a vida. Sem lei haveria anarquia e tumulto. Uma sociedade sem lei é uma sociedade autodestrutiva. Acima de tudo, os seres humanos precisam da lei de Deus pelas seguintes razões: (1) ela revela a natureza e o caráter do autor da lei, isto é, o Senhor; (2) ela concede sentido e propósito às vidas das pessoas; (3) ela mostra o caminho que os seres humanos devem seguir e os incentiva a permanecer nesse caminho; (4) ela delineia as recompensas pela obediência e os castigos pela desobediência.

7:13 – Paulo enfatizou que o verdadeiro problema não era a lei divina, mas o pecado. Culpar a lei divina seria análogo a culpar um martelo que estivesse na mão de alguém e que foi usado para matar, e não aquele que o manuseou. A lei e mandamentos divinos foram concedidos para que as pessoas vissem e entendessem como o pecado realmente é maligno. Ele é tão maligno, corrupto e diabólico que foi capaz de usar uma lei santa, justa e boa (Romanos 7:12) como instrumento de morte. O pecado abusa da lei divina e isso mostra sua malignidade, uma vez que causa a morte por meio de algo bom. Dessa forma, torna-se evidente a necessidade da salvação.

É importante ter em mente que alguns distorcem o ensinamento de Paulo sobre a lei quando afirmam que as pessoas, além de estarem livres da Lei de Moisés, estão livres de qualquer lei religiosa. Embora seja verdade que os cristãos não estão sujeitos a um sistema de justificação por meio de lei ou de obras, isso não significa que não estão sujeitos a nenhuma lei ou mandamento de Deus. Existem pessoas que possuem aversão ao termo *“lei”*, mas Paulo e outros escritores do Novo Testamento não hesitaram em utilizá-lo (1 Coríntios 9:21; Gálatas 6:2; Tiago 1:25). Além disso, há pessoas que não gostam de obedecer a mandamentos, mas Jesus afirmou que quem o ama guarda seus mandamentos (João 14:15). Paulo lembrou os cristãos de Corinto sobre a importância de guardar os mandamentos de Deus (1 Coríntios 7:19). Um dos propósitos do apóstolo João, ao escrever sua primeira epístola, foi combater o antinomismo, isto é, a crença de que não é importante guardar leis/mandamentos (1 João 2:3-4; 3:22,24; 5:2-3). As leis divinas às quais as pessoas estão sujeitas desde a morte de Cristo (Hebreus 9:16-17) se encontram no Novo Testamento, o qual compreende a Nova Aliança predita por Jeremias (Jeremias 31:31-34; Hebreus 8:7-13). É o testamento que entrou em vigor quando Jesus morreu na cruz.

Além disso, é crucial entender que nenhuma lei, nem mesmo do Novo Testamento, pode salvar. Salvar não faz parte da natureza das leis. Leis definem as transgressões e deixam as pessoas cientes delas, mas não podem remediar transgressões. Leis condenam transgressões e não podem consolar o transgressor. Portanto, considerando que as leis podem conscientizar sobre a malignidade ou sobre a pecaminosidade, mas não podem remover a culpa, um dos propósitos para Deus ter concedido leis foi incitar as pessoas a buscar a salvação. Especificamente, a Lei de Moisés foi outorgada para conduzir as pessoas a Jesus (Gálatas 3:24). Em um sentido, o propósito de toda lei outorgada por Deus é direcionar as almas a Jesus.

Romanos 7:14-17: *"{7:14} Porque bem sabemos que a lei é espiritual. Eu, porém, sou carnal, vendido à escravidão do pecado. {7:15} Porque nem mesmo compreendo o meu próprio modo de agir, pois não faço o que prefiro, e sim o que detesto. {7:16} Ora, se faço o que não quero, concordo com a lei, que é boa. {7:17} Neste caso, quem faz isso já não sou eu, mas o pecado que habita em mim."*

7:14 – Momentaneamente, o foco narrativo volta a ser a primeira pessoa do plural ("nós"), de forma que Paulo se associou àqueles que têm elevada estima pela lei. O apóstolo insistiu que a lei divina não é a origem dos problemas da humanidade, uma vez que ela é espiritual, sendo sua origem o próprio Espírito de Deus (2 Pedro 1:21). Porém, o ser humano, incluindo o próprio Paulo, é carnal, como atestado pela expressão *"Eu, porém, sou carnal, vendido à escravidão do pecado."* A ideia principal é que o problema não estava na lei divina, mas no ser humano. Os mandamentos da lei divina são santos, justos e bons (Romanos 7:12), mas o ser humano não consegue guardá-los com perfeição. Por isso, a lei deve condená-lo como transgressor, isto é, pecador. Romanos 7:14-25 trata das lutas de Paulo estando sujeito à lei divina e de sua frustração quando tentava cumpri-la integralmente por meio de seus próprios esforços.

Há controvérsia sobre o que apóstolo quis transmitir quando aplicou algumas expressões, como ser *"vendido à escravidão do pecado"*, a si mesmo. Paulo se referiu a si mesmo em vários pontos em Romanos 7, mas aquilo que se aplicava a ele também se aplica a outros seres humanos. O cristão é liberto da escravidão do pecado, assim como o apóstolo foi libertado dessa escravidão. Assim, quando Paulo afirmou coisas como ele ter sido *"vendido à escravidão do pecado"*, ele poderia ter referido tais coisas: (1) a si mesmo quando não era cristão; (2) a si mesmo como cristão; (3) figuradamente a si mesmo para expor sua ideia principal, como no caso de 1 Coríntios 4:6. De fato, há uma batalha na vida do cristão em que ele eventualmente peca e não realiza tudo que quer em serviço a Deus (Gálatas 5:17; 1 João 1:8-10; Efésios 6:12). Se o apóstolo estivesse se referindo apenas a essa batalha, as referidas expressões poderiam ser entendidas como circunstâncias atuais do cristão. Mas Paulo não se referiu apenas a essa batalha. Ele lidou com a escravidão ao pecado, o domínio do pecado, o fracasso, etc. Esses parâmetros sugerem a situação do apóstolo antes de se converter a Cristo. A comparação de como o Livro de Romanos demonstra a situação do ser humano antes e depois da conversão em Cristo deixa isso mais evidente:

- Antes da conversão a Cristo, sendo o ser humano sujeito a um sistema de lei e ao pecado: o ser humano é carnal (Romanos 7:14) e vive segundo a carne (Romanos 7:5), sendo escravo do pecado (Romanos 6:17,19-20; 7:14) e da impureza (Romanos 6:19); o pecado habita no ser humano e influi fortemente em suas ações (Romanos 7:15-23);
- Depois da conversão a Cristo, sendo o ser humano sujeito ao sistema de graça/fé: o ser humano anda conforme o Espírito Santo e não conforme a carne (Romanos 8:4); a permanência na carne não agrada a Deus e não é de Cristo (Romanos 8:8-9); não há constrangimento em viver conforme a carne para seguir para a morte (Romanos 8:12-13); o ser humano não deve dispor nada para a carne (Romanos 13:14); não há escravidão ao pecado (Romanos 6:6); ocorre libertação do pecado (Romanos 6:18,22) e servidão à justiça (Romanos 6:19); o Espírito Santo habita no ser humano e o auxilia (Romanos 8:9-15).

Assim, a conclusão mais provável é que Paulo expôs o problema do ser humano pecador sem Cristo. Mesmo aquele que busca cumprir a lei divina integralmente não tem força suficiente para vencer o pecado, como atestado em Romanos 3:10: *"Não há justo, nem um sequer"*. Aquele que procura se justificar por atos de mérito será vencido pelo pecado e consumido pela morte.

O argumento principal do apóstolo foi a frustração do ser humano ao tentar cumprir as exigências da lei divina usando unicamente suas próprias forças. Assim, Romanos 7:14-25 é uma passagem que foi escrita com os seguintes propósitos: (1) inocentar a lei de Deus e colocar a responsabilidade pelo pecado no ser humano; (2) mostrar como o pecado usa a lei divina para produzir morte; (3) mostrar a relação entre o ser humano e a lei divina; (4) mostrar a necessidade do homem de justificação por um sistema diferente do sistema de lei/obras. Paulo não tinha a intenção de despertar condolências pelas lutas que enfrentava, nem incitar os leitores a discernir a psicologia humana. O foco ainda estava na lei divina (Romanos 7:14,16,22,25). O apóstolo estava concluindo sua exposição, confirmando o problema básico com as leis: uma vez que o indivíduo transgrediu, a lei é impotente para remover a culpa por essa transgressão. Assim, Romanos 7:14-25 é uma passagem bíblica que retrata uma pessoa sujeita à lei divina tentando ser justa e fazer boas obras com seus próprios esforços. É notável quantas vezes a primeira pessoa do singular aparece no texto, o qual está em total contraste com o texto que vem a seguir: Romanos

7 mostra que uma pessoa sozinha está aquém de agradar a Deus; Romanos 8 demonstra que o Espírito Santo consegue auxiliá-la de forma a agradar a Deus.

Quando Paulo afirmou que era carnal, estava enfatizando como era fraco por si mesmo. Os versículos seguintes descrevem o ser humano que tenta enfrentar o desafio do pecado sozinho e fracassa desastrosamente. O apóstolo enfatizou que o problema era ele mesmo, não a lei divina. Ele completou a breve análise de sua impotência afirmando que estava *“vendido à escravidão do pecado.”* Isso evoca a imagem do comércio de escravos, com o pecado sendo personificado como se estivesse comprando Paulo (Romanos 6:6,17,20), uma vez que o apóstolo, como qualquer ser humano por si mesmo, não pode cumprir a lei divina com perfeição e acaba pecando de uma forma ou de outra. Quando um ser humano está por si mesmo diante da lei de Deus, o pecado entra, captura e escraviza. A lei divina é perfeita, mas o ser humano não. O panorama sem Cristo era desanimador.

7:15 – O apóstolo começou a descrever sua condição sem esperança diante da lei divina: *“Porque nem mesmo compreendo o meu próprio modo de agir, pois não faço o que prefiro, e sim o que detesto.”* O termo grego traduzido por *“compreendo”* é *ginosko*, cujo sentido é *“saber”*. Obviamente, o apóstolo inspirado sabia (compreendia) qual era o problema, mas estava descrevendo a si mesmo no passado, isto é, como judeu carnal, não cristão, sujeito à Lei de Moisés. Assim, sem Cristo, Paulo era confuso e desorientado porque ele realmente queria cumprir o que a lei ordenava, porém, em vez disso, acabava transgredindo a lei divina, pelo menos em algum ponto (Romanos 7:7-8). O mesmo ocorre com qualquer ser humano.

7:16 – A expressão *“se faço o que não quero, concordo com a lei, que é boa”* contém um raciocínio bem sintetizado, o qual pode não estar evidente em uma leitura superficial. Ampliando esse raciocínio, o entendimento é que a lei divina informa determinada proibição para o ser humano. Não querendo desobedecer à lei, o ser humano se surpreende quando viola essa proibição. Uma vez consumada tal transgressão, torna-se evidente a culpa, o que prova que o ser humano concordava com a lei ao classificar a transgressão como um ato errado. Dessa forma, efetivamente, o ser humano confessa que a lei está correta em suas prescrições, isto é, a lei é *“boa”*. O termo grego traduzido como *“boa”* é *kalos*, o qual se refere ao que é *“eticamente bom”*, *“correto”*, *“nobre”*, *“honrado”*. Assim, o contraste implícito é que a lei divina é *“boa”*, mas o ser humano não.

7:17 – O ser humano é incapaz de obedecer perfeitamente à lei divina por estar *“vendido à escravidão do pecado”* (Romanos 7:14). O pecado é mais poderoso do que ele. O pecado (personificado) entrou na vida do ser humano e tomou o controle.

A expressão *“não sou eu quem o faz, e sim o pecado que habita em mim”* pode ser melhor compreendida ao ser considerada a expressão *“em mim, isto é, na minha carne”* de Romanos 7:18. Em outras palavras, a *“minha carne”* é a *“habitação”* do pecado. Assim, em Romanos 7:18-25, Paulo distinguiu entre uma parte de si que queria obedecer à lei divina e outra parte sujeita ao pecado. Ele se referiu à primeira parte como o *“homem interior”* (Romanos 7:22) e sua *“mente”* (Romanos 7:23,25). A segunda parte tem uma variedade de designações, incluindo *“minha carne”* (Romanos 7:18,25), *“meus membros”* (Romanos 7:23) e *“corpo desta morte”* (Romanos 7:24). O apóstolo retratou uma guerra sendo travada entre essas duas partes do seu ser (Romanos 7:23). Isso pode ser entendido como uma batalha entre o *“homem interior”* (espírito) e o *“homem carnal”* (*“carne”*).

É importante ressaltar que as expressões *“quem faz isso já não sou eu, mas o pecado que habita em mim”* e *“se eu faço o que não quero, já não sou eu quem o faz, e sim o pecado que habita em mim”* (Romanos 7:20) não podem ser isoladas do contexto para dar suporte à ideia de que o ser humano não pode assumir responsabilidade por suas transgressões da lei divina. Paulo admitiu a responsabilidade individual pelo pecado duas vezes em Romanos 7:15 e uma vez no início de Romanos 7:16. Em todo o Livro de Romanos, o apóstolo enfatizou que o pecador é responsável por seus atos pecaminosos e prestará contas a Deus (Romanos 2:6; 14:12). O *“homem interior”* tem culpa quando o *“homem carnal”* peca. Jesus havia deixado claro que os atos maus, isto é, atos do *“homem carnal”*, procedem do coração, isto é, do *“homem interior”* (Mateus 15:18-20). Paulo reconheceu que tanto o *“homem interior”* quanto o *“homem carnal”* eram partes do seu próprio ser (1 Tessalonicenses 5:23) e que ele era responsável por ambos. Em última análise, essa terminologia *“interior”/“carnal”* era uma forma dramática de o apóstolo afirmar que era impossível para ele guardar a lei divina com perfeição. Por mais que tentasse, sempre havia uma parte dele falhando.

Romanos 7:18-20: *"{7:18} Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem nenhum, pois o querer o bem está em mim, mas não o realizá-lo. {7:19} Porque não faço o bem que eu quero, mas o mal que não quero, esse faço. {7:20} Mas, se eu faço o que não quero, já não sou eu quem o faz, e sim o pecado que habita em mim."*

7:18 – A expressão *"em mim, isto é, na minha carne, não habita bem nenhum"* não significa que não habitava absolutamente *"bem nenhum"* na carne de Paulo. Talvez ele estivesse usando o termo *"bem"* no sentido de *"perfeitamente bom"*, *"bom em todos os sentidos"* (Lucas 18:19). Considerando que *"habita"* está no tempo presente, indicando ação contínua, talvez o apóstolo estivesse afirmando que o bem nem sempre estava presente em sua carne. Provavelmente, Paulo utilizou uma figura de exagero para enfatizar a natureza irresistível da inclinação da *"carne"* para o mal. O exagero é uma forma legítima de enfatizar uma ideia (João 21:25). De qualquer forma, essa linguagem não deve ser entendida como apoio à ideia gnóstica de que o corpo físico é inerentemente mau. Disso derivaram os argumentos gnósticos de que o Cristo, o qual é bom, não poderia ter vindo em carne, a qual é má, e que o espírito não é responsável pelos atos realizados pela carne pecaminosa (corpo físico). A linguagem também não deve ser considerada como apoiando a doutrina equivocada de que o ser humano é *"totalmente depravado"*. Paulo não acreditava em nenhuma dessas ideias. Ele ensinou que, com a ajuda do Espírito Santo, as tendências pecaminosas do corpo, ou da carne, podem ser superadas (Romanos 8:13). Ele desafiou seus leitores a apresentarem os membros de seus corpos *"como instrumentos de justiça"* (Romanos 6:13; 12:1).

Paulo tinha em mente o desafio de combater a carne sem a ajuda do Espírito de Deus. Nessas condições, a carne possui uma forte inclinação para o mal, mas não uma *"depravação total"*. O resultado disso foi atestado na expressão *"o querer o bem está em mim, mas não o realizá-lo"*. No entanto, abaixo de Jesus, provavelmente Paulo realizou mais coisas boas do que qualquer outro ser humano. A questão é que ele tornou a usar o exagero em sua exposição. Ele praticava algum bem, mas não conseguia praticar todo o bem que queria. Além disso, todo bem que ele realizava era sempre imperfeito. Por causa da carne, o *"realizar"* nunca alcançava o *"querer"*. Novamente, essa linguagem não deve ser entendida como apoio ao argumento gnóstico de que a carne é má ou ao entendimento de que o ser humano é *"totalmente depravado"*.

As Escrituras possuem muitos exemplos de indivíduos que realizaram boas obras mesmo sem serem convertidas a Cristo (Mateus 8:5-13). O centurião afirmou que entendia a autoridade de Jesus e que bastava uma palavra dele para que seu servo fosse curado. Jesus esteve maravilhado com isso, proclamando que não encontrou tão grande fé em qualquer um de Israel (Mateus 8:10). Esse homem era um gentio durante a aliança de Deus com os israelitas, mas tinha maior fé do que eles. Há também o exemplo de Cornélio em Atos 10:1-2, cuja passagem testifica que ele e toda a sua família eram piedosos e tementes a Deus, além de ele ter fornecido muitas esmolas ao povo e ter orado continuamente a Deus. Era um homem devoto que, naquele momento, era gentio e não tinha ouvido as notícias de Cristo. No entanto, estava determinado a ser um homem devoto e temente a Deus. Certamente, mesmo aqueles que não estão salvos podem fazer boas obras, mas ainda estão em seus pecados e não foram purificados pelo sangue de Cristo. É verdade que eles podem ser considerados justos aos olhos de Deus apenas após a purificação por meio de Jesus, mas eles de forma alguma são *"totalmente depravados"*.

7:19 – A expressão *"não faço o bem que eu quero, mas o mal que não quero, esse faço"* é o autorretrato do apóstolo em relação ao fracasso na prática do bem que almejava. Embora Paulo quisesse praticar o bem, o mal sempre residia em uma parte sua. Esse mal nunca o deixava (1 Pedro 5:8), atrapalhando-o a praticar o bem que desejava.

Como no caso de Romanos 7:17-18, a expressão *"não faço o bem que eu quero, mas o mal que não quero, esse faço"* não pode ser isolada do contexto apoiar a ideia de que o ser humano não pode assumir responsabilidade por suas transgressões da lei divina. Da mesma forma, essa expressão não deve ser entendida como apoio à ideia gnóstica de que o corpo físico é inerentemente mau, nem como apoio à doutrina de que o ser humano é *"totalmente depravado"*.

7:20 – Tendo em vista que Paulo acabava praticando aquilo que não queria, não era seu *"homem interior"* (Romanos 7:17) que o praticava, mas o pecado que habitava em seu *"homem carnal"*. O pecado incitava uma parte do apóstolo a praticar coisas que violam a lei divina, gerando condenação.

Como no caso de Romanos 7:17, a expressão *"se eu faço o que não quero, já não sou eu quem o faz, e sim o pecado que habita em mim"* não significa que o ser humano não pode assumir responsabilidade por suas transgressões da lei

divina. Da mesma forma, essa expressão não apoia a ideia gnóstica de que o corpo físico é inerentemente mau, nem apoia a ideia de que o ser humano é “totalmente depravado”.

Romanos 7:21-23: “{7:21} Assim, encontro esta lei: quando quero fazer o bem, o mal reside em mim. {7:22} Porque, segundo o homem interior, tenho prazer na lei de Deus. {7:23} Mas vejo nos meus membros outra lei que, guerreando contra a lei da minha mente, me faz prisioneiro da lei do pecado que está nos meus membros.”

7:21 – Paulo continuou a expor suas lutas internas. Tendo recapitulado a triste situação delineada em Romanos 7:14-20, o apóstolo chegou à conclusão de que, quando queria praticar o bem, encontrava a “lei” de que o mal sempre residia nele. Esse mal, isto é, o pecado e seu principal agente, Satanás (Efésios 6:11; 1 Pedro 5:8), não o deixava em paz e o atrapalhava na prática do bem que ele desejava (Romanos 7:18-19). O termo “lei” aqui significa “um princípio geral”, “uma tendência estabelecida” ou “uma força ou influência que impele à ação”. No fim de Romanos 7:23 e em Romanos 7:25, essa “lei” é chamada de “lei do pecado”. Portanto, trata-se de “uma tendência estabelecida” de querer praticar o mal, isto é, transgredir os mandamentos divinos, que reside no corpo carnal do ser humano.

7:22 – Como demonstrado em Romanos 7:17, o apóstolo retratou uma guerra sendo travada entre duas partes do seu ser, o “homem interior” (espírito) contra o “homem carnal” (“carne”). Por um lado, ele podia afirmar que tinha prazer na lei divina. O “homem interior” de Paulo estava de acordo com o salmista em Salmo 119:97: “Quanto amo a tua lei! É a minha meditação todo o dia!” O ser humano foi criado à imagem e semelhança de Deus (Gênesis 1:26-27), tendo sido criado reto, mas escolheu se desviar de Deus por conta própria (Eclesiastes 7:29).

7:23 – Apesar de parte de Paulo, o “homem interior” (Romanos 7:17) ou “minha mente”, ter prazer na lei divina (Romanos 7:22), outra parte, o “homem carnal” (Romanos 7:17) ou “meus membros”, se opõe à lei divina, o que gera um conflito entre essas duas partes. A “lei” da mente de Paulo (o “homem interior”) era a “tendência estabelecida” em sua mente de querer praticar o bem. Em oposição a isso estava a “lei” dos membros de seu corpo (o “homem carnal”). Aqui e em Romanos 7:25, essa “lei”, ou “tendência estabelecida”, é chamada de “lei do pecado”, sendo a “tendência estabelecida” de querer praticar o mal.

O resultado dessa batalha foi tornar-se “prisioneiro da lei do pecado que está nos meus membros”. O ser humano é derrotado e completamente humilhado diante do pecado quando confia em suas próprias forças. Ele não resiste à inclinação carnal para o pecado. Mesmo aquele que deseja praticar o bem não tem força suficiente para vencer o pecado e guardar a completamente a lei divina. Portanto, quem procura se justificar por atos de mérito será vencido pelo pecado e consumido pela morte.

Romanos 7:24-25: “{7:24} Miserável homem que sou! Quem me livrará do corpo desta morte? {7:25} Graças a Deus por Jesus Cristo, nosso Senhor! De maneira que eu, de mim mesmo, com a mente, sou escravo da lei de Deus, mas, segundo a carne, sou escravo da lei do pecado.”

7:24 – A expressão “Miserável homem que sou! Quem me livrará do corpo desta morte?” representa o grito desesperado por socorro do ser humano que, apesar de uma luta valente, ainda é mantido cativo pelo pecado. O entendimento do problema do pecado, o qual Paulo conseguiu por meio da lei divina, leva o pecador a esse grito desesperado. “Miserável” é a tradução do termo grego *talaiporos*, o qual significa “miserável”, “desgraçado”, “angustiado”, carregando a ideia de “estar cansado de passar por aflições”. Paulo não foi derrotado por falta de tentativas. Ele se esforçou ao máximo, até se exaurir totalmente. Entretanto, não conseguiu guardar a lei divina com perfeição, uma vez que desobedeceu a Deus em algum momento. Pecou.

É notável que o apóstolo não perguntou “O que me livrará?”, mas “Quem me livrará?” Ele não precisava de uma lei melhor para libertá-lo. O apóstolo elogiou as virtudes da lei, mas leis não podem salvar transgressores, apenas condená-los. A solução também não era “tentar com mais afinco”, uma vez que Paulo se esforçou ao máximo, mas ainda continuava aprisionado pelo pecado. Ele precisava de alguém que o libertasse do “corpo desta morte”. Uma vez que Paulo comentou sobre a “lei do pecado” nos membros do seu corpo (Romanos 7:23), essa “lei”, ou “tendência estabelecida” para fazer o mal, poderia apenas resultar em morte espiritual, isto é, separação permanente de Deus. Essa é a razão pela qual o apóstolo clamou: “Quem me livrará do corpo desta morte?” Nenhuma situação terrível na vida de um ser humano pode se comparar ao clamor doloroso de quem está perdido no

pecado, ciente do seu dilema, mas sem perceber qualquer fonte de esperança. No entanto, Deus proporcionou uma fonte de esperança.

7:25 – O apóstolo agradeceu a Deus porque ele providenciou o livramento ao clamor de Romanos 7:24 por meio de Jesus Cristo, o qual é referido como Senhor. Jesus, assim como o Espírito Santo e Deus Pai, é Deus. Portanto, ele é Senhor. A única esperança da humanidade ser liberta da condenação de ser banida eternamente da presença de Deus se encontra em Cristo. Paulo ainda não explicou tudo o que tinha em mente ao registrar sua exclamação triunfal. Ele elaborou isso em Romanos 8, explicando que o ser humano é liberto da “lei do pecado” em Cristo.

Tudo indica que Paulo simplesmente quis lançar uma afirmação final sobre a futilidade de sua condição espiritual sem Cristo. Ele desejava guardar a lei divina com perfeição, se esforçou ao máximo para isso, mas não alcançou esse objetivo. Ele pecou e lei alguma pode salvar transgressores, apenas condená-los. Leis não podem mudar a natureza básica das pessoas. Sendo assim, leis não podem salvar as pessoas de si mesmas. Deixado sozinho, Paulo tentaria servir a Deus com a mente, mas não se livraria do pecado. Mas ele não foi deixado sozinho. Romanos 8 demonstra como Deus (Pai, Filho e Espírito Santo) ajuda o cristão a praticar a vontade de Deus.

Em resumo, o estado de qualquer pessoa sem a graça de Deus por meio de Cristo é o seguinte: o ser humano deseja servir a Deus, mas as paixões pecaminosas levam-no a servir a “lei do pecado”. Ser humano algum, por si só, consegue vencer o pecado, por mais que se esforce. Eventualmente, pecará em algo. Não conseguirá guardar a lei divina com perfeição. E o pecado utiliza a punição da lei divina como instrumento de morte para matar os transgressores.

Existem pessoas que não obedecem ao evangelho porque temem que não poderão praticá-lo. A verdade é que jamais poderão praticar o evangelho enquanto não forem convertidos a Cristo. Ninguém deve tentar se aperfeiçoar por si mesmo antes de se converter.

SANTIFICAÇÃO – A VIDA FORTALECIDA PELO ESPÍRITO

Romanos 8:1-4: *“{8:1} Agora, pois, já não existe nenhuma condenação para os que estão em Cristo Jesus. {8:2} Porque a lei do Espírito da vida, em Cristo Jesus, livrou você da lei do pecado e da morte. {8:3} Porque aquilo que a lei não podia fazer, por causa da fraqueza da carne, isso Deus fez, enviando o seu próprio Filho em semelhança de carne pecaminosa e no que diz respeito ao pecado. E assim Deus condenou o pecado na carne, {8:4} a fim de que a exigência da lei se cumprisse em nós, que não vivemos segundo a carne, mas segundo o Espírito.”*

8:1 –

3. REFERÊNCIAS

Este estudo foi realizado com informações adaptadas das fontes a seguir:

- www.estudosdabiblia.net;
- www.biblecourses.com/Portuguese/NewTestament.aspx;
- www.biblehub.com;
- Bíblia de Estudo Arqueológica NVI;
- Bíblia de Estudo King James Atualizada.